DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 333.1.55.O

DATA: 29/10/15

TURNO: Matutino

TIPO DA SESSÃO: Deliberativa

Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 11h26min

TÉRMINO: 14h31min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 333ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 29 de outubro de 2015.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

Laura Carneiro, Fabricio Oliveira, nos termos do §2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 11 HORAS E 26 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha
Waldir Maranhão
Giacobo
Beto Mansur
Felipe Bornier
Mara Gabrilli
Alex Canziani
Mandetta
Gilberto Nascimento
Luiza Erundina
Ricardo Izar

I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 381 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Podemos manter o painel?

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mantenha o painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Mantido o painel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Item 1.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 241-B, DE 2014

(DO SR. LAERCIO OLIVEIRA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 241-B, de 2014, que altera o inciso VI do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Deputado Lucas Vergilio); e da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pela aprovação (Relator: Deputado Waldir Maranhão).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à discussão.

Há oradores contrários.

Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Deputado Capitão Augusto. *(Pausa.)*

Deputado Betinho Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Samuel Moreira. *(Pausa.)*

Oradores favoráveis.

Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Deputado Moroni Torgan. *(Pausa.)*

Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Deputada Moema Gramacho. *(Pausa.)*

Declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à votação.

Encaminhamento.

Oradores contrários.

Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Deputado Capitão Augusto. *(Pausa.)*

Favoráveis.

Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Deputado Moroni Torgan. *(Pausa.)*

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Deputada Moema Gramacho. *(Pausa.)*

Encerrado o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Em votação o Projeto de Resolução nº 241, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Esta Presidência considera promulgada nesta sessão a presente resolução.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero falar sobre notícia estampada hoje nos meios de comunicação: *Aliados de Cunha pressionam opositores no Conselho de Ética.*

Não sei da verdade, não busco a verdade, não sei se essa é apenas uma notícia, mas de pronto queremos externar ao Deputado Chico Alencar e ao Deputado Júlio Delgado a nossa manifestação de apreço e de apoio por suas condutas no Parlamento brasileiro. Eles nos honram no Parlamento brasileiro.

Mas trago à tribuna a peça assinada pelo Procurador-Geral da República na denúncia do mensalão. Esta peça foi enviada ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa. Nela, 42 vezes o Procurador-Geral da República fala da organização criminosa. E mais, diz que essa organização criminosa era estruturada em núcleos específicos, e, pelo apurado até o momento, o núcleo principal da quadrilha era composto do ex-Ministro José Dirceu; do ex-Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares; do ex- Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores Sílvio Pereira; e do ex-Presidente do Partido dos Trabalhadores José Genoíno.

Diz o documento assinado pelo Procurador-Geral da República na denúncia do mensalão:

> *"Como dirigentes máximos*, *tanto do ponto de vista formal quanto material, do Partido dos Trabalhadores, os denunciados, em conluio com outros integrantes do*

> *partido, estabeleceram um engenhoso esquema de desvio de recursos de órgãos públicos e de empresas estatais e também de concessões de benefícios diretos ou indiretos a particulares em troca de ajuda financeira.*
>
> *O objetivo desse núcleo principal"* — os dirigentes: Presidente, Tesoureiro e Secretário Nacional do PT — *"era negociar apoio político, pagar dívidas pretéritas do Partido e também custear gastos de campanha e outras despesas do PT e dos seus aliados."*

É o que está na peça em que o Procurador-Geral da República denuncia o mensalão.

> *"(...) têm início com a vitória eleitoral de 2002 do Partido dos Trabalhadores no plano nacional e tiveram por objetivo principal, no que concerne ao núcleo integrado por José Dirceu, Delúbio Soares, Silvio Pereira e José Genoíno, garantir a continuidade do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores, mediante a compra de suporte político de outros Partidos Políticos e do financiamento futuro (...)."*

Estes são trechos da peça do Procurador-Geral da República, processada no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal condenou todos dessa organização criminosa à cadeia. O último acaba de ser preso, esta semana, o Sr. Henrique Pizzolato, também denunciado nesta peça do Procurador-Geral da República.

O cínico é debochado, o cínico não tem nenhum apego pela verdade, pelas instituições, por valores morais. O cínico diz que é legítima a eleição da Presidente Dilma, mesmo que ela tenha mentido durante toda a campanha eleitoral. O cínico não reconhece que ela disse em campanha que iria diminuir a taxa de energia elétrica, e que, passada a eleição, o valor da tarifa está sendo triplicado. O cínico não reconhece o aumento, sete vezes, da taxa de juros depois da eleição. O cínico não reconhece que nós estamos numa espiral inflacionária que atinge principalmente aquele que ganha menos: o mais pobre. O cínico não reconhece que vimos destruídas as finanças públicas para Dilma se reeleger em 2014.

Sr. Presidente, fica o registro da organização criminosa denunciada pelo Procurador-Geral da República, composta dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, quero dizer ao meu amigo Deputado Rubens Bueno que, se há um grupo de brasileiros que não pode usar a palavra “cinismo”, esse grupo é exatamente a Oposição. Acho que o Deputado Rubens Bueno não sabe o que significa a palavra “cínico”. Cinismo cabe muito bem à Oposição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Item 2.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 102-A, DE 2015

(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2015, que "aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014"; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Deputado José Fogaça).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não há oradores inscritos para a discussão.

Declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Retifico: a discussão é em turno único, não em primeiro turno, como dito.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pauderney Avelino, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, reitero o que disse ainda há pouco o orador que me antecedeu, Deputado Rubens Bueno. São cínicos todos aqueles que negam o que de fato está acontecendo em nosso País.

Estamos diante de tal situação, que não sabemos mais a quem recorrer. Agora, a Secretaria do Tesouro Nacional teve o despropósito de tornar público, ou de encaminhar ao Congresso Nacional, proposição de emendamento ao projeto de lei que modifica as metas fiscais do Governo para o ano de 2015. Pasmem, senhores! Nem o Relator da matéria, Deputado Hugo Leal, teve coragem de apresentar essa proposição à Comissão Mista de Orçamento.

São as ditas pedaladas. O Governo assume 51,8 bilhões de déficit primário e também elenca todas as pedaladas do ano de 2015: passivo da União junto ao FGTS; adiantamentos concedidos pelo FGTS; valores devidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES; valores devidos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, referentes à equalização de taxas, safra agrícola, títulos de crédito a receber; valores devidos à Caixa Econômica Federal a título de remuneração bancária de serviços prestados.

V.Exas. estão estranhando que não sejam citados valores. É verdade, não são citados valores, isto é, deixam a meta em aberto. Como é que o Congresso Nacional poderia receber uma sugestão ou um projeto de lei como este? Querem fazer o que fizeram no ano passado, quando enviaram para cá um projeto de lei

para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o tal PLN 36, que foi votado na marra, na marreta, à custa sabe lá Deus de quê.

Sras. e Srs. Deputados, nós estamos diante do mesmo problema. As pedaladas de 2014 foram reeditadas em 2015, e nós não sabemos se são 100 bilhões de reais o que deve ser inserido nesse projeto, ou se são 110 bilhões, ou 120 bilhões de reais, porque os números, efetivamente, nem o Governo nem a Secretaria do Tesouro os tem.

Nós precisamos dar um basta a esta situação. O desgoverno que o PT trouxe para o Brasil tem que acabar.

Presidente Dilma Rousseff, V.Exa. não tem condições de continuar governando o nosso País. É um vexame ver seu Ministro da Fazenda dando explicações que não convencem mais ninguém — há 2 semanas, no Peru; agora, na Europa.

O Brasil exige uma solução para tudo isso. Dilma Rousseff precisa entender que não tem mais condições de governar o País. Ou ela sai pela renúncia, ou nós vamos aprovar o seu impedimento.

Impeachment já!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Item 3.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14-A, de 1999

(DO SR. MARCOS AFONSO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 14-A, de 1999, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica. Tendo parecer da Mesa, pela aprovação (Relator: Deputado Heráclito Fortes).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à discussão.

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Deputado Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)*

Deputado Daniel Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Rodrigo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Fábio Sousa. *(Pausa.)*

Para falar a favor, tem a palavra a Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)*

Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

Deputado Alessandro Molon. *(Pausa.)*

Deputado Alberto Fraga. *(Pausa.)*

Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)*

Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Deputado Moroni Torgan, segunda inscrição.

O SR. MORONI TORGAN - Abro mão duas vezes, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Gilberto Nascimento. *(Pausa.)*

Deputada Moema Gramacho. *(Pausa.)*

Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

Deputado Silas Freire. *(Pausa.)*

Deputado Davidson Magalhães. *(Pausa.)*

Deputado Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Capitão Augusto. *(Pausa.)*

Deputado Samuel Moreira. *(Pausa.)*

O Deputado Edmilson Rodrigues está se inscrevendo?

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Estou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contra ou a favor?

O SR. EDMILSON RODRIGUES - A favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu nem pretendo usar os 3 minutos, apenas não quis que este projeto fosse aprovado sem que antes se fizesse uma reflexão mínima sobre a proposta de criação do Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica.

Por quê? Porque eu creio que um dos principais problemas do Brasil hoje é que, a despeito da importância do agronegócio, o Brasil usa extensivamente o seu território, há de se reconhecer.

Os grandes produtores rurais detêm hoje — os proprietários — mais de 300 milhões de quilômetros quadrados do território nacional, dos quais apenas uma parte pequena, que não chega a 10%, é produtiva. E grande parte do que é considerado produtivo desenvolve produção extensiva. Vejam que o Brasil não produz, em média, mais do que uma cabeça de gado por hectare, enquanto alguns países produzem várias cabeças por hectare.

Nós teremos, por exemplo, a possibilidade de produzir, em 1 ano, pelo menos 1,4 cabeça de gado bovino por hectare no Brasil com alguma adequação tecnológica.

Já mostrava cientificamente Aziz Ab'Sáber, do chamado, entre aspas, "governo paralelo" do Lula após a derrota para o Collor, Aziz Ab'Sáber, um dos maiores cientistas brasileiros, falecido recentemente, que não há necessidade de desmatar para desenvolver o País. Algumas grandes empresas brasileiras exportadoras até adotaram o reflorestamento. Vou citar uma, a Tramontina, que comercializa mobiliário, talheres... A produção da Tramontina em geral não exigiu desmatamento da Amazônia, da Mata Atlântica, de nenhum outro bioma. No entanto, essa é uma exceção à regra.

A Costa Rica pode nos ajudar muito no desenvolvimento de mecanismos modernos de manejo florestal, no uso econômico da madeira de forma "sustentável", como eles dizem — eu não gosto muito deste conceito. Muitos doutores do Brasil se formaram lá, e vice-versa. Esse grupo pode nos ajudar a constituir normas para afirmar a cooperação internacional entre os dois importantes países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à votação da matéria.

Encaminhamento.

Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Deputado Rodrigo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Davidson Magalhães. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

Deputado Alessandro Molon. *(Pausa.)*

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de entrar no assunto do Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica, eu gostaria de ressaltar a atitude do Partido dos Trabalhadores e de membros do Partido dos Trabalhadores diante desta série de escândalos que o País enfrenta.

Nunca antes na história deste País, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós assistimos a um festival tão grande de falcatruas e de desvios. E quem está levando tudo à tona não são Parlamentares, nem a imprensa, mas sim o Ministério Público e a Justiça, e pela mão não de um único juiz, mas de vários juízes, em diferentes operações da Polícia Federal.

Então, não se pode aqui falar, de jeito nenhum, em perseguição política. O PT tem que abrir mão dessa síndrome de coitadinho, de achar que é coitadinho, ou de tentar, principalmente, passar a imagem de coitado. Coitada é a população

brasileira, que sofre com a inflação, com o desemprego, com a falta de perspectiva, com a carestia. Coitados somos todos nós, que acreditamos em um País melhor e agora temos que conviver com estas manchetes que nos envergonham e que chamam a atenção não só em nosso País, mas no mundo todo.

Esta é a situação a que o PT nos levou, e o culpado de tudo isto é o próprio Partido dos Trabalhadores e, de maneira muito especial, o ex-Presidente Lula e a sua sucessora, a Presidente Dilma, que, na hora em que o País poderia ter entrado num ritmo de desenvolvimento, poderia ter se voltado para o progresso, olharam para o outro lado, quiseram estabelecer uma relação espúria com o Congresso Nacional, cooptaram, de maneira vergonhosa, movimentos sociais como a UNE, a CUT e tantos outros, que hoje estão ajoelhados. Esta é a situação em que nós estamos hoje, e o culpado de tudo é, repito, o Partido dos Trabalhadores.

É por isto que, quando nós vemos os movimentos de ruas pedirem o *impeachment,* nós nos solidarizamos. É por isso que nós acompanhamos com respeito o trabalho da Justiça, que está realmente demonstrando vigor e imparcialidade, dando prova de grande valor. Aproveito para cumprimentar esses bravos juízes, procuradores e membros da Polícia Federal e para dizer que nós não permitiremos que o PT intervenha nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

O SR. RODRIGO DE CASTRO - Nós temos que garantir a independência dos Poderes, Sr. Presidente, temos que garantir que o País possa realmente ser passado a limpo e, principalmente, que os culpados sejam punidos, doa em quem doer, sejam quem forem os culpados, ainda que parentes de ex-Presidente da República.

Sr. Presidente, quero também dizer que nós somos contra a criação desse grupo parlamentar. Já temos inúmeros grupos parlamentares em atividade no Congresso, e realmente vemos pouca utilidade neles.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu pediria atenção, se não for demais.

Entre os meus muitos defeitos não está a falta de franqueza. Estou recebendo informações de que daqui a pouco o Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente Nacional do Solidariedade, apresentará uma representação contra mim, suponho que no Conselho de Ética.

Padre Antônio Vieira dizia que, mesmo numa sociedade de ladrões, há um mínimo de padrão ético. O Deputado — é claro, vamos imaginar que aja com absoluta independência — estaria se estribando num procedimento preparatório do Ministério Público sobre vários Deputados, a partir da decisão aqui da Câmara de arquivar tudo, à época do Dr. Mozart e do Presidente Henrique Eduardo Alves, sobre eventuais irregularidades no uso da verba indenizatória.

Eu, não satisfeito com aquele arquivamento à época, procurei saber do que se tratava e tomei todas as providências cabíveis. Entre elas, para evitar esta exploração política torpe, ressarci os cofres públicos. Resultado: esse procedimento está arquivado, com a decisão do Ministério Público dizendo da boa-fé do Deputado: nenhuma eiva de improbidade administrativa, nenhum dano, mínimo que seja, ao Erário, e absoluta transparência na postura deste Deputado em relação ao caso. Há vários outros, que o Deputado Paulinho — aliás, réu no Supremo, ao que se sabe — não procurou.

É jogo político sujo. E mais, aquilo que os advogados chamariam de irregularidade, ilegalidade processual. Ele pediu esse procedimento, o que é de

direito, na Diretoria-Geral, e pressionou insistentemente a Diretoria-Geral e o Centro de Documentação para que devolvessem a documentação em tempo rapidíssimo, o que foi feito de um dia para outro.

Mas um funcionário, um servidor comissionado, que eu soube depois estar lotado na Corregedoria, compareceu tanto ao CEDI quanto à Diretoria-Geral para pedir a documentação, antes mesmo do Deputado, dizendo-se da Presidência da Câmara. Chama-se Lucas Vivas, se não me engano — eu tenho o nome anotadinho, mas não vivo com essas mediocridades no bolso. Pois ele compareceu insistentemente lá para receber essa documentação, antes do próprio Deputado requerente.

Ou seja, isso é jogo baixo, é pequena política, é tentativa vã de intimidação e, mais, de confundir o Conselho de Ética com uma sucessão de representações. E isso mostra que este Parlamento vive um momento de profunda degradação.

O doleiro Lucio Bolonha Funaro declarou à revista *Piauí* que seu lema de vida é o seguinte: *"Não há nada neste mundo que não se resolva com duas coisas: dinheiro e porrada"*. Depois, no jornal *O Globo* de domingo, um correligionário anônimo disse que o Presidente gostava desse *slogan* de vida, que, sinceramente, eu não quero que seja emulação para nenhum ser humano, e fazia uma releitura dele: *"Há duas coisas nesta vida que só não resolvem qualquer problema quando são poucas: dinheiro e porrada"*.

Olhem, dinheiro eles sabem que não compra a maioria deste Plenário, e na porrada, ainda mais com origem tão desqualificada tanto do autor quanto do procedimento já liminar, não vão arrumar nada. Aliás, se querem guerra, vamos travar guerra. Todo mundo neste Parlamento sabe quem tem história de lisura na

vida pública, quem tem, independentemente da situação, uma postura ética e transparente, e sabe quem age nas sombras, quem age na baixaria, quem age na denunciação caluniosa, quem enxovalha a ética pública.

Não passarão! Não passarão!

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria me solidarizar com o Deputado Chico e fazer um apelo ao Deputado Paulo da Força para que não faça nada nesse sentido. Nós temos divergências ideológicas com o Deputado Chico, mas ele é um dos Deputados mais aguerridos e combativos desta Casa. Quero dar o meu testemunho destes anos todos de convivência.

Espero que realmente este tipo de situação não extrapole os limites que nós já temos aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Em votação o Projeto de Resolução nº 14, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Esta Presidência considera promulgada nesta sessão a Resolução nº 13, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário da seguinte

Decisão da Presidência

Revogo a decisão proferida por esta Presidência em 24 de setembro de 2015, em resposta à Questão de Ordem nº 105/2015, e considero prejudicados os Recursos nº 72 e 73, ambos de 2015.

Publique-se. Oficie-se.

O SR. SILVIO COSTA - Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem na presença de V.Exa. Por favor. É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PSC-PE. Reclamação. Sem revisão do orador.) - A questão de ordem é baseada no art. 96.

Sr. Presidente, eu não ia dar relevância a este assunto, até porque tomei conhecimento dele pela imprensa. Li hoje nos jornais que, ontem, o Deputado Pr. Marco Feliciano, a pedido não sei de quem, teria sugerido meu nome ao Conselho de Ética. E ontem a Mesa fez a censura.

Eu acho que a Mesa extrapolou, porque o Parlamentar, evidentemente, ele é imune, pode falar o que quiser. Eu recebi uma censura da Mesa ontem — não fui citado ainda — e quero comunicar a V.Exa. que não vou recorrer dela. Agora, é importante que V.Exa. esclareça ao Parlamento se essas ações contra os Deputados Chico Alencar, Júlio Delgado e eu saem da cabeça de V.Exa. ou não, porque pode ser que alguém esteja usando o seu nome para fazer esse enfrentamento.

Eu acho, Sr. Presidente, que receber uma censura de ética motivada por um pedido do Deputado Pr. Marco Feliciano, feito porque eu disse que lá na CPI da Máfia das Órteses e Próteses que V.Exa. estava protegendo bandido, não procede, porque a minha fala é imune! Na verdade, V.Exa. tem que admitir que proibiu uma pessoa do Rio de Janeiro ligada a V.Exa. de depor na CPI.

Eu não entendo esse tipo de ação.

É a reclamação, baseada no art. 96.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - É por isso que, quando V.Exa. pede a palavra para uma questão de ordem, nós não lhe atendemos. Não há questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Foi uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou esclarecer V.Exa.

Houve reunião da Mesa. V.Exa. tem um processo na Corregedoria, que foi levado à Mesa para votação. V.Exa. vai ser notificado. Quando for notificado, V.Exa. poderá, legitimamente, recorrer.

O SR. SILVIO COSTA - Eu não vou levar isso a sério. Eu não vou recorrer disso. O que eu vou fazer é não levar isso a sério. Essa é uma brincadeira de mau gosto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está certo. Quanto aos demais pontos, eu...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sobre a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Miro Teixeira, tem V.Exa. a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Falo sobre a Decisão da Presidência que V.Exa. anunciou ainda agora. Ela diz respeito à questão de ordem do Deputado Mendonça Filho, penso eu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Quando o Deputado Mendonça Filho levantou a questão de ordem, eu fiz uma contradita. No dia seguinte, fiz uma reclamação. Em seguida, já na semana passada ou retrasada, requeri a V.Exa. que revisse sua decisão.

Quero apenas deixar registrado que, é claro, V.Exa. o fez por iniciativa própria também, porém atendeu aos debates do Plenário. Se V.Exa. concordar, eu gostaria que reconhecesse isso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Claro.

O SR. MIRO TEIXEIRA - ... porque do nosso mandato parlamentar levamos pouca coisa. Está lá, em *O Espírito das Leis*, que, depois que a lei existe, o que se passou antes dela é perdido. Não interessa quem foi o autor, não interessa que tipo de movimento houve, o que fica valendo é a lei. Nós temos as nossas leis internas, que pouca coisa valem, porém, para os nossos próprios arquivos, para os meus especialmente, eu pediria a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vou fazer o reconhecimento público de que V.Exa., em sede de reclamação, pleiteou a decisão que ora está sendo atendida.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Muito obrigado.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor, eu quero registrar como lida a promoção de arquivamento do procedimento que o Deputado Paulinho, que infelizmente não está aqui, se não me engano... Ele, que é tão gentil comigo no trato pessoal, poderia fazer este debate. Enfim, registro aqui a promoção de arquivamento da Procuradora Mirella dos fatos requentados, completamente sem fundamento, que ele estaria pensando em utilizar para fazer uma representação no Conselho de Ética contra este Deputado, na verdade contra um conjunto que tem posições claras, banalizando o Conselho de Ética sabe-se bem por quê, enxovalhando o próprio Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Detalhe: ontem, assim que tomei ciência, pelas vias institucionais, da petição do Deputado Paulinho, o que é de direito, repito, fiz questão de mandar para o gabinete dele os documentos, para que ele deixasse de pressionar tanto o Centro de Documentação quanto a Diretoria-Geral.

Falei com o Deputado Carlos Manato — ele é testemunha, então poderia olhar um pouquinho para mim, em vez de manter esse hábito ruim de não nos olharmos nos olhos — acerca de um funcionário, que, eu soube, é lotado na Corregedoria, o Lucas, que foi algumas vezes ontem tanto ao Centro de Documentação quanto à Diretoria-Geral para pedir, ansiosamente, os documentos solicitados pelo Deputado Paulinho, dizendo-se, Deputado Eduardo Cunha, da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Esta Presidência não autorizou quem quer que seja a fazer isso e não pactua com nenhum tipo de utilização dos que aqui trabalham para nenhuma finalidade que não seja o trabalho que possa publicamente ser de conhecimento de todos.

O SR. SILVIO COSTA - Presidente, serei rápido. V.Exa. revogou a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por favor, Deputado Silvio Costa.

O SR. CHICO ALENCAR - Eu tenho o nome dele e vou fazer um ofício ao Corregedor.

O SR. SILVIO COSTA - Calma! Eu vou fazer uma pergunta, bem calmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A palavra está com o Deputado Chico Alencar. Eu vou ouvi-lo e vou passar a presidência ao Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. CHICO ALENCAR - Obrigado.

A honra, a história de vida de uma pessoa não pode ser objeto de jogo político menor, baixo, apequenado. Chamarei como testemunhas, caso esse processo espúrio prossiga, ninguém menos que o Dr. Mozart e o ex-Presidente Henrique Eduardo Alves, e pedirei que esse procedimento a que o Deputado Paulinho faz referência seja revelado na sua extensão. E chamarei outros Deputados e até Senadores — não seria o caso aqui — que também sofreram esse questionamento, justo e razoável, vindo de uma organização da sociedade civil cujo dirigente conversou comigo, porque eu o chamei. E tudo foi absolutamente resolvido, pelo menos no meu caso.

Agora, quando o Deputado Paulinho escolhe este momento, fica evidente a retaliação, a tentativa de intimidação, a vontade de confundir o Conselho de Ética. Mas isso é tão baixo! O próprio método inicial das duas 24 horas foi tão torpe, tão rebaixado com essas pressões indevidas — que têm que ser apuradas —, que evidentemente sua intenção não vai prosperar.

Mas eu quero manifestar aqui a minha absoluta indignação com o nível baixo a que chegaram alguns setores desta Casa.

E agradeço ao Deputado Luiz Carlos Hauly, ao Deputado Rubens Bueno e a todos os que pessoalmente disseram que me conhecem, como, aliás, o Corregedor da Casa e o Procurador da Casa, Deputado Claudio Cajado.

O bom é que está tudo absolutamente documentado. Estou curiosíssimo para ver essa possível representação. Ela vai ser um tiro no pé. O Deputado Paulinho, nós sabemos, é réu no Supremo por denúncia de malversação de recursos do BNDES. Esta é uma delas.

Eu não sou polícia, mas, se quer guerra, terá guerra.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham:

Registro nos Anais da Casa, para ciência de todos os Parlamentares, trechos das razões do arquivamento do procedimento da Procuradoria da República mencionado na propalada e infundada representação que o Deputado Paulo Pereira da Silva faria contra mim:

> *"Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar suposta utilização irregular da Cota para Exercício Parlamentar – CEAP pelo Deputado Federal Chico Alencar, que, segundo a representação, teria apresentado, para reembolso, notas fiscais relativas ao período compreendido entre 01/04/2009 e 03/02/2012, fruto de contrato com a empresa SEDE INFORMÁTICA LTDA – ME, CNPJ 00.154.960/0001-06, a qual se encontraria na condição 'baixada', conforme consulta ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.*
>
> *(...)*
>
> *Diante dos elementos colhidos no curso da investigação, não se evidenciou a prática de qualquer ato de improbidade administrativa pelo Deputado Federal Chico Alencar.*

(...)

Todas as circunstâncias acima relatadas, aliadas à prova de efetiva prestação de serviço, apontam para a existência de boa-fé do Deputado.

Nesse contexto, não há que se falar em improbidade administrativa, reputando-se, ainda, indevido o ajuizamento de ação civil pública com intento de ressarcimento ao erário, já que houve o pleno e espontâneo ressarcimento ao erário.

(...)

Destarte, em virtude das razões acima delineadas, promovo o arquivamento do presente procedimento, devendo-se proceder às comunicações e registros de estilo."

O SR. BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. revogou decisão quanto a questão de ordem. Minha pergunta a V.Exa., Sr. Presidente, é se na sua cabeça passa a valer a Lei nº 1.079, de 1950. *(Pausa.)*

O Presidente não respondeu. Será que o novo Presidente na sessão, Deputado Gilberto Nascimento, pode me responder? Quem assume a presidência tem que responder. O consultor está aí ao lado.

O SR. BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA - Com a revogação da decisão sobre a questão de ordem do Deputado Mendonça Filho, eu quero saber se o Presidente vai obedecer, se vai se pautar pela Lei nº 1.079, de 1950. Esta é a pergunta.

Durante o discurso do Sr. Silvio Costa, o Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Silvio Costa, a Presidência efetiva logo enviará a V.Exa. essa informação.

O SR. BRUNO ARAÚJO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passarei a palavra agora ao Deputado Adail Carneiro, do Ceará, que havia solicitado a palavra para uma questão de ordem anteriormente. Depois vamos ouvir a Deputada Raquel Muniz, também havia solicitado a palavra para uma questão de ordem. Depois eu volto aos Deputados que estão aqui à esquerda.

O SR. BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, eu tinha solicitado a palavra anteriormente ao Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Eu passarei a palavra a todos os Srs. Deputados, mas, logicamente, vou obedecer à ordem de solicitação.

Logo em seguida, passaremos a palavra a V.Exa. Todos falarão nesta tarde.

Com a palavra o Deputado Adail Carneiro

O SR. ADAIL CARNEIRO (Bloco/PHS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido meu discurso sobre a campanha Outubro Rosa. Peço que ele seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este mês o Palácio do Congresso Nacional e diversos outros prédios públicos são iluminados de rosa toda noite, como forma de participar da campanha Outubro Rosa, que acontece em todo o mundo.

Esta é apenas uma das formas pelas quais o Governo, empresas e indivíduos procuram chamar atenção para a importância da detecção precoce do câncer de mama. Existem várias. Há quem distribua panfletos e *folders* sobre o tema, outros organizam eventos esportivos, e existem até campanhas mais incomuns, como a que levou algumas mulheres famosas a compartilhar nas redes sociais *selfies* em que exibem a alça do sutiã.

Toda forma de chamar atenção para a campanha Outubro Rosa é bem-vinda. Este que vos fala participa por meio deste discurso. O importante é que chegue a todas as mulheres a mensagem da campanha: a importância da detecção precoce do câncer, tanto por meio da mamografia, recomendada principalmente a partir dos 50 anos de idade, como por meio do autoexame das mamas, feito preferencialmente 10 dias após cada menstruação.

Algo nem sempre lembrado é que homens também podem ter câncer de mama. É raro, mas é possível, por isso é desejável que eles também se lembrem de estar sempre atentos à própria saúde.

Além da conscientização sobre o câncer de mama, aqui no Brasil o Instituto Nacional do Câncer, em parceria com o Ministério da Saúde, aproveita o mês de outubro para divulgar também a importância do controle de outro tipo de câncer que afeta as mulheres, o do colo do útero. Quanto a esta doença, a forma de detecção precoce é por meio do exame Papanicolau, recomendado a partir dos 25 anos.

Num caso e no outro, é importante que as brasileiras levem a sério as recomendações. O câncer é uma doença muito perigosa, mas, quando percebido cedo, a expectativa de cura é alta.

Mas ainda melhor que tratá-lo com rapidez é nem sequer ter câncer. No caso do câncer de colo do útero, a prevenção se faz evitando o contágio pelo HPV, que se transmite sexualmente — ou seja, basta usar camisinha. Já a prevenção do câncer de mama se faz pelo controle dos fatores de risco, como, por exemplo, a obesidade, o sedentarismo e o consumo excessivo de álcool.

Desejo que as mulheres que me escutam pela *Rádio Câmara* ou pela *TV Câmara* tomem esses cuidados e os divulguem a todas as suas conhecidas. Aqui na Câmara estamos realizando alguns eventos para discutir o assunto: no dia 30 de setembro, a Secretaria da Mulher e a Frente Parlamentar de Combate ao Câncer organizaram um seminário sobre os principais tipos de câncer na população feminina, e no dia 8 de outubro a Comissão de Seguridade Social e Família realizou um fórum sobre saúde do casal. Tomara que outras organizações adotem

comportamento semelhante. Quanto mais informadas, menos as brasileiras sofrerão com essa doença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz, de Minas Gerais.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, ontem, no plenário, o PSC fez uma linda homenagem pelo Outubro Rosa às mulheres desta Casa e às mulheres do Brasil. E já vamos entrar no Novembro Azul. Quero lembrar aos homens que o mesmo carinho que eles nos deram durante o mês de outubro, nesta Casa, será revertido a eles agora no mês de novembro.

Lembro ainda que o PSC, além de nos ajudar ontem a fazer esse trabalho lindo aqui no plenário, entregando bombons tanto aos homens quanto às mulheres, Deputados e Deputadas, também nos ajudou a fazer uma linda festa em Montes Claros em comemoração pelo Outubro Rosa. Quero agradecer ao PSC, na pessoa da Denise e de todos da equipe do partido que lá estiveram presentes.

E quero lembrar um fato desagradável ocorrido na minha cidade no mês de outubro, que foi a morte de Jéssica, uma linda e jovem mulher, morta pelo seu namorado. Tenho certeza de que a Secretaria da Mulher e a Procuradoria da Mulher desta Casa envidarão esforços para punir o homem que tirou a vida dessa mulher.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia! Ontem o meu partido, o PSC, lembrou mais uma vez, neste plenário, da Campanha Outubro Rosa, uma homenagem a todas nós mulheres, neste mês que busca conscientizar a sociedade e, principalmente o gênero feminino sobre a importância da prevenção precoce do câncer de mama, o que garante a cura em quase 90% dos casos. Esse foi, sem dúvida, um gesto de carinho para com as Parlamentares. Os bombons que entregamos marcou simbolicamente o final deste importante mês para todas nós, mas também lembramos aos homens que o fim do Outubro Rosa dá espaço para a chegada do Novembro Azul. O mês de novembro vem lembrar aos homens que o câncer de mama também os atinge, que eles também precisam se cuidar, se prevenir. Além do câncer de mama, eles precisam ser prevenir do câncer de próstata, que atinge apenas os homens. É preciso, nobres colegas, que vocês percam o medo de ir ao médico e se cuidem mais.

Que neste Novembro Azul vocês levem a cada homem que encontrar essa mensagem de vida, que vocês se conscientizem de que são importantes para nós. O número de viúvas no Brasil é praticamente o dobro de viúvos, e este fato se dá em razão de as mulheres se cuidarem mais do que os homens. Vamos mudar esses números, vamos mudar essa realidade. Então, que vocês olhem para o Novembro Azul com o mesmo carinho com que nos prestigiaram no Outubro Rosa. Que façamos nesta Casa ações tantas quantas fizemos para o Outubro Rosa, como forma de não deixar que se esqueçam de que a prevenção é ainda o melhor remédio para evitar o câncer e outras doenças tantas, de que a prevenção é o melhor caminho para viver com qualidade de vida. Que o Novembro Azul seja de fato tempo de conscientização.

Falando em vida, quero relatar aqui a perda da vida da jovem Jéssica. Uma jovem linda e cheia de vida foi barbaramente assassinada, com facadas, pelo namorado, que, consciente da loucura, acabou por suicidar. Não podemos mais permitir situações como essas no Brasil, seja em Montes Claros, seja em qualquer outra cidade do País e até do mundo. Temos que garantir que as mulheres sejam respeitadas em seus diretos, em sua dignidade e que não sejam mais vítimas de violência. Nós aqui neste Parlamento, através da Secretaria da Mulher, tanto da Câmara quanto do Senado, nas suas coordenadorias e procuradorias, estamos trabalhando para que esse cenário não persista.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - A palavra havia sido solicitada inicialmente pelo Deputado Bruno Araújo, de Pernambuco, e também pelo Deputado Carlos Sampaio, de São Paulo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para o devido esclarecimento, dada a importância da matéria: o Presidente da Casa revogou a resposta à questão de ordem dos partidos de Oposição sobre detalhamentos do processo de *impeachment*.

Nós gostaríamos que a Mesa pudesse responder se há a clara compreensão de que, com essa revogação, perde o objeto a decisão de mandado de segurança do Supremo Tribunal Federal, e nós passamos a ter, como fonte de consulta da matéria de *impeachment* tanto a lei de 1950 quanto o Regimento Interno.

Então, eu pergunto a V.Exa., consultando a Mesa e a Secretaria-Geral da Mesa, se é esse o entendimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Peço a palavra para fazer um aditamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

Em seguida, falará o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fiz questão de ordem assemelhada ao Presidente Eduardo Cunha, enquanto ele estava aqui, e ele considerou a intervenção de Deputados, entre os quais eu, em plenário, na contradita à questão de ordem do Deputado Mendonça Filho, além do próprio arbítrio, o que não impede que ele acrescente a resposta à presente questão de ordem.

Obrigado. Solicito que a questão de ordem seja encaminhada com esse aditamento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - A Assessoria da Mesa nos informa, nobre Deputado Miro Teixeira, provavelmente respondendo ao questionamento de V.Exa., que se mantém na situação anterior à decisão do Supremo. O.k.?

O SR. MIRO TEIXEIRA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Está esclarecido?

O SR. MIRO TEIXEIRA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Então, de acordo com a Assessoria da Mesa...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal, respondendo à pergunta que me foi formulada agora, prevalece o rito da Lei nº 1.079, de 1950.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Lei nº 1.079.

O SR. BRUNO ARAÚJO - Perfeito. Consequentemente, reconhece que pede objeto o mandado de segurança do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Bruno Araújo, já está respondida também a questão de ordem de V.Exa., que foi a mesma do Deputado Miro Teixeira.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, do PSDB de São Paulo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na esteira do que fora dito pelos Deputados Bruno Araújo e Miro

Teixeira, eu quero fazer um registro importante. Nós fizemos um questionamento, foi uma questão de ordem da Oposição, e o Presidente respondeu qual seria o rito.

A Ministra Rosa Weber decidiu, suspendendo esse rito, juntamente com o Ministro Teori Zavascki, e disse claramente em sua decisão que fica suspensa a decisão sobre o rito naquilo que inovou no regime jurídico vigente, na legislação vigente.

Portanto, se o Presidente desta Casa acolhe a liminar, recolhendo a questão de ordem, restabelece-se o rito existente. Qual é o rito existente? Lei nº 1.079, de 1950, e o Regimento Interno da Casa, que tem pleno vigor.

O Regimento Interno da Casa prevê a possibilidade de deferimento ou indeferimento pelo Presidente desta Casa, e esse mesmo Regimento prevê a possibilidade clara de recurso, independentemente do rito estabelecido, o que foi suspenso pela Ministra Rosa Weber. Com a decisão do Presidente, portanto, restabelece-se que ele tem o poder de deferir ou indeferir e, como o Regimento prevê textualmente, está mantida a possibilidade de recurso.

Faço este registro, obviamente, clamando, para que a Presidência decida o quanto antes quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido de *impeachment*.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Para novo aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Registrado.

Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira, para novo aditamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para novo aditamento, em função do que disse o ilustre amigo Deputado Carlos Sampaio.

O nosso Regimento prevê o recurso no caso de indeferimento, se eu não me engano, é o § 3º — peço ajuda à Consultoria da Mesa — do art. 216 do Regimento. Estou de falando de cor, mas, se puderem colaborar comigo, eu agradeço para fazer a devida correção nas notas taquigráficas. Penso que é o art. 216, § 3º.

É curioso que o Regimento só prevê o recurso no caso de indeferimento. Aí, eu fiz uma reclamação. Se V.Exa. puder me confirmar o dispositivo regimental, penso que é o art. 216.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Art. 218, § 3º.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Então, para efeito de registro nas notas taquigráficas, já fica falado o art. 218, § 3º.

É curioso que só tenha a previsão do recurso para o caso de indeferimento. No caso de deferimento, e é o que foi objeto da minha reclamação, penso eu que se aplica analogicamente o recurso para os casos de deferimento.

E ainda dei o exemplo de um Governo que fosse absolutamente popular, navegando num país com absoluto desenvolvimento econômico, mas que fosse corrupto, e houvesse aqui uma denúncia, e o Presidente da Casa deferisse o prosseguimento desse procedimento preliminar e nós ficaríamos aqui a olhar a ação, então, desse Governo forte para fazer o quê? Nós não teríamos o direito a um recurso? No caso de indeferimento, já temos. No caso de deferimento, não existe. E um Governo forte pode agir contra o deferimento do Presidente de diversas maneiras.

Bom, e aí entra outra discussão: o quórum nessa deliberação preliminar. Porém, nessa discussão, eu não avançarei, porque vai tomar dias e dias de debate. É claro que o chamado Decreto de Acusação, previsto na Lei nº 1.079 de 1950,

exige o quórum de dois terços. Não há essa previsão no juízo de admissibilidade da denúncia, segundo a Lei nº 1.079, e nós teremos que debater muito antes de uma deliberação, para evitar que a nossa decisão seja revista pelo Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, peço a palavra para um último aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Carlos Sampaio, ainda dentro do mesmo assunto, para que eu possa dar uma resposta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a legislação em vigor é clara e a Constituição é textual: todas as vezes em que se exige uma maioria qualificada a lei deve assim dizer. Se a lei não disser, presume-se que é maioria simples.

Um exemplo concreto: o PT pediu o *impeachment* do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, o que aconteceu? O Presidente Michel Temer indeferiu. Houve recurso para o Plenário. E esse recurso foi por maioria simples. E por que por maioria simples? Porque no rito previsto no texto constitucional e da Lei nº 1.079 não se refere à maioria qualificada o que tange aos recursos ao Plenário. Como não houve previsão legal, o entendimento doutrinário e jurisprudencial unânime é de que todas as vezes que não há uma previsão constitucional legal vale a maioria simples.

Foi assim na época do Fernando Henrique Cardoso, quando o PT recorreu. Ele recorreu, foi submetido a votos, perdeu por 300 e pouco a 100 e pouco, mas

valia. E, na época, o Presidente Michel Temer deixou claro: valeria a maioria simples.

Portanto, continua valendo o rito que a doutrina, a jurisprudência e o próprio texto constitucional estabeleceram. Cabe recurso de indeferimento? Cabe. É por maioria qualificada? Não. Porque, se o fosse, teria a previsão constitucional ou legal. Como não há, a maioria é simples.

Deixo aqui o registro da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputados Miro Teixeira, Bruno Araújo e Carlos Sampaio, que levantaram questões de ordem na mesma direção, todas as questões serão recolhidas e encaminhadas à Presidência efetiva da Casa, para que possa, logo depois, trazer uma resposta a este plenário. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira, ainda, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Se V. Exa. me permitir, num ambiente sereno,...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA - ... que devemos ter nos debates,...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Sem dúvida.

O SR. MIRO TEIXEIRA - ... quero dizer ao Deputado Carlos Sampaio que eu concordo em parte com S.Exa., eu concordo em parte. A regra geral das votações é a maioria simples, a regra geral é essa. Porém, quando se trata do *impeachment* do Presidente da República, não adianta nós, pura e simplesmente, recorrermos aos precedentes até com base na ética dos precedentes, que é mais comum no sistema de *Common Law*. Nós usamos o C*ivil Law*. Por que a C*ommom Law*? Porque os precedentes valem, fazendo com que todos sejam iguais. Todos sabem que são

iguais perante a Justiça, conforme as decisões anteriores. E aí temos a ética dos precedentes, então.

Creio que cabe, sim, a observação sobre o ponto do Deputado Carlos Sampaio. Tendo em vista as situações diferentes da era Collor, do momento Fernando Henrique e do momento atual, eu penso que nós não devemos nos poupar do trabalho de examinar, em função da época atual, diante do que se está passando no Brasil, que não é pouca coisa. O somatório dessas crises: de um lado — eu não gosto da expressão, mas assim é falada —, a crise moral; de outro lado, a crise econômica, e de outro lado, uma crise política.

Enquanto se discute aqui se daqui a 6 meses ou 7 meses haverá um *impeachment* de Presidente, por uma causa que ainda não está rigorosamente delineada, o País piora, a economia afunda.

Nós todos integramos o que conceitualmente se chama de Governo. Nós não somos do Poder Executivo, mas nós, Poder Judiciário e Poder Executivo, somos este Governo da República. A responsabilidade é nossa.

Eu convido todos para esse debate sereno. Poderíamos fazer o que já fizemos em outras situações, que é combinar numa sexta-feira de aqui ficarmos em plenário e, na segunda-feira seguinte, que não têm Ordem do Dia, fazermos um debate amplo, profundo, democrático, sensato e amistoso em torno do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Muito bem, Deputado Miro Teixeira, concordamos plenamente com essa sua segunda fase do discurso, para abrirmos esse debate de uma forma democrática a fim de debatermos o problema do Brasil.

O SR. CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, só para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nós temos aqui o Deputado Major Olimpio que havia...

O SR. CARLOS SAMPAIO - Apenas para contraditar em 1 minuto..

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra por 1 minuto ao Deputado Carlos Sampaio. Logo em seguida, ao Deputado Major Olimpio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para deixar claro, evidentemente, que não integramos todos este Governo. Obviamente que não integramos todos. É o PT e o partido da base aliada que integram; nós não integramos este Governo. E este Governo não tem autoridade política, moral nem econômica para conduzir o País.

E, por fim, não importam, realmente não importam — e aqui nesse ponto apenas eu discordo do Deputado Miro Teixeira —, a condição política, a condição econômica, o que importa é o texto constitucional. O texto constitucional exige maioria qualificada quando assim o disser, não exige para requerimento de recurso nesta Casa.

Portanto, prevalece o entendimento claro de que é maioria simples, não é por uma conjuntura política, moral, econômica que eu vou rever a minha posição sobre o cumprimento ou não do texto constitucional, tem que ser cumprido na íntegra.

O SR. MIRO TEIXEIRA - O Deputado Bonifácio de Andrada me socorre aqui em apoio...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só esta frase: quanto à expressão “Governo”, eu também não sou deste Governo, não.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, vamos democratizar esse tempo.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A expressão “Governo” é de toda a organização constitucional brasileira. É da técnica constitucional, usando a expressão do Prof. Bonifácio de Andrada.

Em relação a este Governo, eu sou Oposição. Não é essa questão. Na técnica constitucional, os três Poderes da República integram o Governo, são o Governo.

O SR. CABO DACIOLO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos dar continuidade aos trabalhos. Nós temos uma série de Deputados solicitando a palavra. Passaremos a palavra a todos.

Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, de São Paulo, por 1 minuto.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aos Deputados Eduardo Bolsonaro e Major Rocha, que foram comigo, em comissão, na última quinta-feira, a São Paulo, onde tivemos um episódio gravíssimo: um sargento da Polícia Militar, o Sargento Otaga, foi preso por retaliação por um delegado de polícia na Zona Leste de São Paulo.

Estes Parlamentares — Eduardo Bolsonaro e Major Rocha — saíram das suas obrigações e foram a São Paulo. Lá nós nos dirigimos ao Tribunal de Justiça, com o Procurador-Geral de Justiça, e ingressamos com um *habeas corpus.* Às 19 horas de sexta-feira, o Sargento Otaga foi devidamente, por manifestação do Desembargador Ronaldo Sérgio Moreira da Silva, colocado em liberdade. Tudo isso porque nós estamos discutindo o ciclo completo de polícia.

O ambiente para se discutir e votar a alteração constitucional do sistema falido de segurança pública é aqui na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Conclua, Sr. Deputado.

O SR. MAJOR OLIMPIO - Não se pode, com isso, contaminar a operação de polícia na ponta da linha.

O meu agradecimento eterno aos Deputados Rocha, do Acre, e Eduardo Bolsonaro, policial federal de São Paulo.

O SR. CABO DACIOLO - Sr. Presidente, só quero lembrar, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Cabo Daciolo, só 1 minuto, por favor. Aqui nós temos uma lista de inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim e, logo em seguida, ao Deputado Roberto Britto, ambos por 1 minuto.

Nós temos uma lista de inscritos. V.Exas. vão levantando as mãos, nós vamos observando daqui, e todos falarão.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, merece aplausos a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que acaba de aprovar projeto de lei que incentiva a distribuição, para entidades beneficentes, de sobras de alimentos vendidos em mercados e feiras livres.

Verifica-se que, no Estado do Rio de Janeiro, perdemos 287 mil toneladas de hortifrutigranjeiros, quando, em contrapartida, nós temos cerca de 670 mil pessoas precisando desses alimentos.

Por isso, o nosso apelo ao Governador Luiz Fernando Pezão, para que sancione essa lei aprovada...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CABO DACIOLO - Quero só lembrar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Cabo Daciolo, peço 1 minuto, por favor. Há um Deputado com a palavra.

O SR. SIMÃO SESSIM - E que seja seguida por todo o Estado brasileiro, para o bem de todos nós e felicidade geral da Nação.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, merece nossos aplausos a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que acaba de aprovar projeto de lei que incentiva a distribuição para entidades beneficentes de sobra de alimentos vendidas em mercados e feiras livres.

Dados de 2011, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, apontam que cerca de 1,3 bilhão de toneladas de comida, o equivalente a um terço da produção mundial de alimentos, são perdidas ou desperdiçadas anualmente, representando com isso, Sr. Presidente, uma contínua e injustificável sangria nos recursos vitais do planeta e na economia das nações.

Esse cenário de desperdício de alimentos é, sem dúvida alguma, também um enorme obstáculo à resolução do problema da fome crônica que ainda aflige mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo. Somente o Brasil tem 3,4 milhões de pessoas — algo em torno de 1,7% da população —, que estão em situação de insegurança alimentar.

Uma série de reportagens publicadas em julho, no jornal *O Dia*, mostrou que pelo menos 382.717 toneladas de legumes, frutas e verduras são descartadas anualmente no campo, numa média de 25% de toda a produção rural.

Em contrapartida, Sr. Presidente, somente no Estado do Rio de Janeiro, mais de meio milhão de pessoas vivem abaixo da linha da extrema pobreza, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA.

Não obstante, outras 287 mil toneladas de hortifrutigranjeiros também são jogados fora na outra ponta da comercialização, os centros de abastecimento, devido a problemas como tamanho, deformação, etc., que não reduzem o teor nutritivo dos produtos, resultando num desperdício total de cerca de 670 mil toneladas atiradas no lixo todos os anos.

Daí o nosso entusiasmo com a iniciativa dos Deputados fluminenses de incentivar o reaproveitamento da comida que vai para o lixo todos os dias.

Medidas como esta, que se Deus quiser será sancionada pelo Governador Luiz Fernando Pezão, deveria ser seguida por todos os Estados brasileiros, para o bem de todos e felicidade geral da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Britto e, depois, ao Deputado Goulart, que a havia solicitado.

O SR. ROBERTO BRITTO (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda ontem nós recebemos a visita do Governador da Bahia, Rui Costa, juntamente com alguns Senadores e praticamente quase toda a bancada de Deputados do Estado. Fomos ao Tribunal de Contas da União a fim de falar com o Presidente, Aroldo Cedraz, a respeito da FIOL — Ferrovia de Integração

Oeste Leste, uma ferrovia de integração nacional e, por certo, muito importante para o Estado da Bahia.

Sr. Presidente, quero dar como lidos e pedir que sejam divulgados nos meios de comunicação desta Casa este e mais cinco discursos meus.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Roberto Britto, o pedido de V.Exa. será atendido. Vou solicitar que seja dada a eles ampla divulgação em todos os órgãos de comunicação desta Casa.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna expressar minha total solidariedade ao Governador do meu Estado, Rui Costa, e, como ele, revelar minha indignação com a recomendação feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que, após analisar a situação dos trechos da FIOL, teria recomendado à Valec, assim como aos Ministérios dos Transportes e Planejamento, reavaliar o custo-benefício da ferrovia e considerar como alternativa finalizar somente os lotes 1 a 4 (Ilhéus a Caetité), além de concluir a conexão com o Porto de Ilhéus.

A recomendação é uma intromissão descabida e indevida de quem, distante da realidade dos fatos e alheio ao significado da obra para o nosso Estado, de forma arrogante e burocrática, acha-se no direito de impor ao nosso povo um enorme prejuízo e, em decorrência disso, mais sacrifícios, além dos que já tem sofrido com o atraso numa obra fundamental para o nosso desenvolvimento.

Quero anunciar, também, que estarei na linha de frente de quaisquer iniciativa que o Governador queira tomar para marcar a posição da Bahia em relação a esse assunto, seja no âmbito administrativo, seja no âmbito da política, como uma

eventual ida à presidência do TCU para que possamos levar pessoalmente ao Tribunal de Contas da União nossa posição contraria a essa tentativa de impor ainda mais atrasos a uma obra fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado.

Assim como disse o nosso Governador, a Bahia não deve e não pode acatar a posição do Tribunal. Aliás, em homenagem ao nosso Governador, reproduzo desta tribuna trechos de sua firme e necessária repulsa aos burocratas do TCU, quando afirmou, em Salvador, que *"não se pode ter pessoas que gostariam de estar na política, mas estão nos tribunais. Não cabe a técnico de Tribunal opinar sobre a viabilidade da ferrovia e que o Brasil precisa acabar com a burocracia, ninguém aguenta mais tanta burocracia".*

A Bahia está sendo prejudicada por causa de meia dúzia de técnicos burocratas. *"Ferrovia em qualquer lugar do mundo é sinônimo de desenvolvimento",* disse o Governador Rui Costa. De acordo com notícia publicada pelo jornal *A Tarde,* o TCU sugeriu a redução da FIOL, com a conclusão apenas do trecho entre Ilhéus e Caetité e da conexão com o Porto de Ilhéus, após analisar atraso no andamento das obras, compra antecipada de trilhos e outros materiais pela VALEC, que é a empresa do Governo responsável pelas obras, e a crise econômica, com o contingenciamento de recursos pelo Governo e a queda do preço do minério de ferro no mercado internacional.

Além do atraso na entrega da ferrovia, o TCU menciona *"a queda do preço do minério de ferro e a possível redução da produção, aumento da taxa de juros paga pelo Governo Federal e contingenciamento"* em meio à crise como fatores que justificariam reavaliar a viabilidade da FIOL. A Valec, por sua vez, afirma estar

informada dos acórdãos do TCU, embora não notificada oficialmente e que, quando isso ocorrer, apresentará sua defesa.

Quero aproveitar esta oportunidade para informar que, na última segunda-feira, dia 26, foi publicado um decreto de utilidade pública, da Presidência da República, que permitirá a desapropriação da área do Porto Sul. O fato representa um pré-requisito para a autorização de supressão de vegetação, dada pelo IBAMA, que é o último documento que faltava para fechar o licenciamento ambiental.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta Casa duas informações relevantes para o meu Estado e sua população. A primeira relacionada com um dos grandes dramas que envolvem a população brasileira, que é a segurança pública. No meu Estado, a Bahia, não é diferente. A intranquilidade decorrente dos elevados índices de violência deixou de ser privilégio das grandes cidades. Semana passada, minha cidade, Jequié, viveu dias de medo e intranquilidade, com o registro de nove assassinatos no final de semana. Um número alarmante para um cidade que tem cerca de 160 mil habitantes e ainda guarda em muitos aspectos o ambiente de cidade de interior. Ambiente este que tem sido alterado pela onda de violência que envolve setores de nossa sociedade. Setores que a policia afirma ter envolvimento com o tráfico de drogas e tudo o que a esta pratica de crime está relacionada.

A partir desta quarta-feira, dia 2, o número de *blitze* em todo o Estado será ampliado em 50%. A medida decorre da utilização de militares, que têm trocado

alguns dias de folga pelo pagamento de horas extras garantidas pelo Governo Estadual. Tenho fundadas esperanças de que essa ação da polícia apresente resultado, mas não posso deixar de juntar-me aos milhares de baianos que exigem ações mais efetivas de segurança que devolvam a tranquilidade ao nosso povo na capital e no interior.

A segunda noticia que trago a esta Casa está relacionada a um outro grave problema nacional: a saúde dos brasileiros. Ontem o Secretário de Saúde do meu Estado, o ilustre cardiologista e Prof. Fábio Villas Boas, anunciou que os novos equipamentos de tomografia e ressonância entram em operação no Hospital Geral do Estado (HGE) e Hospital Geral Roberto Santos (HGRS) no próximo mês de outubro. A medida decorre da segunda fase de implantação da Parceria Público-Privada (PPP) de Diagnóstico por Imagem, que tem o objetivo de ampliar a oferta de serviços em até 600% na Bahia. Pelo cronograma, o HGE receberá, ainda em setembro, um tomógrafo de 16 canais, em substituição ao atual, que possui apenas um canal, enquanto o HGRS ganhará uma nova ressonância no próximo mês. Ambos entrarão em operação a partir de outubro. De acordo com o Coordenador Médico da PPP de Diagnóstico por Imagem, Gustavo Balthazar, a evolução no parque tecnológico de imagem será sensível, pois os equipamentos substituídos têm, em média, mais de 10 anos. Segundo ele, a diferença principal é na velocidade de aquisição da imagem e resolução. Se o paciente está num quadro clínico que não consegue ficar parado durante um tempo maior, o exame seria prejudicado em um tomógrafo de um canal, enquanto o aparelho de 16 canais adquire a imagem rapidamente, com possibilidade de reconstrução em outros planos, inclusive 3D.

A nova ressonância a ser instalada no HGRS possui *softwares* e periféricos de última geração. A segunda fase contempla, além do HGE e HGRS, o Hospital Geral Camaçari (HGC) e o Hospital Geral Menandro de Faria (HGMF), em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). O Governo do Estado é pioneiro no formato de PPP no Sistema Único de Saúde (SUS), para prover serviços de telemedicina, diagnóstico e bioimagem. Estão previstos equipamentos novos de raios x, mamógrafo, tomógrafo e ressonância para diversas unidades.

A primeira fase do projeto entrou em funcionamento em maio, quando contemplou o Hospital Geral Ernesto Simões Filho (HGESF), Especializado Octávio Mangabeira e o Centro Estadual de Oncologia. Ao todo serão contempladas 11 unidades de saúde públicas na capital e interior.

Ao fazer este registro, quero reconhecer os esforços que vem sendo realizados pelo Secretário Fábio Vilas Boas e sua equipe para dotar a estrutura do hospital público do meu Estado das melhores condições de funcionamento, tanto com relação a pessoal quanto a equipamentos.

Quero aproveitar para reiterar apelo no sentido de que o Hospital Prado Valadares, em Jequié, também receba a mesma atenção que os hospitais da nossa Capital, Salvador. O Prado Valadares está numa região estratégica da Bahia e, em função do atendimento que presta a toda região, tem os seus serviços comprometidos, causando enormes desconfortos ao nosso povo.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive na manhã desta quarta, dia 8, participando da solenidade de transmissão de cargo na Casa Civil da Presidência, ocorrida no Palácio do Planalto. Fui prestigiar um grande companheiro que assumia o cargo, o ex-Governador do meu Estado Jaques Wagner. Um momento importante para a Bahia e para o Governo da Presidente Dilma Rousseff. Mas, indiscutivelmente, um momento histórico para o Brasil. O homem certo, na hora certa e no lugar mais adequado para que possamos construir as pontes que nos levarão a um porto seguro nesses tempos turbulentos da vida brasileira. A trajetória de Wagner se confunde com a nossa luta mais recente pela afirmação da democracia no Brasil.

Neste momento, ninguém pode desconhecer o ambiente turvo que envolve a Nação brasileira. Além de uma crise econômica aguda que desassossega setores estratégicos da nossa economia e inquieta a sociedade brasileira, temos uma crise política que atropela qualquer esforço de nos recolocar no caminho mais adequado. À frente da Casa Civil, o Ministro Jaques Wagner representa um sopro de esperança. Não como salvador da pátria, mas como alguém que reúne as melhores condições para ajudar a Presidente a levar o País a um porto seguro.

Por onde passou, desde os tempos em que militou no movimento sindical que ajudou a construir e a consolidar na Bahia, quando trabalhou no Polo Petroquímico de Camaçari, até o mais recente cargo que ocupou, como Ministro da Defesa, Wagner fez do diálogo e do respeito uma profissão de fé. Assim será na Casa Civil.

Pude testemunhar isso de perto, quando por 8 anos ele comandou o meu Estado. Ele como Governador, e eu como Deputado Federal. Eleito por uma coligação de partido que não lhe assegurava a maioria necessária para fazer as

mudanças que a Bahia esperava, Wagner construiu uma maioria espetacular na Assembleia, reunindo antigos e ferrenhos adversários em torno de um mesmo projeto. E o fez amparado naquilo que pode haver de melhor e mais importante num político. A capacidade de ouvir, dialogar, respeitar os contrários e, assim, criar as condições para fazer o que precisa e tem que ser feito. Sei que são situações distintas, mas estou convencido de que ninguém melhor que o ex-Governador Jaques Wagner para desempenhar, enfrentar e vencer os desafios que o cargo está a exigir neste momento. No que depender do meu mandato, estarei aqui para ajudar o novo Ministro.

Ao render minhas homenagens a este grande brasileiro, quero estende-las à sua esposa, Fátima Mendonça, companheira leal e dedicada de todas que a Bahia aprendeu a respeitar e admirar. Boa sorte, Governador.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentre as muitas atividades que tenho exercido nesta Casa representando o povo baiano, devo dizer que uma delas, em especial, tenho feito com muito prazer: registrar desta tribuna avanços que o Governador do meu Estado, Rui Costa, e sua equipe vêm realizando na Bahia. Não o faço por integrar um partido que neste momento compõe a sua chamada base aliada, nem pelo fato de termos um integrante do nosso partido, o ilustre ex-Deputado João Leão, como Vice-Governador, eleito que foi na mesma chapa de Rui. Faço isto por uma questão de justiça e em reconhecimento público ao muito que o

nosso Governador tem feito pela Bahia e pelos baianos nesses poucos meses em que passou a governar o nosso Estado.

Rui não apenas consolidou os avanços implantados nos últimos anos pelo seu antecessor, Jaques Wagner, como tem apontado novos caminhos para a Bahia, mesmo diante do quadro de crise econômica pelo qual o País está passando.

Aliás, Sr. Presidente, sou testemunha dos grandes avanços que o meu Estado conquistou ao longo dos 8 anos em que foi governado pelo atual Ministro da Defesa. E não foram poucos, como está aí a provar o resultado das eleições em meu Estado. Mesmo desconhecido da maioria dos baianos, em menos de 3 meses de campanha, Rui desbancou o candidato da Oposição, um ex-Governador do Estado que as pesquisas apontavam como vencedor da disputa no primeiro turno da eleição. Bastaram 3 meses para que, numa campanha memorável, o Govenador Jaques Wagner e todos os que estivemos com ele na disputa pudéssemos mostrar à Bahia que a melhor alternativa era continuar o projeto que estava dando certo, portanto apostando em Rui Costa como a melhor alternativa para governar o Estado.

Hoje, decorridos 8 meses de sua posse, Rui Costa tem dado enorme demonstração de que a Bahia fez a escolha mais acertada. Por isso o meu reconhecimento pela forma correta e diferenciada com que ele tem governado o meu Estado. Neste aspecto quero aqui realçar uma qualidade me chama a atenção em seu estilo de governar, dentre as muitas que até aqui ele tem revelado aos baianos e ao restante do País: sua determinação em aproximar-se da população, em buscar na consulta direta ao povo, por todos os lugares por onde passa, o sentimento verdadeiro do que pensa e o que deseja o povo Baiano. Agora mesmo, em Salvador, Bairros como Nazaré, Centro, Politeama e outras localidades do

Centro Antigo de Salvador começam a receber melhorias de pavimentação e requalificação, com investimentos de cerca de R$43 milhões.

As obras fazem parte do Plano de Reabilitação do Centro Antigo e foram autorizadas, nesta segunda-feira pelo Governador Rui Costa. É um investimento significativo numa área fundamental para nossa cidade, que é o Centro Histórico, centro que aliás se confunde com a própria história do Brasil. Ao falar do significado da obra, o Governador Rui Costa afirmou que, em qualquer lugar do mundo, o centro histórico é incorporado ao cotidiano das pessoas, a população faz parte e usufrui do patrimônio histórico do local. *"O centro tem que ser o lugar da vivência das pessoas, não queremos mais que essa estrutura seja mantida apenas para contemplação, mas que seja usada como meio de vida dos baianos. Isso também inclui recepcionar bem investimentos privados*", disse ele.

A recuperação das vias vai beneficiar os cerca de 77 mil moradores do Centro Antigo e valorizar as regiões turísticas, que vão ganhar novas calçadas em concreto lavado, permitindo a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, com rampas de acesso, piso tátil, além de 13 quilômetros em ciclofaixas e 73 quilômetros em nova pavimentação, além de sinalização viária e obras de drenagem. São obras que terão impacto direto na melhoria da qualidade de vida dos moradores de Salvador e de milhares de turistas que se deslocam até lá para desfrutar de todas as coisas belas e boas que a nossa Capital oferece a quem a visita, como a nossa hospitalidade.

De acordo com o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Carlos Martins, o projeto ganha relevância não só pelo valor estético e pela acessibilidade, mas também como uma forma de trabalhar fortemente a vocação turística de Salvador.

"Não são apenas melhorias da pavimentação, é uma oportunidade de gerar emprego e renda através do turismo, é um conjunto de obras que faz com que Salvador fique mais bonita, mais acessível, e também desenvolva a economia do Estado", disse ele. O Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador prevê investimentos de R$123 milhões na melhoria da infraestrutura urbana em mais de 250 ruas da região, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC), do Governo federal.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para registrar alguns fatos ocorridos na minha cidade, Jequié, e que considero relevantes para sua população. São acontecimentos aos quais dou conhecimento a esta Casa, tendo em vista o significado de cada um, seja do ponto de vista do interesse geral da população, seja dos segmentos a que estão relacionados.

O primeiro foi audiência pública realizada na Câmara Municipal na última quinta-feira, dia 15, tendo como objetivo o debate em torno da ampliação do número de cursos oferecidos pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — UESB, *campus* de Jequié, com a defesa da criação de novas formações em Direito, Psicologia e História, dentre outras opções. As intensas atividades que desenvolvemos nesta Casa ao longo da semana, em especial às terças, quartas e quintas, como todos sabem, impediu-me de acompanhar mais de perto o evento.

O fato não me impede de atuar na linha de frente em defesa das universidades públicas deste País, em especial das estaduais da Bahia. Uma comprovação do que digo se expressa no apoio que tenho dado a todas as lutas em favor da destinação de mais recursos para as nossas universidades, seja por meio da destinação de emendas ao Orçamento, seja por meio da aprovação de leis que vão impactar diretamente na melhoria das nossas universidades, como na destinação de *royalties* do pré-sal para as universidades públicas brasileiras.

Como forma de expressar o meu apoio à essa luta, registro não só o acontecimento, como também a manifestação feita pela pró-Reitora Talamira Taita, que representou o Reitor da UESB, Paulo Roberto Pinto, que em sua fala fez um relato sobre a importância da instituição na formação profissional e na economia regional, com referências ao trabalho de assistência à população exercida pelos cursos ofertados atualmente pelo *campus* da UESB-Jequié. Ela lembrou uma norma estabelecida pelo PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), que decidiu pela não tramitação de processos de criação de novos cursos na instituição no período de 2013/2017, informando que as atenções estão voltadas para a consolidação dos cursos existentes. A Profa. Talamira lembrou um fato que é do conhecimento de todos nós e que envolve não apenas a UESB, mas todas as universidades públicas brasileiras, que é a questão orçamentária.

No caso de Jequié, ela revelou que o *campus* ali instalado trabalha com um orçamento muito apertado, sendo que 86% dos recursos a ele destinado estão comprometidos com a folha de pessoal e, quanto ao restante, estão comprometidos com a manutenção, com encargos sociais e com o pagamento de terceirizados. Ela explicou que uma das reivindicações do Conselho Superior das Universidades

Estaduais é no sentido de que o Governo eleve a destinação para as quatro universidades de 5% de sua receita líquida para 7% e permita que 25% desse orçamento seja destinado à manutenção.

Além do autor da proposta de audiência pública, o Vereador Chico de Alfredo (PDT), o evento registrou a presença dos Vereadores Eliezer Pereira Fiim (PDT), Chico de Alfredo (PDT), Pé Roxo (PT) e Ednael Almeida (PSD); das professoras Nádia Aragão, Assessora da Reitoria; Márcia Auad, Assessora Acadêmica; Luciano Alves, Prefeito de *campus*; do Jornalista Wellington Nery, da Assessoria de Imprensa; da Prof. Vitória Brandão, Presidente do Conselho Municipal de Educação, e da Enfermeira Isabela Maia, que representou a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Magaly Chaves, dentre muitos outros presentes.

Por fim, registro que no último dia 14 a Sociedade Filarmônica Amantes da Lira, de Jequié, completou 66 anos de existência. Ela foi fundada em outubro de 1949, sob a inspiração de ilustres de nossa terra, dentre os quais Argemiro Mello (Dedé), Músico, Vereador e Primeiro Maestro, em nome de quem homenageio os demais fundadores da Filarmônica.

Além de se apresentar frequentemente em eventos públicos e datas cívicas na cidade, a Filarmônica Amantes da Lira funciona também como Escola de Música, formando jovens e adultos, tendo como regente há quase duas décadas o Maestro Givaldo Cruz.

Por isso, em nome do Maestro Givaldo Cruz, deixo aqui minhas congratulações a todos os que fazem a Filarmônica Amantes da Lira, de minha querida cidade.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna fazer um esclarecimento importante, tendo em vista afirmações feitas desta tribuna na última terça pelo ilustre Deputado Bebeto, que, como eu, representa nesta Casa o Estado da Bahia, envolvendo a gestão do Prefeito de Ilhéus, o companheiro Jabes Ribeiro.

Reproduzindo afirmações que tem sido feitas por setores representativos de corporações com atuação em Ilhéus, o Deputado Bebeto acusou o Prefeito de estar tomando medidas antidemocráticas para justificar as dificuldades enfrentadas pelo Município, citando como exemplo a demissão de servidores e a contratação de serviços terceirizados na área de saúde.

Usar esta tribuna é uma forma de recolocar as coisas em seus devidos lugares. Por isso, em respeito ao povo da Bahia, em especial ao de Ilhéus, registro o teor de nota divulgada pela Prefeitura de Jequié a respeito dos fatos aqui relatados pelo ilustre colega. Datada do último dia 11 pela Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Ilhéus, a nota informa que:

"Em virtude de medidas anunciadas com o fim de adequar o Município de Ilhéus à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Prefeito Jabes Ribeiro, informou que as providências adotadas pela prefeitura decorrem de exigências feitas pelos sindicatos que representam os servidores públicos, SINSEPI e APPI, e pelo Ministério Público do Trabalho, para a realização de concurso público, fato que coloca em risco o emprego de centenas de trabalhadores , inclusive os que

ingressaram na Prefeitura entre 5 de outubro de 1983 a 5 de outubro de 1988, de acordo com o artigo 169 da Constituição Federal."

A nota informa ainda que, *"considerando que em dezembro de 2004 — último ano do mandato anterior do Prefeito, Jabes Ribeiro, o índice de gastos com pessoal era em torno de 47% abaixo do limite imposto pela LRF (54%), e quem, em dezembro de 2012, esse mesmo índice havia saltado para 78%, comprometendo o orçamento municipal com o gasto de pessoal; considerando que o ex-Prefeito de Ilhéus, Sr. Newton Lima, assinou, a 2 meses do fim do mandato, um acordo judicial que obriga o Município extinguir todos os contratos temporários de 2013; considerando que o Governo Municipal vem defendendo publicamente a manutenção do emprego dos servidores públicos, cuja proposta sempre recebeu a indiferença dos representantes sindicais da categoria, e que:*

1- em recente decisão proferida pelo tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), o Município deve extinguir os contratos temporários na área de saúde, até novembro de 2015, o que compromete a prestação de serviços públicos essenciais, como atendimento emergência do Samu, nos postos de saúde, clinicas especializadas, entre outros;

2- sem possibilidade de novo processo seletivo, o Governo Municipal optou pela contratação dos serviços através de processo licitatório, como ocorre atualmente em outras prefeituras baianas e brasileiras e no âmbito do governo estadual e federal;

3- Após decisão do Conselho Municipal de Saúde (CMS), com a presença do Ministério Público do Trabalho e dos representantes sindicais dos servidores

municipais que defenderam a suspensão da referida licitação e a realização de concurso público;

4- para assegurar a manutenção do serviço público, não restou alternativa ao governo municipal senão iniciar os procedimentos para a realização do concurso público, que, obrigatoriamente, passam pelas seguintes medidas:

4.1.1. O prefeito de Ilhéus, voluntariamente, determinou a redução de 40% de seu salário;

4.1.2. Redução do 20% da despesa com cargos comissionados;

4.1.3. Extinção de todos os contratos temporários da Secretaria de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social;

4.1.4. Exoneração de todos os servidores não estáveis admitidos entre outubro /83 e outubro/88 e exoneração de servidores estáveis — atos que visam reduzir despesas com pessoal para dar possibilidade de realizar o concurso público e suprir as necessidades do município;

4.1.5. A contratação de empresa especializada em consultoria para a elaboração de diagnóstico da estrutura de pessoal necessária à Administração de atenda aos limites da LRF e para a realização de concurso público;

4.1.6. Todos esses atos contarão com o acompanhamento do Ministério Público do Trabalho, Ministério Público estadual e Conselhos Municipais de Saúde e Educação."

Diante disto, o Governo Municipal repudia com veemência a afirmação mentirosa, manipulada pelas entidades representativas dos trabalhadores, de que as medidas citadas representam ameaças ou mesmo terrorismo psicológico, ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso permanente pelo diálogo, pela busca de

alternativa para solução menos gravosa, sempre no propósito de defender o emprego dos trabalhadores, sem perder de vista o cumprimento judicial e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Goulart.

O SR. GOULART (PSD-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para uma questão de ordem, a fim de que a Mesa possa respondê-la oportunamente.

No dia 8 de outubro, a CPI da qual eu e o Deputado Delegado Edson Moreira fazemos parte aprovou um pacote de quebra de sigilo, e todos foram votados em bloco.

A questão de ordem é a seguinte: toda votação para quebra de sigilo, pelo Regimento, tem que ser feita individualmente; portanto, nós teríamos que cancelar a sessão deliberativa daquele dia para não corrermos o risco de haver uma ação na Justiça que derrube a decisão.

Eu gostaria que a Mesa, oportunamente, pudesse falar a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Goulart, vamos recolher o questionamento de V.Exa. e encaminhá-lo à Presidência efetiva desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente e, depois, ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. CABO DACIOLO - E o Deputado Cabo Daciolo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Em seguida falarão o Deputado Cabo Daciolo, o Deputado Arnaldo Jordy e o Deputado Alex Manente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dar como lido o meu pronunciamento: *O Estatuto da Família deve vir a plenário.*

Os ultraconservadores que dominaram a Comissão Especial queriam encaminhar o projeto direto ao Senado Federal. No entanto, há mais de 120 assinaturas de Parlamentares conscientes que acham que esse tema tem grandeza para ser discutido no plenário.

Estamos aqui para dizer que nós não mais nos encontramos na idade do bronze, não. Nós estamos numa outra sociedade, moderna, na defesa dos direitos civis, dos direitos humanos.

O PSOL é contra essa proposta de Estatuto da Família por considerá-la obscurantista e que não reflete o que a sociedade brasileira vive e enxerga hoje.

Nós devemos lutar pelo direito à solidariedade, ao amor e à boa relação na sociedade e não pelo ódio e pela intolerância, sentimentos que estão sendo criados com projetos desse tipo nesta Casa.

Vamos discutir no plenário da Câmara dos Deputados esse projeto do Estatuto da Família.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, na última segunda-feira, 26 de outubro, Parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, da qual o nosso mandato faz parte, protocolaram recurso para que o Estatuto da Família seja votado em plenário. Os ultraconservadores que dominam a Comissão Especial queriam encaminhar este acinte aos direitos humanos diretamente ao Senado, eximindo os Deputados de se posicionarem em plenário.

Parte dos partidos que contam com o voto progressista, mas fazem jogo duplo com setores reacionários, também desejavam encaminhá-lo diretamente ao Senado para evitar desgaste com parte de suas bases. Porém, o requerimento, que acumulou mais de 120 assinaturas, legitima que o famigerado Estatuto da Família venha ao plenário desta Casa.

Nosso apelo aos colegas é o de justamente deixar as posições mais explícitas e compreensíveis, tanto nesta, quanto em qualquer questão que seja discutida no Parlamento. Ser Deputado, ser Parlamentar, significa fazer escolhas políticas e deixá-las à mostra para a sociedade. Não querer se comprometer remete a certa covardia de quem não tem convicção de suas posições e não está à altura de ser um representante do povo.

A população quer saber quais Deputados estão alinhados ao que há de mais atrasado e quais estão comprometidos com uma sociedade mais justa e inclusiva em que a comunidade de direitos esteja estendida e não restrita a visões cosmológicas da Idade do Bronze. O voto é aberto, como deve ser e como o PSOL sempre lutou. Essa Casa não pode nem deve se eximir de se posicionar de forma sincera e direta para que não restem dúvidas na população.

O PSOL é contra o Estatuto da Família por considerar a proposta obscurantista e que não reflete como a população enxerga a sociedade brasileira. Resta saber se os demais Parlamentares e partidos irão se posicionar ou simplesmente deixar à própria sorte o destino de milhões de famílias brasileiras.

Vamos aprovar o requerimento e fazer este debate aqui, onde deve ser feito e onde deve ser derrubado, para superarmos esse triste episódio da história recente

desta Casa, que deve ser um espaço de ampliação e reconhecimento de direitos e não o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Daciolo, do Rio de Janeiro, por 1 minuto.

O SR. CABO DACIOLO (Sem Partido-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, lembro a todos que no dia 31 de outubro de 1517 ocorreu a Reforma Protestante. Por que estou dizendo isso? Eu quero fazer a defesa aqui, agora, do povo evangélico. Independentemente de religião — esqueçam a religião —, o povo evangélico preza a justiça, a ética e a verdade e prega Jesus Cristo. Ele entregou a sua vida em Cristo. Ele acredita em Cristo e no Deus das causas impossíveis, Criador do céu, da terra e de tudo o que há.

Ontem nós tivemos a presença, em um manifesto, de alguns pastores, bispos e evangélicos, que exigiram a retirada, porque está insustentável, do Presidente Eduardo Cunha dessa cadeira.

O povo evangélico exige que a Frente Parlamentar Evangélica tome uma posição. Lembro a todo o povo evangélico e a todos que não são evangélicos que o povo evangélico preza a ética, a verdade, a moral e a justiça. Eu tenho certeza de que todos os evangélicos repudiam a situação, e uma meia dúzia, uma minoria vem blasfemando, caluniando, crucificando o nosso Sr. Jesus Cristo novamente.

Quero dizer a todos que juntos somos fortes, nenhum passo daremos atrás, e Deus está no controle.

Lembro ao Presidente Eduardo Cunha: está insustentável a permanência de V.Exa. nessa cadeira. Então, eu solicito ao Presidente da Casa que peça para sair dessa cadeira, para honra e glória do Sr. Jesus Cristo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - O Deputado Marcus Pestana já havia solicitado a palavra.

A nossa Corregedoria foi citada, e, regimentalmente, nosso Corregedor tem direito à palavra. Então, nós vamos dar 3 minutos ao nosso Deputado, Corregedor desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana, e, logo depois, vamos ouvir o Corregedor, lembrando que há mais dois Líderes inscritos.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro. O Conselho Federal de Medicina realizou, através do Instituto de Pesquisa Datafolha, uma nova pesquisa, na qual verificou, mais uma vez, que a prioridade, disparadamente, é a saúde. Quarenta e três por cento dos brasileiros dizem que a prioridade e o foco do Governo Federal e dos Governos nas três esferas deveriam ser a saúde.

Nós sabemos que o subfinanciamento existe e que é um grave problema. Eu faço aqui uma projeção, com base em parâmetros internacionais e da saúde complementar brasileira, os dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS, de que nós precisaríamos, na verdade, para existir o SUS constitucional, quintuplicar o orçamento. Não seriam os 200 bilhões de reais que temos hoje, mas 1 trilhão de reais, o que é, nesta crise fiscal, totalmente inalcançável.

O Congresso tem que se pronunciar. Só há três saídas: discutir com a sociedade o financiamento adequado; rever o texto constitucional; ou continuar, em terceiro lugar, que é a pior saída, empurrando com a barriga e fingindo que estamos

concretizando aquilo que está escrito no nosso texto maior, na Constituição, que é a cidadania plena para todos os brasileiros na área da saúde.

Eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil.*

Muito obrigado, Deputado Carlos Manato, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Marcus Pestana, o pedido de V.Exa. será atendido. Vamos solicitar que o seu pronunciamento seja divulgado em todos os órgãos de comunicação desta Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma pesquisa Datafolha, encomendada pelo Conselho Federal de Medicina, realizada entre 10 e 12 de agosto, confirma o que diversas vezes tenho dito. A saúde é a prioridade número 1 na opinião da maioria dos brasileiros. Perguntados qual deveria ser o principal campo de ação do Governo Federal, 43% dos entrevistados cravaram saúde. Bem atrás ficaram educação (27%); combate à corrupção (10%); desemprego (7%) e segurança (6%).

Há anos é assim. E o “enigma da esfinge”, que ou decifamos ou seremos devorados na saúde pública brasileira, é: por que os centros de decisão política do País não se comportam coerentes com a opinião da maioria da população?

A pesquisa CFM-Datafolha reafirma outra verdade já conhecida: a avaliação dos usuários do SUS não é um mar de rosas. A avaliação negativa é abraçada por 87% dos usuários do sistema.

Se não há nenhuma novidade expressiva nos dados da pesquisa, cabe enxergar, em perspectiva dinâmica, qual é a tendência: a melhoria ou a deterioração?

Infelizmente, com toda a experiência acumulada como Secretário da Saúde de Minas Gerais, de 2003 a 2010, e na Comissão de Seguridade Social, Saúde e Família da Câmara, não consigo ser otimista sobre os caminhos futuros do SUS. A equação posta parece insolúvel: direitos amplos, recursos escassos, custos crescentes (inovação tecnológica somada à transição demográfica), judicialização inevitável. É evidente que é possível sempre aprimorar a gestão, mas sem financiamento adequado não há saída. Dados recentes mostram que os planos de saúde que cobrem 25% da população brasileira têm 50% mais recursos que o SUS, o qual assiste a 100%. Hoje o Brasil investe cerca de 300 dólares *per capita* por ano. Para atingirmos um mínimo de qualidade e eficácia, teríamos que alcançar o parâmetro pelo menos de Portugal, ou seja, 1.500 dólares por habitante-ano. As comparações permitem imaginar que para a efetivação do SUS constitucional precisaríamos multiplicar o atual orçamento do SUS por cinco. Ao invés dos atuais 200 bilhões de reais anuais (Ministério+Estados+Municípios), deveríamos ter 1 trilhão de reais-ano. Como alcançar isso num país em crise econômica profunda e carga tributária já elevada?

A hora da verdade da maturidade do SUS se aproxima. Só há três caminhos: a revisão dos princípios constitucionais da universalidade e da integralidade, a obtenção de financiamento adequado por decisão da sociedade ou continuar “empurrando com a barriga” e aceitar uma marcha lenta, gradual e segura rumo à decadência.

Aprovamos na última semana a PEC 01/2015, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, do PSDB de São Paulo, na Comissão Especial que repõe a participação federal no SUS nos patamares da campanha Saúde+10, que mobilizou 2 milhões de assinaturas em torno de um projeto de iniciativa popular. Resultará, no sexto ano, num incremento de R$ 33,42 bilhões-ano de investimento adicional. Não resolve nem de longe o problema, mas é um importante primeiro passo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos, então, conceder a palavra ao Corregedor da Casa. Em seguida, concederemos a palavra aos vários Deputados inscritos.

Nós temos que entender que há ainda alguns Líderes inscritos, os quais têm prioridade.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho falar em nome da Corregedoria porque nós fomos citados.

Inicialmente, eu gostaria que o Deputado Chico Alencar olhasse também nos meus olhos. Quero dizer ao Deputado que, quando S.Exa. citou o meu nome, pegou-me de surpresa. Eu estava com o Código de Ética e Decoro Parlamentar na mão e não estava olhando para S.Exa. Mas o meu caráter é de olhar olho no olho.

Eu estava consultando o Código de Ética. Nós sabemos muito bem que temos imunidade para algumas coisas, mas o art. 5º do Código de Ética — que todos os Parlamentares receberam, porque esta Corregedoria fez questão de enviar — é muito claro. Eu gostaria de lê-lo, se V.Exas. permitirem:

> *"Art. 5º. Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:*

I - perturbar a ordem das sessões da Câmara dos Deputados ou das reuniões de comissão;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara dos Deputados ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão, ou os respectivos Presidentes."

Foi este o artigo — nos autos do processo, estão todos aqui — que a Corregedoria usou para dar a advertência escrita ao nobre Deputado.

S.Exa. teve o prazo de defesa, e nós a analisamos. E aí cada um pode fazer sua avaliação. O art. 5º é muito claro: ofensa moral a Parlamentar, ofensa por palavras ou por atos.

O SR. CHICO ALENCAR - Deputado Carlos Manato, V.Exa. está se referindo a qual Deputado?

O SR. CARLOS MANATO - Eu estou me referindo ao Deputado Silvio Costa. Com relação a V.Exa., foi só o olho no olho.

O SR. CHICO ALENCAR - Certo. Isso não é ofensa nenhuma.

O SR. CARLOS MANATO - V.Exa. não tem nada a ver com isso aqui, não.

Da mesma forma, nobre Deputado Edmilson Rodrigues, eu tenho o maior carinho e o maior respeito por V.Exa., que sempre nos respeita quando estamos na presidência dos trabalhos. Eu tenho o maior carinho por V.Exa., mas também seguimos o art. 5º.

Para quem infringir o decoro parlamentar, nós vamos aplicar esse artigo enquanto eu for o Corregedor. E se eu o infringir, gostaria que alguém também fosse à Corregedoria e entrasse com uma representação.

Portanto, Sr. Presidente, é essa a defesa que eu queria fazer. Está tudo à disposição. Eu estou aqui com todo o processo do nobre Deputado para quem quiser olhar, porque, a partir do momento em que nós emitimos o parecer para a Mesa e ela o divulga, o processo já se torna público e fica à disposição de qualquer um.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Alex Manente. Em seguida falarão os Deputados Arnaldo Jordy e Silas Câmara.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu estou inscrito há 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Edinho Bez, V.Exa. falará após o Deputado Alex Manente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Eu não sei por que o meu nome não aparece na lista, Sr. Presidente. Eu estava disputando o tempo aqui junto com o Deputado Cabo Daciolo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - O Deputado Esperidião Amin também estará usando o seu precioso 1 minuto para falar ao povo de Santa Catarina.

Com a palavra o Deputado Alex Manente, de São Paulo.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, público que nos acompanha, venho a

esta Casa para reafirmar o meu apoio à indústria química e petroquímica e, sobretudo, à região do Grande ABC.

Temos 48 horas para resolver uma questão estratégica para o País e fundamental para a região. O terceiro aditivo do contrato de fornecimento de nafta entre PETROBRAS e indústria petroquímica vence no dia 31 de outubro.

Portanto, colegas, como Coordenador da área de petroquímica da Frente Parlamentar Mista em defesa da indústria química, uso a palavra para pedir o apoio das lideranças políticas e econômicas do nosso País para uma solução que resulte na celebração de um contrato de longo prazo para fornecimento de nafta, que propicie segurança, competitividade e retomada dos investimentos na região, beneficiando milhares de empregos diretos e indiretos ao longo da cadeia produtiva.

Mais que isso, como representante dos moradores do Grande ABC, de minha cidade de São Bernardo e daqueles que confiaram em nosso trabalho, clamo pela garantia do presente e do futuro do primeiro polo petroquímico do Brasil, pela retomada dos investimentos estratégicos, pela promoção do desenvolvimento econômico e geração de empregos, pela distribuição de renda e pelo crescimento da arrecadação tributária, para o desenvolvimento econômico e social da nossa região, que abriga 2,7 milhões de moradores e é o berço da indústria nacional, o Grande ABC.

Fomentar o desenvolvimento da indústria química é imperativo para o Brasil tornar o polo do ABC mais competitivo e ajudará o País a crescer, a se desenvolver e agregar valor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Solicito aos Srs. Deputados que possam se manter no tempo por 1 minuto, tendo em vista que há uma série de Deputados inscritos.

É claro que a nossa sessão está programada para ir até às 15h35min. E eu não tenho nenhuma dificuldade de ficar aqui, para que todo o Brasil possa ouvir S.Exas.

Com a palavra o Deputado Edinho Bez, por 1 minuto.

Depois falarão os Deputados Arnaldo Jordy, Eduardo Cury e Silas Câmara.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - E eu, Sr. Presidente? Eu não estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - V.Exa. está inscrito, Deputado.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e nobres colegas Parlamentares, venho falar do Requerimento nº 118, de 2015, de autoria deste Deputado, que requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. Alberto Angerami, Diretor do DENATRAN e Presidente do CONTRAN; do Presidente ou representante da ANFAVEA; e Presidente ou representante da AEA; para debater acerca do PL 3479/2012.

Esse projeto de lei estabelece a obrigatoriedade de instalação de medidor de combustível digital em veículos automotores**.** Como existe dúvida sobre a matéria, solicitamos a realização de audiência pública para mais esclarecimentos.

Lembro que estamos produzindo 3 milhões de veículos por ano no Brasil. Precisamos discutir melhor essa matéria com os órgãos competentes.

Sr. Presidente, gostaria que fosse dada ampla divulgação ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Está atendido o pedido de V.Exa. Será dada a divulgação de seu pronunciamento por todos os órgãos de comunicação da Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Deputado Federal pelo sexto mandato consecutivo, membro da Comissão de Viação e Transportes, membro da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura Nacional, onde coordeno a área de Portos e Vias Navegáveis há mais 12 anos, ex-Secretário de Estado de Infraestrutura de Santa Catarina, no primeiro Governo do saudoso Luiz Henrique da Silveira, venho à tribuna para falar sobre a aprovação do Requerimento nº 118, de 2015, de autoria deste Deputado, que requer a realização de audiência pública, com a presença do Sr. Alberto Angerami, Diretor do DENATRAN e Presidente do CONTRAN; do Presidente ou representante da ANFAVEA; e do Presidente ou representante da AEA; para debater acerca do Projeto de Lei nº 3479, de 2012, de autoria do Deputado Augusto Coutinho, que *"acrescenta inciso ao art. 105 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de instalação de medidor de combustível digital em veículos automotores"*.

Nobres Deputados, o requerimento em questão, elaborado por este Deputado, incide na necessidade do debate deste importante tema, haja vista que, aplicabilidade do referido projeto de lei incide em medidas a serem adotadas nos mais de 3 milhões de veículos fabricados anualmente no País.

Há de ressaltar, Presidente, que a instalação de um novo equipamento obrigatório deve ser precedida de estudos e análises que possam comprovar sua aplicabilidade e eficácia. Cabe ratificar também que câmaras temáticas vinculadas ao CONTRAN foram instituídas, compostas por representantes do setor automotivo, onde poderão ser realizados os debates necessários sobre viabilidade técnica e a conveniência de cada equipamento novo que se propõe tornar obrigatório.

Nobres colegas Parlamentares, dessa forma, entendemos, antes de incluir no Código de Trânsito Brasileiro, que é necessário fazermos uma audiência pública, pois no nosso entender o projeto de lei não diz respeito à segurança dos usuários e ainda não tem a sua eficácia comprovada, sob pena de jogar por terra toda a filosofia na qual se baseou o CTB, bem como de trazer ao Parlamento uma discussão eminentemente técnica, que deveria ser realizada o âmbito das Câmaras Técnicas do CONTRAN, daí a audiência pública enunciada objetivando elucidar aqueles que por ventura tenham dúvida, pois, com relação ao medidor digital numérico de combustível proposto no Projeto de Lei nº 3.479, de 2012, não há relato no mundo sobre a disponibilidade para uso em larga escala, inclusive nos veículos de luxo, dotados da mais moderna tecnologia.

Questionamentos sobre a necessidade de possíveis estudos e audiência pública para aprofundarmos o assunto em questão se fazem necessários uma vez que precisamos ter a real noção da viabilidade de sua aplicação em todos os tipos de veículos.

Por fim, entendemos que a audiência pública permitirá uma ampla discussão sobre o tema. O Código de Trânsito deve se preocupar com a incorporação de

tecnologias que deixem os veículos mais seguros, o que ao ver deste Deputado não é o caso do equipamento proposto.

Solicito a ampla divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa, em especial o programa *A Voz do Brasil*, haja vista a importância do assunto em questão.

Obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer um comunicado a esta Casa e a todos que assistem a esta sessão. Hoje eu dei entrada na Mesa a uma questão de ordem contra a Presidência desta Casa, que resolveu inovar mais uma vez, ao arrepio do Regimento Interno da Casa, no seu art. 18, e do Ato da Mesa nº 37, de 2009, e contra inclusive a jurisprudência criada na própria Corregedoria, segundo o Deputado Carlos Manato, que acabou de sair daqui e me disse ontem que isso era um fato inédito.

O Presidente recebeu, há quase 1 mês, através da Corregedoria, uma representação de minha autoria e de autoria de outros Deputados em relação às denúncias que estão aí. A Corregedoria imediatamente, no mesmo dia, encaminhou a representação à Mesa Diretora, que tinha por obrigação admitir apenas a formalidade da representação, ou seja, ser pela admissibilidade da representação e devolvê-la à Corregedoria, para que fosse feita a análise de mérito.

O que fez o Presidente? Distribuiu a representação a um Relator, agindo de forma inédita, ao arrepio da regra, ao arrepio do procedimento acumulado na própria Mesa e na própria Corregedoria.

Portanto, este é o objeto dessa questão de ordem a que nós demos entrada hoje, pedindo a correção do procedimento e o envio imediato da representação à Corregedoria da Casa, para ela apreciar — aí, sim — o mérito dessa matéria, que é a expectativa que esta Casa tem em relação às últimas condutas, que, no nosso entendimento, são absolutamente incompatíveis, adotadas pelo Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Arnaldo Jordy, a questão de ordem de V.Exa. será recolhida e encaminhada à Presidência da Casa, para que logo seja dada uma resposta da Mesa.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cury, de São José dos Campos.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar, neste momento de dificuldade, uma medida extremamente importante e benéfica adotada pelo Estado de São Paulo em relação à educação.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo começou um grande projeto que separa as nossas crianças, os nossos filhos, em primeiro ciclo e segundo ciclo. Isso já é feito no Primeiro Mundo.

No Brasil, provavelmente nos próximos meses ou próximos anos, os demais Estados também seguirão esse modelo. Fazer essa separação é o melhor modelo de educação, por causa da grande diferença de idade dos alunos.

Eu queria deixar registrado aqui o meu agradecimento ao Secretário Herman pela coragem e ao Governador Geraldo Alckmin pela determinação em prover uma educação melhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passo a palavra ao Deputado Silas Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a tolerância de V.Exa. para fazer três registros importantes.

O primeiro deles é sobre o acordo feito neste plenário que deve perdurar até a próxima terça-feira. O Governo, através da Liderança, estabeleceu esse prazo para que ele se organize e reveja a Portaria nº 192, que prejudica os pescadores brasileiros, sob pena de nós votarmos, na próxima terça-feira, por acordo, o PDC 238, de minha autoria, e o PDC 242, de autoria do Deputado Sarney Filho, que suspende os efeitos da portaria, portanto, dando aos pescadores o direito de continuar recebendo o seguro-defeso em todo o Brasil. É bom dizer que essa portaria prejudica 80% dos pescadores brasileiros.

O segundo registro, Sr. Presidente, é de indignação pelo indicativo de reajuste de energia elétrica em 39% para as residências e em 42% para as ligações comerciais ou industriais no Amazonas. É um absurdo que neste ano o Estado tenha as suas tarifas de energia ajustadas em mais de 80%, se isso perdurar, se isso vingar.

Finalizando, registro a presença de vários pescadores, inclusive a do Vereador Rildo, do Estado do Pará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - O pedido de V.Exa. será atendido, Deputado Silas Câmara, para que seu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Eu gostaria de pedir aos senhores que, por favor, respeitem o tempo de 1 minuto, porque alguns Líderes já estão inscritos para falar pelas Lideranças partidárias e, logicamente, eles têm prioridade. Para que haja uma economia processual nesta Casa, nós estamos concedendo a palavra por 1 minuto a V.Exas.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PMDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, volto a esta tribuna, mais uma vez, para cobrar do Governo de Tocantins — e nossa Assembleia Legislativa já está cobrando — o decreto que reduzirá os impostos e taxas do DETRAN que foram aumentados em cerca de 300%, com relação ao Estado do Maranhão, ao Estado da Bahia e ao Estado de Goiás. As pessoas não estão mais emplacando carros no nosso Estado. Estão procurando outros Estados. Estamos perdendo muito. Isso é prejuízo para o Estado. Tenho certeza de que, com o empenho da Assembleia, isso vai ser modificado.

Quero também falar, Sr. Presidente, sobre a energia elétrica. Nosso Estado tem cinco hidrelétricas grandes, tem autogerador e paga a energia elétrica mais cara do País. Temos que tomar providências.

Sr. Presidente, peço que minhas palavras sejam divulgadas no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa e que o meu discurso seja dado como lido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho novamente a esta tribuna para solicitar ao Governador Marcelo Miranda que ouça os Deputados Estaduais e envie logo para a Assembleia Legislativa nova lei que prevê a redução dos impostos IPVA, ITCD e das taxas do DETRAN, que foram aumentadas entre 100 a 300% no início deste mês. O Governo precisa rever com urgência o aumento do IPVA. A nossa preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com a perda de arrecadação em nosso Estado caso estas alíquotas de impostos não sejam revistas até o final do ano.

Se compararmos nossa tabela com a tabela dos Estados vizinhos, Maranhão, Pará e Goiás, nós veremos que nosso IPVA está 100% mais caro. Nossos empresários, principalmente do setor de transportes e os cidadãos tocantinenses não suportam esta carga tributária tão alta, porque já estão pagando outros aumentos de impostos aprovado no pacote de Governo. Por isso faço mais uma vez um apelo ao nosso Governador para que reveja com urgência o valor desses impostos.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja dado como lido e divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Com muita alegria, eu quero anunciar, nesta tarde, a presença dos alunos do Colégio I. L. Peretz, de São Paulo.

Sejam muito bem-vindos a esta Casa! Uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

Deputado, eu peço a V.Exa. que utilize apenas 1 minuto, porque há Líderes inscritos; um deles está na tribuna, inclusive.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PTN-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu sou rápido e rasteiro, Sr. Presidente, como um ataque de peixeira.

Desde que chegamos a esta Casa, nós estamos discutindo segurança pública. E tenho como testemunhas os nossos amigos, Deputado Alberto Fraga e Deputado Capitão Augusto. A sociedade toda está discutindo segurança pública, porque o banho de sangue que está acontecendo neste País é uma coisa absurda. É coisa de guerra!

Portanto, Sr. Presidente, a segurança pública é prioridade, e nós precisamos rever principalmente a Lei nº 7.210, de 1984, a Lei de Execução Penal. Não adianta aumentar a pena se a lei ficar da maneira que está. Aumenta-se a pena, mas o art. 6º da Lei nº 7.210 facilita tudo para os criminosos.

Gostaria que o meu discurso fosse divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - V.Exa. será atendido.

Tem a palavra a Deputada Jô Moraes. Eu vou conceder a palavra a mais três Deputados e, em seguida, passá-la aos Líderes, porque — volto a dizer — vários

Deputados falarão pela Liderança, como o Deputado Capitão Augusto e tantos outros.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na semana em que se comemora o Dia do Servidor Público, nós queremos fazer uma homenagem a todos aqueles que trabalham para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Quero fazer uma homenagem especial a quatro servidores públicos, auditores fiscais do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, que em 2004 foram assassinados naquela que foi chamada Chacina de Unaí. São eles os auditores fiscais Nelson, João Batista e Erastótenes e o motorista Ailton. Só nesta semana passou a ser feito o julgamento desse crime que agrediu a consciência do trabalho e da democracia.

Presto toda a minha solidariedade aos familiares desses servidores, que agora estão vendo a justiça ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passarei a palavra ao Deputado Miguel Lombardi e, em seguida, ao Deputado Nilto Tatto. Depois, passarei a palavra só para o Deputado que já está na tribuna e, logo em seguida, ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. MIGUEL LOMBARDI (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meios de comunicação que nos acompanham, a Lei nº 13.019 foi idealizada objetivando a regulamentação das relações financeiras da administração pública, nas três esferas, e do terceiro setor, com as organizações da sociedade civil.

Contudo, o texto aprovado e sancionado, em 2014, mostrou-se de difícil aplicação, visto que criou entraves burocráticos, jurídicos e conceituais para a efetiva realização de parcerias entre o setor público.

Ontem, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória nº 684, que veio ajustar essa realidade o mais próximo possível à aplicabilidade, deixando de impor às organizações da sociedade civil as obrigações incompatíveis com a capacidade de elas assumirem o que, em alguns casos, não se exige nem para as empresas com fins exclusivos do setor do lucro.

Então, essa medida provisória foi muito importante para valorizar o terceiro setor, a fim de que não haja chamamento público e só algumas entidades sejam privilegiadas.

Com essa aprovação, com certeza, o terceiro setor vai ser mais valorizado e beneficiado. Vai-se fazer justiça às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos que atendem ao SUS, assim como às entidades religiosas que também atendem ao SUS.

Então, espero que essa medida provisória que foi aqui votada ontem também seja aprovada no Senado, já que até o dia 18 de novembro ela deverá entrar em vigor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa das

Organizações da Sociedade Civil, quero registrar aqui o grande avanço desta Casa ontem, com a aprovação da Medida Provisória nº 684, que vem aprimorar o regimento jurídico de parceria voluntária entre a administração pública e a sociedade civil organizada.

Essa foi uma medida importante. Há mais de 30 anos que a sociedade civil luta para ter um marco regulatório. E, de uma vez por todas, vamos ter agora um marco que reconhece politicamente o papel social que essas organizações têm no Brasil inteiro.

Está de parabéns esta Casa e os Parlamentares.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este meu pronunciamento seja dado como lido e divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil, quero chamar a atenção para um grande avanço conquistado, nesta Casa, na data de ontem, que foi a aprovação, em plenário, da Medida Provisória nº 684, de 2015, que traz aprimoramentos ao regime jurídico das parcerias voluntárias entre elas e a administração pública.

Essas organizações são expressões institucionais da solidariedade e da cidadania, senhoras e senhores, e como são formadas pelos próprios cidadãos, estão presentes nas comunidades mais carentes, levando ações sociais a regiões e espaços onde o Estado ainda não chega. Elas são responsáveis pela criação de

novos direitos e por inovação nas políticas públicas, formulando projetos demonstrativos com criatividade e coragem.

Há mais de 30 anos a sociedade civil brasileira reivindica uma política pública de fomento à participação cidadã por meio de organizações sociais autônomas, com boas práticas de boa gestão e transparência.

Em 2010, foi criada uma Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, que reúne OSCs, movimentos sociais, entidades religiosas, institutos e fundações privadas. Em 2014, foi aprovada a Lei nº 13.019, mas, alterações ainda eram demandadas, muitas delas tendo sido incorporadas nas emendas à medida provisória aprovada.

Essa conquista, senhoras e senhores, fortalece o compromisso com a criação de um ambiente cada vez mais favorável para a atuação destas organizações, o que inclui a defesa e a promoção do direito fundamental à livre organização; a participação social como método de gestão democrática do Estado; e uma cultura de engajamento social pela população.

Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja publicado nos meios de comunicações da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Nilto Tatto, será atendido o pedido de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Capitão Augusto, pelo PR. Assistem ao seu pronunciamento hoje a Sra. Andréa e também o seu filho Breno, que estão enriquecendo a audiência da *TV Câmara.*

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, saiba que o carinho, a consideração e a amizade que tenho por V.Exa. jamais serão afetados, independente das nossas defesas institucionais, que são bastante legítimas.

Sr. Presidente, hoje vou falar especificamente para a minha cidade de Ourinhos e para as cidades da região, como Santa Cruz do Rio Pardo.

Temos uma grande preocupação: o SAMU da nossa região, que está para ser desativado por falta de repasse de recursos do Governo do Estado de São Paulo.

Como todos sabem, 50% dos recursos do SAMU são oriundos do Governo Federal, que os repassa com um pouco de atraso, mas os está repassando para manutenção; 25% do Governo Estadual e 25% do Governo Municipal.

Devido à falta de repasse do Governo do Estado de São Paulo, infelizmente, deixaremos de atender 11 Municípios. São eles: Salto Grande, Ribeirão do Sul, Canitar, Chavantes, Ipaussu, Bernardino de Campos, Timburi, Óleo, São Pedro do Turvo e Santa Cruz do Rio Pardo. Ourinhos continuará mantendo o serviço do SAMU, custeando parte que é do Governo do Estado de São Paulo.

Aqui fica o meu pedido ao Governador Geraldo Alckmin para que olhe com mais carinho para Ourinhos e para as cidades da região.

Não há só a questão do SAMU para tratar, mas também a duplicação da Rodovia Raposo Tavares, o que estamos pedindo desde o início do mandato. Há um projeto original na Secretaria de Transportes que prevê a duplicação da Rodovia Raposo Tavares no trecho entre Itapetininga e Angatuba, que dista mais ou menos 50 quilômetros. Nesses mesmos 50 quilômetros, poderíamos contemplar sete cidades entre Ourinhos e Piraju. Essas cidades são atendidas pela Rodovia Raposo Tavares, onde já foram ceifadas dezenas de vidas, onde já houve diversos acidentes de trânsito com vítimas fatais, vítimas graves, vítimas leves.

Nós estamos pedindo ao Governo que reveja a sua posição. Está sendo feita a duplicação em um trecho que vai atender somente uma cidade com 5 mil habitantes. Poderia duplicar a mesma Rodovia Raposo Tavares nesse trecho que liga Ourinhos e Piraju e poderia estar atendendo sete Municípios, obviamente com um fluxo de veículos muito maior.

Estamos também pedindo ao Governo do Estado de São Paulo que aumente o efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica na nossa região. Nós estamos com uma defasagem imensa, já chegando a quase 20% do efetivo. Está faltando efetivo até para suprir o novo presídio, um presente dado a nós, na cidade de Bernardino de Campos, um presídio cujo inicial previsto era de apenas 800 presos, mas hoje está com uma superlotação de mais de 1.600 presos. Não foi designado nenhum policial militar a mais para suprir a demanda desse presídio, o que acaba, obviamente, onerando o efetivo da Polícia Militar, que tem que fazer as escoltas, fazer a condução aos hospitais. De certa forma, acaba também onerando os Municípios, porque os familiares desses presos vão para lá, e os Municípios não têm estrutura para atender os familiares de 1.600 presos.

Então, viemos aqui pedir ao Governador Geraldo Alckmin que olhe com mais carinho para essas áreas. Ourinhos e toda a nossa região precisam muito do Governo Estadual. Aqui fica o nosso pedido, o nosso apelo, principalmente para essas áreas.

Quanto ao transporte, na Rodovia Raposo Tavares, como eu disse, estão sendo ceifadas inúmeras vidas, principalmente de estudantes que utilizam a rodovia.

Quanto à questão da segurança, há o aumento do efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Técnico-Científica, bastantes defasadas, e não estamos recebendo o efetivo suficiente para supri-las.

E repito: não é possível que o Governo Federal cumpra a sua obrigação, com o financiamento de 50% dos recursos do SAMU, que o Governo Municipal cumpra sua obrigação, com financiamento de 25% dos recursos, e o Governo do Estado de São Paulo, o mais rico do Brasil, não repasse os seus 25%. Isso fará com que o SAMU, no mês que vem, feche as suas portas e deixe de atender mais de 10 Municípios, precisamente 11 Municípios, em toda a nossa região.

Fica aqui esse pedido, o nosso apelo, para que toda a região de Ourinhos e os Municípios vizinhos sejam mais bem atendidos pelo Governo do Estado de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Agora nós vamos ao Rio Grande do Sul, com o nosso Deputado Pompeo de Mattos, que falará pelo tempo de 5 minutos. Mas, enquanto o Deputado vem à tribuna, vamos dar uma passada rápida pelo Ceará.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes, por 1 minuto.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a APRECE — Associação dos Municípios do Estado do Ceará, após encontro organizado com os Prefeitos do Ceará, enviou a esta Casa e à Presidente da República a *Carta do Ceará*, na qual apresenta 11 itens interessantes, a saber:

- pacto Federativo (PEC 172/12);

- retorno da CPMF — os Prefeitos querem o retorno dela, mais 0,38%, e isso permite que a União fique com 20%; os Estados, com 9%; e os Municípios, com 0,9%;

- *royalties* — ele também não estão chegando ainda a canto nenhum das Prefeituras;

- Emenda Constitucional nº 84;

- atualização do piso salarial do magistério público da educação básica;

- ISS (PLP 366/13) — trata-se da proibição de isenção;

- parcelamento da dívida do INSS;

- implantação do piso nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias;

- cobrança ao Governo Federal de suplementação orçamentária para o ano de 2015;

- prorrogação do prazo para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos — Resíduos sólidos (PLS 2.289/15);

- ativos da iluminação pública (PDS 85/15).

Sr. Presidente, solicitamos a divulgação dessa carta dos Prefeitos do Ceará pelos órgãos de comunicação desta Casa e, principalmente, pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado a V.Exa. e ao Deputado Pompeo de Mattos, por ter tido a paciência de me escutar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Chico Lopes, o pedido de V.Exa. será atendido. Faremos toda a divulgação pelos órgãos de comunicação desta Casa.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR

CARTA DO CEARÁ

Prefeitos e prefeitas de todas as regiões do Ceará estiveram reunidos, no dia 21 de setembro de 2015, com representantes da bancada federal cearense, em encontro emergencial organizado pela Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), na sede do Iprede em Fortaleza, discutindo os efeitos alarmantes da crise financeira para os municípios e para as gestões municipais, em especial, o ajuste fiscal do Governo Federal que impacta diretamente nos serviços públicos básicos prestados aos brasileiros.

Na oportunidade, aconteceram inúmeros desabafos por parte dos prefeitos, no que diz respeito à dificuldade de honrar os compromissos e manter o padrão de qualidade dos serviços à população por conta da crescente queda no repasse de recursos, principalmente oriundos da União. Também foram discutidas alternativas para viabilizar minimamente a retomada da saúde financeira dos municípios, evitando impactos ainda maiores, a exemplo dos que vem sendo sentido na

economia municipal, após medidas tomadas pelas prefeituras, como demissões, reduções de salários, atrasos de pagamento, entre outras com repercussão direta no comércio local.

Após explanações técnicas; realizadas pelo consultor econômico da entidade Irineu de Carvalho, e posteriores discussões mediadas pelo presidente da entidade, Expedito José do Nascimento, e enriquecida pelos prefeitos(as) e deputados presentes; foram elencados pontos prioritários a serem trabalhados como prioridade pelos parlamentares representantes do Ceará em suas atuações no Congresso Nacional. São eles:

1. PACTO FEDERATIVO PEC 172/2012: A Câmara concluiu a votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) 172/12 do Pacto Federativo. A PEC proíbe a lei federal de impor ou transferir qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, Distrito Federal e Municípios sem a previsão de repasses financeiros para cobrir as despesas. A proposta foi encaminhada para a apreciação do Senado. Se a PEC for modificada no Senado, terá de retornar à Câmara para nova análise;

2. RETORNO DA CPMF: O governo federal apresentou uma proposta de retorno da CPMF de 0,20%. Ocorre, que os governadores estão trabalhando junto ao Congresso para aprovar o projeto com o aumento da alíquota para 0,38%. Isso permitiria que a União ficasse com 0,20%, Estados com 0,9% e os municípios com 0,9%, assim, os municípios também serão contemplados;

ROYALTIES LEI 12.734/2012: Está suspensa desde 18/03/2013 por decisão liminar da Ministra Carmen Lúcia em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelos Estados produtores e até agora, a magistrada não proferiu decisão final no processo. Assim, requeremos o apoio para que o STF acelere o julgamento dos Royalties do petróleo;

4. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 84/2014: A emenda regulamentou que a base de cálculo englobaria o período de janeiro a julho de 2015. Em acordo firmado entre a CNM e o Governo Federal, ficou estabelecido que no mês de julho de 2015, o acréscimo de 0,5% seria referente ao período de Jun/2014 a Jul/2015, no entanto o Governo repassou apenas 0,25%, no mesmo período, o que corresponde à metade do estabelecido. Em decorrência disso, a CNM propôs que os 0,25%

pendente fosse repassado aos municípios a título de auxílio financeiro para compensar a perda, sobre o que o Ministro Eliseu Padilha se posicionou favorável à causa municipalista, explicitando, inclusive que “seria um “porta-voz” dos municípios, no sentido de cumprir o acordo entre governo e movimento municipalista, referente à elevação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”.

5. ATUALIZAÇÃO DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PELO INPC PL 3776/2008: Tramita atualmente na Câmara dos Deputados;

6. ISS PLP 366/2013: Já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para o Senado para aprovação. A proposta aprovada na Câmara proíbe que o imposto seja objeto de isenções, incentivos ou benefícios tributários e financeiros, com o objetivo de acabar com a chamada guerra fiscal. Atualmente, cada município tem uma alíquota diferente, o que acirra a disputa entre cidades que tentam atrair empresas para se instalarem em sua região;

7. PARCELAMENTO DA DÍVIDA INSS: Solicitação de novo parcelamento da dívida junto a Receita Federal do Brasil em 240 meses, priorizando período de carência (de pelo menos 3 meses) para o início do pagamento devido a forte crise financeira;

8. IMPLANTAÇÃO DO PISO NACIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: A Regulamentação da Lei Federal nº 12.994 de 17 de junho de 2014, que altera a Lei n 11.350/2006, regrado pelo Decreto Federal nº 8.474/2015 o (22/06/2015), e cuja repercussão Financeira disposta nas Portarias nº 1.024/2015 e 1.025/2015 atentam contra as finanças municipais, devendo portanto serem revistos o Decreto e as portarias citadas;

9. COBRAR DO GOVERNO FEDERAL A SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2015: De modo a garantir Recursos Financeiros de Custeio dos Serviços de Saúde, da ordem de R$ 5 bilhões de reais, sem os quais não será possível honrar os compromissos financeiros do Sistema Único de Saúde neste ano. De igual modo, alertar para a proposta orçamentária de 2016 que prevê redução da ordem de 7,2 bilhões de reais da Saúde (2 bilhões da Atenção Básica e 5,2 bilhões da Média Complexidade), o que inviabilizará a continuidade dos serviços de saúde, afetando sobremaneira a população brasileira;

10. RESÍDUOS SÓLIDOS PL 2289/15 (PLS 425/14): Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, está em tramitação na Câmara Federal;

11. ATIVOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PDS 85/2015: (Ementa: Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos). Esse projeto foi aprovado na Câmara como PDC 1428/2013 e atualmente está na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), aguardando designação de Relator desde o dia 11/09 para seguir ao Plenário do Senado para votação.

Diante dessas reivindicações prioritárias, a Aprece solicita, em nome de todos os seus associados, que os Parlamentares Cearenses: Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores, assumam o compromisso com a pauta legislativa dos municípios para evoluirmos ainda mais com as conquistas do movimento municipalista, amenizando os efeitos trágicos da presente crise financeira. A união faz nossa força!

Fortaleza, 26 de outubro de 2015.

Expedito José do Nascimento

Presidente da APRECE

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu me valho desta oportunidade, em nome da Liderança do PDT, para prestar uma homenagem às mulheres no nosso Outubro Rosa.

Estamos quase chegando ao Novembro Azul, mas mulheres, lutadoras, guerreiras, que superam adversidades, que têm dupla jornada, ainda enfrentam essa dificuldade do câncer de mama.

Deputada Laura Carneiro, V.Exa. reassume o seu mandato nesta Casa, e me honra tê-la na Presidência desta sessão. Por seu intermédio, quero fazer exatamente essa homenagem às mulheres. Eu a faço em forma de poesia, que eu escrevi, chamada *Outubro Rosa*. E a recito em rimas, como gosto de fazer, uma vez que Deus me deu o dom de ser poeta, para traduzir esse sentimento, homenageando as mulheres no Outubro Rosa.

Diz assim:

“Outubro Rosa

Os tempos marcam as datas

E as datas demarcam a história

E junto faz-se a memória

Da roda que move a vida

E pra jamais ser esquecida

É que eu conto em verso e prosa

Com as rimas mais carinhosas

Esta data da mulher

Que por saber o que quer

É pra ela o outubro rosa

Um mês inteiro de luzes

Com as cores e a singeleza

Da rosa da natureza

Que com a sua beleza nos chama

Pra dar atenção à mama

Olhar, sentir e tocar

E por inteiro examinar

Fazendo a mamografia

Prevenir no dia a dia

É melhor que remediar

A mulher carrega consigo

O dom de dar luz e vida

E esta vida recém nascida

Além de muito carinho

Precisa de leite morninho

Que a mãe carrega no peito

O alimento mais perfeito

Essência da natureza

Fonte de amor e beleza

De quem não tem pré-conceito

É por isso que nesta data

Gaúcho assim desse jeito

Eu também boto no peito

Esse laço cor de rosa

E pra não causar polvorosa

É bom que a gente compreenda

Que pra proteger a prenda

Não há coisa que eu não faça

Sem mulher nada tem graça

E não há quem não se renda

Faço então um chamamento

Ao homem faço um apelo

Que bote no peito o selo

E uma ideia na mente

E quem for inteligente

Que tome já uma atitude

Entre na luta, ajude

Pra vencer o câncer de mama

É a mulher que te chama

Não não há vida sem saúde

Eis então minha homenagem

Pra quem faz do outubro rosa

Esta força poderosa

Que une o homem e a mulher

Para o que der e vier

Reescrevendo a própria história

Assim se conquista a glória

Celebrando a própria vida

Pois não há causa perdida

Para quem busca a vitória."

Esta é a homenagem que faço às mulheres gaúchas, às mulheres brasileiras, às mulheres desta Casa, às mulheres Deputadas, às mulheres trabalhadoras, às mulheres agricultoras, às mulheres que são fontes de vida, até porque Deus, quando fez a mulher, por brincadeira ou pirraça, só para as mulheres, ele deu de graça muito mais que aparência. Ele deu beleza, Deputada Laura Carneiro, deu inteligência, deu carinho, deu bondade, deu um pouco de vaidade e junto um sexto sentido para não depender de marido e ter direito à igualdade.

Por isso, homenageio a mulher, e não só por ela ser mulher, mas também por meter a colher e fazer a diferença. Eu acredito, é minha crença, que hoje a mulher está pronta para, desse Brasil velho, desse mundão, tomar conta.

É o que todos estão falando. É também o que eu estou pensando, pois eu também penso assim e juro que estou a fim de viver uma vida inteira com ela que, sendo inteligente, bonita, bela, também cuide bem de mim. É o que o homem quer

da mulher, é o que o homem tem que dar à mulher: carinho, respeito, prestígio, apoio, generosidade.

Todos nós nascemos do seio de uma mulher. Todos nós nascemos da barriga de uma mulher. Todos nós vivemos e crescemos no colo de uma mulher, e feliz daquele que pode viver no coração de uma mulher.

Longa vida às mulheres e à nossa luta contra o câncer de mama, que é uma luta das mulheres!

O homem que tiver consciência, o homem que tiver inteligência que entre já nessa luta para vencer, vencer e vencer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Muito bem, Deputado.

Durante o discurso do Sr. Pompeo de Mattos, assumem sucessivamente a Presidência a Sra. Laura Carneiro, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e o Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passo agora a palavra, por 1 minuto, ao Deputado José Nunes, do PSD da Bahia. Depois eu vou passar a palavra ao Deputado Hissa Abrahão, antes que a Deputada Maria Helena também vá à tribuna para falar pela Liderança do seu partido.

O SR. JOSÉ NUNES (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, do Estado de São Paulo, é um prazer enorme estar aqui nesta tribuna com os trabalhos sendo conduzidos por V.Exa.

Sr. Presidente, eu quero dizer, nesta oportunidade, que os Prefeitos do Brasil vêm sofrendo enormemente com a crise econômica que afeta, com certeza, os cofres dos Municípios, em especial os do Nordeste, que não têm receita própria e hoje vivem realmente numa situação de muita dificuldade.

É preciso que esta Casa encontre uma forma de resolver o problema e melhore a receita desses Municípios, que têm realmente muitas dificuldades, não só de ordem financeira, mas também de índice de pessoal. Quando cai a receita e aumenta a despesa, naturalmente é difícil equilibrar o índice de pessoal, porque, na verdade, cumpriu-se 54% de limite máximo imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e isso é uma complicação.

Hoje vemos, com tristeza, principalmente na Bahia, Prefeitos terem as contas rejeitadas, sem que realmente tenham culpa nenhuma nesse negócio. Ocorre que a receita caiu, e o salário mínimo foi reajustado, porque tinha que ser reajustado. O piso salarial de todos os servidores foi reajustado também, inclusive o dos agentes comunitários de saúde.

Dessa forma se está criando uma legião de políticos que vão tornar-se ficha suja, porque a receita realmente caiu. Aqui fica o nosso protesto.

Sr. Presidente, que se incorpore essa luta pelo aumento da receita dos Municípios brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Muito bem, Deputado José Nunes.

Concedo a palavra ao Deputado Hissa Abrahão.

O SR. HISSA ABRAHÃO (PPS-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas agradecer imensamente a toda a bancada do PPS, porque se instalou no partido um fórum destinado a discutir sobre energia limpa, a preço justo e de qualidade no Norte do País, e, acima de tudo, para combater o apagão.

Nós precisamos combater o apagão energético, mas não podemos aceitar tarifas abusivas.

Vamos visitar alguns Estados do Norte do Brasil, para levar e discutir uma proposta. Todos nós somos contra o aumento do preço da energia. Ninguém quer isso. A população se sobrecarrega, e também os políticos que se utilizam dessa energia.

Nós precisamos ter uma energia limpa, a preço justo. E não podemos aceitar nenhum tipo de aumento. Mas não basta ser contra, temos que propor soluções.

Em toda a minha vida pública, sempre fui um homem de novas ideias, um homem que buscou alternativas ao modelo político instalado em nosso País. Portanto, estou muito feliz, muito contente.

Agradeço a atenção de todo este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

Logo em seguida falará a Deputada Maria Helena, e depois os Deputados Jorge, Pr. Marco Feliciano. Enfim, todos falarão.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dê como lido pronunciamento que faço em solidariedade ao Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Neste momento, o Conselho reúne na Floresta Amazônica, especificamente na reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, cerca de 3 mil lideranças, coletadores da floresta — em vez de virem a Brasília, o que fazem também, levam autoridades ao local. Parece-me até que a Presidente Dilma havia agendado sua ida a esse evento, para ver a realidade deles.

Aproveitando a presença do Deputado Alberto Fraga, que é oficial militar, quero dizer que o Pará vive uma situação terrível de insegurança. Ontem, mais um policial foi atingido por balas. Felizmente, ele está vivo — solidarizo-me com ele e sua família. No entanto, há 3 dias, foi morto um soldado da Polícia Militar, chamado Pedroso. Isso gerou uma infeliz reação, o que não é justificável. É possível que seis policiais encapuzados tenham dado 22 tiros num cidadão que estava envolvido na morte do soldado.

Temos que dar o basta à violência.

O meu apelo é no sentido de que o Governo seja humilde neste momento e crie uma força-tarefa com todos que conhecem o problema da segurança, com as forças militares e, inclusive, com a participação do próprio Governo Federal. Isso é fundamental. Não é possível que em um final de semana ocorram 60 mortes. Isso é

índice de guerra! Não é índice que se verifique em momento de paz, e numa democracia, como a em que vivemos atualmente.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos dias 28 e 29 de outubro, no Estado do Pará, são cerca de 3 mil lideranças extrativistas dos nove Estados da Amazônia e de outros biomas do País a participar do III Chamado da Floresta. Essa é a principal jornada de luta das comunidades extrativistas, que é realizada a cada 2 anos, com o objetivo de apresentar uma pauta de reivindicações para o Governo Federal.

O interessante é que esse movimento busca não apenas vir a Brasília cobrar das autoridades os avanços necessários para o trabalho extrativista, o atendimento das comunidades e a conservação da floresta, mas também e especialmente levar as autoridades até a floresta, de onde os extrativistas tiram o ganha-pão.

O III Chamado da Floresta acontecerá na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, na Comunidade São Pedro, Município de Santarém, região oeste do Pará. Estão sendo esperados na Reserva Extrativista a Presidenta Dilma Rousseff e vários Ministros — do Desenvolvimento Social, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, entre outros.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antigo Conselho Nacional dos Seringueiros — CNS, fundado por Chico Mendes, estima que 2 milhões de brasileiros vivem de atividades extrativistas no Brasil. São coletores de açaí, castanhas e outros frutos; de óleos como a copaíba e a andiroba; de látex, raízes;

ervas; sementes, madeira. Valem-se ainda dos pescados e do manejo da fauna silvestre, como caititu, capivara, jacaré e tartaruga. Representam um importante setor econômico em muitos Municípios da região. Eles desenvolvem também um trabalho essencial à conservação dos recursos naturais.

No último final de semana, navios partiram de vários lugares como Manaus, Macapá e Belém levando delegações de extrativistas até Santarém.

O Chamado da Floresta é realizado a cada 2 anos pelo CNS. Este ano, o tema será *Floresta conservada é vida continuada*. Durante o evento, serão discutidos temas como a reforma agrária, a produção e geração de renda, a infraestrutura básica, a saúde, especialmente a preventiva, e a organização e gestão.

O I Chamado ocorreu em 2011, na Reserva Extrativista (RESEX) Terra Grande Pracuúba, em São Sebastião da Boa Vista, na Ilha do Marajó, no Pará.

O II Chamado ocorreu em 2013, na RESEX Gurupá-Melgaço, no Município de Melgaço, situado no mesmo arquipélago.

É muito importante ver o Pará, detentor de uma natureza tão rica e de uma população tão trabalhadora, ser palco mais uma vez de um evento de importância nacional como o III Chamado da Floresta, ainda mais quando sabemos das profundas contradições do atual modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia, cujo conteúdo predador e neocolonial é de conhecimento público. Torço para que o Governo Federal dê a atenção necessária aos trabalhadores que ajudam a manter a floresta de pé.

Parabéns aos participantes do III Chamado da Floresta!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Já temos uma Deputada na tribuna para fazer o seu pronunciamento, mas ela havia nos sinalizado que o Deputado Gonzaga Patriota poderia também falar por 1 minuto.

Então, tem a palavra o Deputado Gonzaga Patriota, de Pernambuco. Logo em seguida, voltaremos a Roraima, com a Deputada Maria Helena.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço à eminente colega Deputada Maria Helena.

Sr. Presidente, o meu discurso será oportunamente pronunciado em uma sessão presidida por V.Exa., querido pastor, Deputado Gilberto Nascimento, porque vou falar exatamente dos evangélicos e dos pastores de Petrolina.

Na última sexta-feira, em Petrolina, tivemos reunião com mais de 50 pastores da minha querida Petrolina.

A União de Pastores Evangélicos de Petrolina — UPEPE completa 20 anos. Ela começou com o Pastor Alcides e hoje é coordenada pelo Pastor Clayton.

Mesmo sendo católico, Pastor Gilberto, eu tenho uma grande parceria com a UPEPE. Aqueles pastores, aquelas igrejas, aqueles evangélicos estão ajudando na orientação e na integração de famílias.

Venho aqui fazer esse registro, mas, como o tempo é curto, peço a V.Exa. que dê divulgação ao meu pronunciamento, porque isso é importante.

Deus é um só para todos nós!

Eu quero, por intermédio do Pastor Clayton Antônio, saudar todos os pastores da UPEPE.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a União de Pastores Evangélicos de Petrolina — UPEPE nasceu em outubro de 1995, por meio de ação de alguns pastores evangélicos de Petrolina, tendo como primeiro Presidente o Pastor Alcides Araújo, um dos pioneiros na cidade.

Ao longo desses 20 anos, muitos ministros de Deus encontraram ali comunhão, apoio e encorajamento para prosseguir com o seu chamado para pastorear o rebanho de Deus.

Os pastores reúnem-se periodicamente nos templos das igrejas dos filiados no último sábado de cada mês e, eventualmente, planejam eventos, tomam café da manhã juntos, louvam a Deus com o hino oficial *Olhando para Cristo,* do hinário Cantor Cristão, oram uns pelos outros, pelas suas famílias e pelos ministérios. Eles levam até lá sempre teólogos renomados da própria região ou de outras localidades do País para dar palestras para a liderança cristã da região.

No ano de 2009, o estatuto da UPEPE foi alterado e ela passou a receber em sua comunhão pastores das cidades que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico — RIDE.

As esposas dos pastores da UPEPE, desde o início de 2015, estão se reunindo também, mensalmente, para encorajamento mútuo, já que elas passam pelos mesmos desafios que o ministério de seus maridos.

Sr. Presidente, o Pastor Clayton Antônio, em seu segundo mandato bienal como presidente da instituição, comemorou a passagem dos 20 anos de fundação da UPEPE. Disse o Pastor Clayton:

"É com grande júbilo que irmanamos a todos os membros da União de Pastores Evangélicos de Petrolina, nossa UPEPE, neste momento em que celebramos Bodas de Porcelana. São vinte anos dedicados à causa do Senhor Jesus em nossa região, através de homens levantados por Deus. Enquanto não temos nosso desejo Cristão realizado, Maranata, o Senhor vem, continuamos firmes no propósito, na condição de servos trabalharmos pela unidade do corpo de Cristo. A UPEPE é um desses instrumentos do Senhor para promover essa unidade respeitando e unindo todas as denominações evangélicas através da comunhão e do zelo com todos. Que o Senhor continue a dar sabedoria aos líderes da UPEPE."

Parabéns a todos os que fazem a UPEPE, principalmente à sua importante Diretoria: o Presidente, Pastor Clayton Antonio; o Vice-Presidente, Pastor Pr. Rodolfo Carneiro; o 1º Secretário, Pastor Francisco Dionísio; o 2º Secretário, Pastor Sandro Vasconcelos; o 1º Tesoureiro, Pastor Manoel Moreira; e o 2º Tesoureiro, Pastor Olímpio Tupinambá.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Agora vamos a Roraima, com a nobre Deputada Maria Helena, que falará em nome do PSB. Logo volto ao plenário, para inclusive anunciar a honrosa presença nesta Casa de um Deputado de São Paulo.

A SRA. MARIA HELENA (PSB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi comemorado o Dia do Servidor Público, data instituída no Governo Getúlio Vargas, em 1937.

Como servidora pública, quero parabenizar todos os servidores públicos deste País pela contribuição e pela dedicação ao serviço público.

Nesta Casa, estamos comprometidos com a valorização dos servidores e temos apoiado matérias importantes que visam trazer benefícios e eficiência a toda máquina pública, que é conduzida pelos servidores.

Na Assembleia Legislativa de Roraima, já se encontra o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, que vai beneficiar mais de 4 mil servidores do quadro geral do Estado. A sua aprovação será relevante para a história dos trabalhadores de Roraima.

Quero parabenizar também, neste momento, a administração da Prefeita de Boa Vista, Teresa Surita, cuja administração, desde 2013, está buscando mudanças positivas para diversas categorias de servidores, a fim de sanar uma série de demandas do passado. As gratificações para servidores da saúde e da educação; o pagamento em dia dos salários dos servidores; a valorização e o aparelhamento das guardas municipais foram medidas que ela adotou, entre outras.

Nós sabemos que também é através de leis que podemos promover mudanças significativas. Nesta Casa, aprovamos, ainda este ano, a Medida Provisória nº 660, que vem trazer benefícios para os servidores do quadro do extinto Território. Apesar dos vetos, temos muitos motivos para comemorar o resultado obtido pelos servidores.

Mas ainda temos muito que avançar! Os servidores do extinto Banco de Roraima, por exemplo, precisam de uma resposta digna e justa do Governo Federal. Os policiais e bombeiros militares também esperam do Ministério do Planejamento uma proposta de melhoria salarial.

Sr. Presidente, antes que se encerre o meu tempo, quero dar boas-vindas à querida Deputada Laura Carneiro, do Rio de Janeiro. Com o retorno de S.Exa. ao Parlamento, ganha muito esta Casa, ganha muito o povo do Rio de Janeiro, ganha muito o Estado do Rio de Janeiro, ganha muito o Brasil. É uma Deputada competente, brilhante, comprometida, guerreira, que se destacou, fez a diferença na Comissão de Constituição e Justiça e também na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde defendeu o interesse dos servidores públicos do nosso País.

Quero destacar também o trabalho da Deputada como Presidente do Parlamento Latino-Americano, o que levou o Brasil a ficar à frente de outros países da América Latina. Destaco ainda o trabalho de S.Exa. na defesa dos direitos humanos tanto na CPI do Narcotráfico quanto nas Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente. Da mesma forma, destaco a sua atuação na defesa e no empoderamento da mulher.

Parabéns, Deputada Laura Carneiro! Parabéns a esta Casa por tê-la novamente!

Muito obrigada.

O SR. BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, eu solicito o tempo de Líder, até em respeito aos demais colegas. Deixei passar um longo tempo para que muitos

oradores pudessem fazer suas manifestações, mas, devido a compromisso, peço a V.Exa. que me permita falar como Líder logo depois de ouvirmos o Deputado Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Bruno Araújo, logicamente, como V.Exa. é um homem paciente, informo que, além do Deputado Alberto Fraga, que está na tribuna, temos a ouvir o Deputado Pr. Marco Feliciano, que há pelo menos 10 minutos está ali aguardando.

O SR. BRUNO ARAÚJO - Perfeito. Inclua os dois Deputados e em seguida conceda-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Então, em seguida, volto a palavra a V.Exa.

Com muita alegria, comunico a presença na Casa de grande Deputado Estadual, um dos mais votados de São Paulo, Parlamentar muito atuante, Líder do Partido Social Cristão na Assembleia Legislativa do Estado, filho do nosso Deputado Missionário José Olimpio. S.Exa. nos dá a honra e o prazer de contar com a sua presença nesta tarde, acompanhado do seu Assessor e Chefe de Gabinete, Dr. Fausto, e da Sra. Diana, que embeleza este plenário, tirando fotos desta Casa.

Refiro-me ao Deputado Rodrigo Moraes. Foi uma falha desta Presidência não citar o nome de S.Exa., diante da empolgação e da alegria de vê-lo no plenário.

Muito obrigado. Sinta-se bem nesta Casa e receba a nossa salva de palmas. *(Palmas.)*

Vou agora ao Distrito Federal, com o Deputado Alberto Fraga. Em seguida, volto ao Deputado Pr. Marco Feliciano. Depois, concederei a palavra ao Líder da Minoria, e seguiremos a pauta.

Vamos a Brasília, com o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero repudiar a atitude covarde do Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, quando, no dia 28, que é o dia de comemoração do servidor público, em vez de ele conceder os direitos alcançados pela categoria, manda a Polícia Militar agredir professores, prender professores.

Na mesma linha, ele ontem também deu a seguinte ordem à Polícia Civil: que o médico que não atender um paciente na emergência seja preso em flagrante.

Eu acho que são atitudes ditatoriais e que não correspondem à ideologia do partido ao qual o Governador pertence.

Peço que este registro conste nos Anais da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Atendendo o pedido de V.Exa., seu pronunciamento será divulgado em todos os órgãos de comunicação da Casa.

Com a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, todos os Deputados aqui presentes e todas as pessoas que nos veem pela *TV Câmara,* eu tenho uma notícia muito boa para dar a todo o povo brasileiro.

Aprovamos ontem, nesta Casa, ou através da principal Comissão da Casa, a Comissão de Constituição e Justiça, uma grande audiência pública que será realizada a respeito da droga chamada fosfoetanolamina. É uma droga que foi fabricada pela USP e tem como químico um grande brasileiro, um grande cidadão

do Estado de São Paulo. Infelizmente, as pessoas não estão conseguindo receber essa droga, conforme deveria ser, inclusive através de liminares que foram liberadas pela Justiça.

Eu acabei de sair agora do Senado Federal, nobre Deputado Gilberto Nascimento, e ouvi ali pelo menos uns 15 testemunhos que me emocionaram de pessoas que, sendo portadoras desta doença maldita, o câncer, após terem feito tratamento com essa droga que está sendo agora liberada, estão sendo curadas. Não é uma cura parcial! Pessoas foram 100% curadas!

O Brasil, que é conhecido no mundo como o país do carnaval e que também é conhecido como o país da corrupção, pode vir a ser conhecido como o país da descoberta da cura do câncer. Infelizmente, as pessoas que fazem parte desse trabalho são menosprezadas, são achincalhadas publicamente. Inclusive, o químico produtor dessa droga foi preso — olha que absurdo nós temos em nosso País —, simplesmente porque deu depoimentos e mostrou à população brasileira que há esperança no tratamento de uma doença tão miserável.

Então, nós aprovamos aqui na Casa, inclusive, uma Comissão Geral — sou coautor do pedido —, que vai ser realizada, se não me falha a memória, na próxima semana, e uma grande audiência pública, na CCJ, junto com outras Comissões presentes, para que, quem sabe, o Brasil possa dar início a essa grande batalha contra esta maldição que é o câncer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Felipe Maia, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, amigos e amigas de todo o Brasil que nos veem e nos ouvem, neste momento, através de diversos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, ao chegar a Brasília, vindo do meu Estado, no domingo passado, eu me deparei com as capas das revistas semanais. E, ao me deparar com a capa da revista *ISTOÉ,* de imediato me veio à cabeça o programa eleitoral do PT, vieram-me imediatamente as imagens que tentaram constranger o brasileiro e jogar o eleitor contra o candidato adversário.

As imagens eram simples: uma família andando em uma caminhonete nova, com muitas melancias na parte de trás. Essa família sorridente, muito alegre, cruzava com outra família, pobre. Justamente aquela família que estava dentro do carro era a família pobre. E por que também não se lembrar das imagens de uma família passando na frente de uma farmácia, uma família muito sorridente comprando medicamentos, com dinheiro no bolso, com emprego, com uma vida próspera, e, lá fora, havia aquela mesma família bastante humilde; e outra família, ou a mesma família, tomava sorvete, em um domingo, talvez, com o filho alegre, com um picolé na mão, a mãe com um sorvete, e eles olhavam para o lado e viam a mesma família pobre, malvestida, suja.

Vamos agora para o dia 29 de outubro de 2015, 10 meses após a Presidente Dilma ter sido eleita com aquelas imagens: a volta da miséria.

Está aqui o Brasil real, está aqui o Brasil que o PT vendeu como o que seria o Brasil do Governo do PSDB. Este aqui é o Brasil do PT, é o Brasil que o PT vendeu

com sendo o do outro Governo. Este é o Governo real do PT. Estão de volta a miséria, a crise econômica, a recessão, o desemprego e a desaceleração das políticas sociais, o que faz crescer no País o número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza.

Esse pai de família deitado no chão da rua, porque não tem casa, ao lado desse cachorro magro, seria aquele do programa do PT, que aparece numa boleia próspera dando sorvete para o filho, ou comprando medicamentos na farmácia?

O PT mentiu, o PT enganou, o PT ludibriou o povo brasileiro e cometeu, Sr. Presidente, definitivamente, um estelionato eleitoral. Durante a semana, falou-se aqui somente que a Presidente havia sido eleita pelo voto do brasileiro e que estão querendo cometer um golpe contra ela.

Quem está pedindo o *impeachment* da Presidente Dilma é o povo brasileiro que ocupa a frente do Congresso Nacional, acampado no gramado. Outros estão acorrentados nos pilares do Salão Verde, dizendo que só saem dali quando a Presidente Dilma sair do Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, senhores brasileiros, em 1 ano, 770 mil famílias passaram a integrar o grupo daquelas que não possuem qualquer membro com rendimento de trabalho formal ou informal. Eu volto a dizer: em 1 ano, 770 mil famílias passaram a não possuir qualquer membro com rendimento de trabalho formal ou informal. Esse percentual passou de 18% para quase 20%, no primeiro trimestre de 2015. Para aqueles que acham que 1% é pouco, esse percentual equivale a 1 milhão de vagas de empregos extintas.

A recessão, o desemprego e o recuo das políticas sociais fizeram com que hoje tenhamos 90 milhões de brasileiros miseráveis ou na linha de pobreza extrema.

Nos anos 70, 30 milhões de pessoas viviam na extrema pobreza. Hoje, isso representa um terço da população total. Nós estamos falando de 3% ao ano. Atualmente, 60% da população brasileira vive com menos de um salário mínimo, correspondendo a quase 50% da população e das famílias brasileiras. Mais de 50 milhões de brasileiros vivem com renda familiar de até meio salário mínimo e quase 20% dos lares brasileiros não têm um morador empregado.

Ao citar esses dados, Sr. Presidente, vem-me à cabeça o programa eleitoral do PT, que, ao apresentar aquelas imagens, dizia: *"O nosso emprego de hoje não pode voltar a ser o desemprego de ontem"*. São mais de 1 milhão e 200 mil famílias desempregadas nos últimos 12 meses no Brasil!

O nosso emprego de hoje não pode voltar a ser o desemprego de ontem. Provavelmente, o desemprego de ontem, como dizia a Presidente Dilma, era o do seu primeiro Governo. E dizia mais: *"Não podemos deixar que o passado volte e leve tudo o que conseguimos"*.

Desemprego? Corte dos benefícios sociais? Ou será que a Presidente Dilma estava se referindo ao corte dos programas sociais que, na semana passada, eu aqui comentei? O que nós vemos hoje no Governo do PT é o corte de benefícios sociais e trabalhistas.

Quem não se lembra aqui da mudança de regra no seguro-desemprego, no abono salarial, na pensão por morte? Ela não era aquela candidata que dizia no debate que não cortaria benefícios sociais nem que a vaca tossisse? Coitadinha dessa vaca, já está rouca de tanto tossir, dia após dia. Infelizmente, a tosse da vaca significa o sofrimento do povo brasileiro.

E o corte dos programas sociais? Sete programas sociais receberam cortes, inclusive programas que eu analisei, na semana passada, tais como: Minha Casa, Minha Vida; PRONATEC; Ciência sem Fronteiras; FIES. O Governo da *Pátria Educadora* está cortando recursos do PRONATEC, do Ciência sem Fronteiras e do FIES? Qual a lógica deste Governo? É um Governo camaleão, que a cada dia muda de cor e muda o seu discurso.

E por que também não lembrar a mudança do programa e os cortes orçamentários do Minha Casa, Minha Vida, do Farmácia Popular, que cortou das famílias brasileiras os recursos para que pudessem subsidiar ou comprar barato nas farmácias o remédio de hipertensão, a fralda geriátrica, o remédio que mais precisava para poder sobreviver com o mínimo de dignidade?

Sr. Presidente, é esta a realidade do Governo que aí está, o Governo que faz voltar à miséria o povo brasileiro. É este o Governo brasileiro que conduz de forma desastrosa a economia do nosso País, que faz com que neste ano o PIB caia em 3%, e as previsões para 2016 já cheguem novamente a uma queda de 2,5%. É este o Governo que ceifa quase 1 milhão e meio de empregos com carteira assinada.

Essa é a real situação do Governo do PT, que, volto a dizer, mentiu, enganou, ludibriou, cometeu estelionato eleitoral. Que não venham aqueles defensores deste Governo dizer que a vida do povo brasileiro melhorou. Ela não melhorou. E contra fatos não há argumentos.

Portanto, eu subo à tribuna com uma decepção de eleitor, de cidadão, de representante do meu Estado, o Rio Grande do Norte, por ver que os benefícios sociais, as garantias individuais do trabalhador e os empregos estão sendo ceifados em todo o Estado, em todas as partes do País. Esta é a verdade do Governo do PT: a volta à miséria.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Depois do Líder da Minoria, passo a palavra ao Deputado Fabricio Oliveira, por 1 minuto. Como vou ter que me retirar, infelizmente, solicito ao Deputado que depois assuma a Presidência.

S.Exa. passará a palavra, então, aos Deputados Jorge Solla, João Daniel e às Deputadas Laura Carneiro e Eliziane Gama. Todos falarão.

O SR. FABRICIO OLIVEIRA (PSB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero comunicar ao Plenário que propus esta semana um projeto para análise dos Parlamentares, devido ao crescimento do número de casos do chamado sequestro-relâmpago em nosso País.

Essa prática tem feito vítimas a cada minuto no Brasil. E cito como exemplo, em meu Estado, uma acadêmica de Direito, que, semanas atrás, foi sequestrada às 8 horas da manhã, em frente à faculdade, e só foi devolvida pelos sequestradores perto das 2 da manhã. Antes disso, passou por diversas agências bancárias, sendo obrigada a fazer saques em caixas 24 horas.

Segundo a minha proposta, os bancos são obrigados a oferecer ao correntista uma senha alternativa, chamada senha do pânico. Quando acionada essa senha alternativa, o banco terá que notificar a autoridade policial, que saberá, então, que aquele correntista está sendo sequestrado, para que possa, rapidamente, tomar providências e tentar estancar esse sequestro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, da Bahia.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar que hoje, 29 de outubro, é o Dia Mundial do Combate

ao Acidente Vascular Cerebral e solicitar o apoio de todos os colegas Parlamentares para o projeto de lei a que demos entrada nesta Casa para oficializar esta data, 29 de outubro, como o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral.

Nós estamos envelhecendo — a população brasileira está chegando a idades mais avançadas —, e com isso a incidência de doenças crônicas está aumentando. O AVC hoje é responsável por 10% dos óbitos na população adulta. Essa é uma participação muito importante.

Precisamos, Deputada Laura Carneiro, ampliar o controle da hipertensão, o controle da diabetes e, com isso, reduzir a ocorrência de patologias tão letais, tão presentes na nossa população.

Então, eu quero registrar essa nossa iniciativa e também parabenizar todos os servidores públicos, porque nesta semana, no último dia 28, comemoramos o Dia do Servidor Público. Parabenizo especialmente os profissionais que atuam na saúde pública, que, apesar de todas as dificuldades, fazem do nosso sistema de saúde um sistema que nos orgulha, uma política pública vitoriosa, que precisa de mais recursos, precisa de mais capacidade de viabilizar a oferta de serviços. Mas, com certeza, o Brasil tem dado passos largos no que diz respeito ao aumento da capacidade de seu sistema de saúde pública, e grande parte desse feito se deve aos profissionais dos serviços públicos de saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vou passar a palavra à Deputada Laura Carneiro, mas, antes, eu gostaria de dizer ao Deputado Lucas Vergilio que, logicamente, há uma prioridade aos Líderes que solicitam a palavra. Porém a Deputada Eliziane Gama já se havia inscrito. Então, eu vou, rapidamente,

conceder a palavra à Deputada Laura Carneiro, ao Deputado João Daniel, de Sergipe, à Deputada Eliziane e, depois, aos demais Deputados aqui presentes.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero saudar V.Exa., por quem tenho uma enorme estima, e agradecer as palavras à nobre Deputada Maria Helena.

Como o meu tempo é pequenininho, vou apenas registrar três pontos nestes dois dias de mandato de Deputada Federal.

Primeiro, com muita tristeza, gostaria de dizer que todo o trabalho que fizemos quanto à questão do Estatuto do Desarmamento — eu fui Relatora da matéria — foi perdido na votação desta semana. Tenho certeza de que o Plenário terá a ponderação necessária para adequar o texto à realidade brasileira, não só sem os exageros, mas também sem os entraves e, mais do que isso, os retrocessos que foram aprovados nesta semana.

Quero saudar os funcionários públicos de todo o Brasil, especialmente os do Rio de Janeiro, pelo seu dia mais importante do ano, que é o Dia do Servidor Público. Mas, Sr. Presidente, também com muita tristeza, imagino que, neste momento, não deve ser muito bom ser servidor público, na medida em que os salários dos servidores de todo o País estão um pouco achatados. Isso não acontece na cidade do Rio de Janeiro, porque lá existe um gatilho e, cada vez que há inflação, todos os salários do funcionalismo são reajustados. Então, parabéns ao Prefeito Eduardo Paes por isso.

Sr. Presidente, quero terminar mencionando que eu brincava ontem com o Deputado Arnon e lhe disse o seguinte: *"Arnon, eu me sinto como se estivesse num tsunami"*. Mergulhei e, quando voltei com a onda, encontrei o Congresso dizimado.

Eu fiquei absolutamente impressionada com as cenas que vi ontem. Como V.Exa., Sr. Presidente, passei muitos anos nesta Casa: 12 anos. Filha de Nelson Carneiro, nasci nesta Casa. Meu pai foi Presidente do Senado e, portanto, do Congresso Nacional. Vi grandes brigas ideológicas nesta Casa, mas ontem a briga não foi ideológica. Um Deputado se dirigiu a outro falando sobre a sua orientação sexual, e o outro lhe respondeu quase que citando todos nós como possíveis ladrões.

Sr. Presidente, eu acho que esse não é o clima que esta Casa merece nem o que a população brasileira quer que ela tenha. Nós temos é de construir, de alguma maneira, com todas as nossas diferenças ideológicas, algum caminho — apesar de os *impeachments* e as discussões nacionais serem da maior importância —, principalmente porque a população não mais suporta qualquer tipo de vexame do Parlamento. Ontem, eu fiquei muito assustada.

Hoje, na CPI de Crimes Cibernéticos, também fiquei assustada, Sr. Presidente. Neste momento de tanta crise, de uma crise econômica tão veloz e tão ajudada pela crise política, nós temos que encontrar um caminho. Esse caminho passa pelo Parlamento, passa pela tranquilidade e pela defesa dos interesses e dos direitos individuais de cada um de nós.

Então, um mínimo de respeito eu acho que esta Casa merece e precisa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputada Laura Carneiro, quero parabenizá-la pela volta. Tivemos uma grande convivência nesta Casa. Sem dúvida nenhuma, V.Exa. dará uma grande contribuição para que este País volte a crescer, desenvolver-se e criar mais empregos, a fim de que o povo possa viver melhor.

Vou passar a Presidência ao nosso companheiro Deputado Fabricio Oliveira, que vai nos deixar por um tempo, mas, sem dúvida nenhuma, continuará nas suas lutas democráticas no Estado de Santa Catarina, principalmente na região de Balneário Camboriú.

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fabricio Oliveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que sejam dados como lidos e também divulgados no programa *A Voz do Brasil* três pronunciamentos de minha autoria.

O primeiro é uma homenagem ao povo sergipano pelo dia 24 de outubro, o Dia da Sergipanidade. Quero parabenizar o Governador e o povo sergipano, que luta e constrói uma história linda.

O segundo trata de uma reunião, no último sábado, em Itabaianinha, Município que cresce, com as lideranças de associações, especialmente a companheira Ledinha, grande liderança sindical daquele Município.

O terceiro trata de uma reunião no Município de Riachão, com a presença do Superintendente do INCRA, numa grande luta histórica de 17 anos do Acampamento Rosa Luxemburgo, cuja área agora caminha para a finalização da desapropriação.

Para encerrar, Sr. Presidente, registro que, nesta semana, tivemos a oportunidade de ver novamente uma grande mobilização em Brasília dos trabalhadores sem terra, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Fazemos um apelo ao Governo Federal, especialmente à área econômica, para que não corte recursos da reforma agrária, do programa Nacional de ATER, a fim de que seja implementado neste País um programa de assentamento de todas as famílias acampadas e um grande programa que leve educação, infraestrutura e, em especial, assistência técnica pública para todas as áreas.

Parabenizo Maria Lúcia Falcón e o nosso querido Ministro Patrus Ananias pelo grande trabalho que vêm fazendo no INCRA e no MDA. Parabenizo também todos os servidores pelo transcurso do Dia do Servidor Público.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaríamos de deixar registrada, nesta oportunidade, a nossa homenagem a todo o povo sergipano, a quem tenho a honra de representar nesta Casa, e que comemora, anualmente, no dia 24 de outubro, o Dia da Sergipanidade.

A data está relacionada ao recebimento da Carta Régia, que desanexou o território sergipano da Bahia, em 1824, tornando-o um Estado independente. O episódio foi protagonizado no Governo do Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira. E vale ressaltar que, desde a promulgação do decreto de emancipação, até Sergipe chegar efetivamente a sua independência, foram 4 anos de enfrentamento entre os partidários.

Contudo, muito mais do que destacar um fato histórico, o Dia da Sergipanidade representa um momento em que se reafirma a identidade de cada cidadão e cidadã, sobretudo no que diz respeito aos costumes e tradições que simbolizam a construção da cultura sergipana, naturalmente inserida no contexto do Nordeste.

Para mim, que nasci em outra região do País e fiz a opção, ainda muito jovem, de viver em Sergipe, é motivo de muita honra e emoção celebrar essa data

tão importante do ponto de vista simbólico, principalmente em razão de ter sido acolhido com tanto respeito e carinho.

Foi em Sergipe que construí minha família, foi lá que nasceram meus filhos. E, mais ainda, foi lá que formei a minha consciência como cidadão brasileiro, como militante dos movimentos sociais, com a característica principal de me indignar com cada injustiça cometida contra qualquer pessoa, mais ainda se decorrente da sua classe social, da cor da sua pele, da sua orientação sexual ou de qualquer tipo de discriminação.

Sergipe produziu figuras marcantes da história do Brasil, a exemplo de Tobias Barreto, Silvio Romero, Agonalto Pacheco, Marcelo Déda, José Eduardo Dutra e tantos outros. E mesmo estando situado entre dois grandes centros culturais e econômicos do País, Pernambuco e Bahia, tem se destacado pela força e pela capacidade de luta do seu povo.

Como bem explicam os antropólogos, ao relacionarem a ideia de identidade como uma soma de signos, referências e influências que definem o entendimento relacional de determinada entidade, humana ou não humana, percebida por contraste, ou seja, pela diferença ante as outras, o sentimento de “ser sergipano” reflete exatamente o conjunto das características que foram se moldando ao longo do tempo, desde os primórdios do período colonial, com a presença de índios, africanos e europeus.

Não por acaso, na atualidade, é possível perceber claramente que a principal característica dos sergipanos é a sua capacidade de acolher bem todos os que chegam de fora, respeitando as diferenças. Isso fica evidente no incontável número

de pessoas das mais diferentes partes do Brasil e do mundo que visitam Sergipe e, pouco tempo depois, retornam em definitivo para lá viver.

Parabéns a todos os sergipanos e sergipanas!

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que fizemos uma visita à cidade de Itabaianinha, sábado, dia 24 de outubro, com a presença de liderança Ledinha, para ouvir a população. Queremos mandar um abraço a todas as lideranças, a todos os trabalhadores e a toda a população daquela importante cidade.

Em função das demandas levantadas, pelas quais vamos trabalhar para viabilizar, nós iremos propor a recuperação da estrada que liga Itabaianinha e Umbaúba com a ajuda do Governo do Estado.

Fomos também aos povoados Sapé e Tabela, visitamos as casas em construção do projeto PNHR e ouvimos as demandas dos moradores, como a de D. Andrelina de Jesus.

Vamos buscar ajuda junto ao Governo do Estado para viabilizar a questão da distribuição de água para o povoado, uma praça de esportes, a elaboração de um projeto de agricultura familiar, através da Secretaria de Agricultura, que contemple a comunidade. Outro ponto que vamos trabalhar para resolver é a questão do calçamento das ruas.

No período da tarde visitamos o povoado Curralinho, para reunião com moradores e a líder comunitária Vanuza dos Santos, cuja demanda foi estrada

piçarrada, saneamento e a continuação da obra de água encanada, que se encontra parada. Vamos batalhar para resolver esses problemas.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar nossa visita, juntamente com o Superintendente do INCRA Andre Bonfim, dia 24 de outubro, ao Acampamento Rosa Luxemburgo, localizado na Fazenda Grotão, no Município de Riachão do Dantas.

O acampamento, que tem 30 famílias e luta há mais de 17 anos pela desapropriação da terra, na ocasião foi comunicado de que o laudo técnico da área diagnosticou a fazenda como improdutiva, e ainda este ano ela será declarada de interesse social. A perspectiva é de que até o mês de dezembro saia o decreto da Presidenta Dilma sobre as áreas de reforma agrária.

Queremos mandar um abraço para José Ribeiro Lima, o Bosco, e Valdemir da direção do MST local. Queremos aqui saudar todos os moradores e lideranças desse povoado e reafirmar nosso compromisso para que todos as demandas levantadas sejam resolvidas com a maior brevidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, à Deputada Eliziane Gama, pela Rede Sustentabilidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Rede-MA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Deputada Laura fez agora, na verdade, uma declaração sobre o que, infelizmente, tem acontecido nesta Casa. Esta Casa, que é a Casa do Povo, pode finalizar o ano como a Casa do espanto. Os retrocessos que nós temos vivido aqui nos últimos dias são inaceitáveis, especialmente agora, com a desconstrução, com a eliminação do Estatuto do Desarmamento.

Nós tivemos avanços importantes. Os dados mostram, por exemplo, que, de 1980 a 2003, antes da efetividade do Estatuto, nós tivemos um aumento significativo de casos de homicídios no Brasil. O número de 11 homicídios a cada 100 mil habitantes acabou tendo, na verdade, um aumento, indo para 28 homicídios a cada 100 mil habitantes, até o ano de 2003. De 2004 para cá, nós tivemos uma redução, a partir da efetividade do Estatuto do Desarmamento.

Agora, com a sua eliminação, com as alterações que foram feitas e que infelizmente poderão ser aprovadas nesta Casa, nós estaremos dando um incentivo aos homicídios no Brasil.

De acordo com os números apresentados, 83% dos casos de homicídios registrados se deram efetivamente por razões fúteis, por rixas, por brigas, pequenas brigas. Também quem tem acesso a uma arma de fogo acaba cometendo um homicídio. Ou seja, a aprovação de agora é um verdadeiro estímulo ao aumento dos casos de homicídio no Brasil.

Eu quero deixar aqui a minha preocupação e, acima de tudo, o meu pedido no sentido de que nós venhamos a reverter esse quadro a partir da derrubada do que foi aprovado na Comissão. De acordo com números a que também tivemos acesso esta semana, os estabelecimentos de venda de armas se reduziram de 2.400 para 200. Alguém pode dizer que isso é ruim. É ruim para quem, infelizmente, incentiva o uso da arma; é muito bom para aqueles que incentivam acima de tudo a garantia da vida.

Para finalizar, Sr. Presidente, também trago mais uma vez uma preocupação sobre o que está por vir, a possível aprovação de um projeto de lei que estimula a evasão de divisas. No meu entendimento, isso é o que infelizmente pode ser aprovado aqui, nesta Casa, e não aquilo que foi originalmente proposto pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Mas ontem nós tivemos um avanço importante, que foi a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.960, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que na verdade acaba dando anistia a sonegadores, a doleiros, a usuários de caixa dois. Conforme o que foi apresentado pela imprensa, pelo relatório que foi elaborado aqui, o projeto de lei é um atendimento àqueles que hoje estão enrolados na Operação Lava-Jato.

Essa Operação trouxe uma exposição importante. Por exemplo, só de um dos delatores, Pedro Barusco, 100 milhões de reais que estavam em paraísos fiscais foram trazidos de volta ao Brasil. O dinheiro que está hoje em paraíso fiscal, de alguma forma, tem uma ilegalidade, seja pela sonegação fiscal, seja pela sua origem ilícita. Origem ilícita é, sim, característica de tudo aquilo que na ilegalidade.

Portanto, a possível aprovação desse projeto, no meu entendimento, é um estímulo aos sonegadores, é um estímulo àqueles que querem mandar dinheiro para

os paraísos fiscais e acabar fugindo da legalidade, daquilo que está previsto hoje na legislação brasileira. Nós esperamos, acima de tudo, que esse projeto também seja derrubado.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Muito obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Lucas Vergilio, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

O SR. LUCAS VERGILIO (SD-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucas semanas se noticiou que o Governo Federal, contrariando o discurso de campanha, promoverá o corte de R$25 bilhões na área social, inclusive nos remédios do Programa Farmácia Popular. A notícia é de que o Governo vai zerar o dinheiro para o programa de descontos do Farmácia Popular a partir do ano que vem. Fica mantida somente a gratuidade para os remédios que tratam hipertensão, diabetes e asma.

Com o corte no Programa, o aumento do preço de vários remédios importantes pode ser absurdo. Se já está difícil agora, imaginem quando 24 remédios perderem o desconto de 90%. São remédios para tratamento de várias doenças, como colesterol alto, Parkinson e osteoporose. Quem depende deles não sabe o que vai fazer, Sr. Presidente!

Quem toma remédio de uso contínuo fica de olho nos descontos, principalmente os do Programa Farmácia Popular. Os cortes no orçamento do Ministério da Saúde devem, infelizmente, comprometer o Programa no ano que vem. O projeto de orçamento que está no Congresso não dispõe de recursos suficientes para manter os descontos nas farmácias.

Nota do Ministério da Saúde confirma que a proposta de orçamento para o ano que vem prevê um corte de R$578 milhões no Programa, o que vai ter impacto direto na oferta de remédios com desconto.

Essa situação deve sobrecarregar as redes municipais e estaduais de saúde. Espero que o novo Ministro da Saúde, Marcelo Castro, trabalhe para reverter essa

situação e encontrar fontes para financiar o programa. Inclusive, precisamos ampliar esse Programa. Nesse sentido, apresentei o Projeto de Lei nº 13, de 2015, que pretende incluir, no Programa Farmácia Popular, medicamentos para disfunções tireoidianas, fibromialgia, artrite reumatoide, ansiedade e depressão.

Esse projeto foi elaborado pelo meu irmão Dr. João Armando, psiquiatra de Brasília que atende no Hospital das Forças Armadas e que hoje completa 30 anos. Quero deixar aqui registrados os meus parabéns ao meu irmão médico psiquiatra.

O novo Ministro, sendo psiquiatra, sabe do impacto social da depressão, que afeta tanto a incapacidade individual como sobrecarrega as famílias que estão associadas à doença. Preservar o Programa Farmácia Popular contribui para uma redução do quadro de internações de pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde e, consequentemente, uma diminuição de despesas públicas.

Portanto, Sr. Presidente, espero que se reverta essa situação no âmbito do Governo, que se elegeu prometendo não cortar gastos sociais. O corte de itens farmacêuticos com 90% de descontos, em um momento de crise como agora, vai atingir diretamente os que mais precisam, além de sobrecarregar, como o próprio Ministério reconhece, os sistemas estaduais e municipais de saúde, o que compromete o SUS. E isso é lamentável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Nogueira, do Rio Grande do Sul. S.Exa. dispõe de até 1 minuto na tribuna.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço a devida divulgação nos órgãos de comunicação da Casa de pronunciamento que faço cumprimentando a igreja evangélica Assembleia de Deus de São Luiz Gonzaga pela passagem dos seus 82 anos de atividade naquele Município.

A igreja Assembleia de Deus de São Luiz Gonzaga foi fundada pelo Pastor Antônio de Souza. Hoje tem mais de 3 mil membros e é presidida pelo Pastor Josiel Martins da Costa.

A Assembleia de Deus de São Luiz Gonzaga tem prestado relevantes serviços naquela comunidade, não somente no âmbito da evangelização, do ensinamento da Palavra de Deus, mas também num trabalho de relevância social, sendo reconhecida pela comunidade local, pelas lideranças locais, como entidade de utilidade pública e parceira da administração.

Era isso, Sr. Presidente, que gostaríamos de registrar.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna parabenizar a Assembleia de Deus de São Luiz Gonzaga pelo seu aniversário de 82 anos.

Criada em 18 de outubro de 1933 pelo irmão Antônio Filogonio de Souza e atualmente presidida pelo nosso grande irmão Josiel Martins da Costa, a Assembleia de Deus de São Luiz Gonzaga é exemplo para todas as outras

presentes no nosso imenso Estado, o Rio Grande do Sul. Que seus 3.300 membros sejam abençoados hoje e sempre! É uma honra representá-los aqui na Câmara dos Deputados!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia, do PHS do Paraná, por 1 minuto.

O SR. DIEGO GARCIA (Bloco/PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje eu quero reforçar aqui, no plenário desta Casa, o convite já realizado há dias pelo Líder do nosso partido, da nossa bancada na Câmara dos Deputados, Deputado Marcelo Aro, de Minas Gerais, para a Plenária Nacional do PHS, que acontecerá nos dias 7 e 8 de novembro, na cidade de Foz do Iguaçu, no Hotel Mabu.

Reforçamos esse convite diante da importância que essa plenária tem para o nosso partido. O PHS, desde a formação da nova Executiva Nacional, com o comando do nosso Presidente, Eduardo Machado, e também do nosso Secretário-Geral, Luiz França, é um partido que vem numa constante crescente. Elegemos cinco Deputados Federais, onze Deputados Estaduais. Queremos agora triplicar o número de Vereadores e triplicar o número de Prefeitos também em todo o País.

Essa plenária, Sr. Presidente, para concluir, é importantíssima para o partido, porque ali nós vamos debater os temas, as matérias que são importantes para o nosso programa, programa esse que será disseminado em todo o País e que será a nossa bandeira, a ser defendida em todos os Estados da Federação.

Então, eu reforço o convite para a Plenária Nacional do PHS, nos próximos dias 7 e 8 de novembro, que acontecerá no Hotel Mabu, em Foz do Iguaçu, no meu Estado, o Paraná.

Quero ressaltar aqui o trabalho de toda a bancada federal do Paraná, de toda a bancada federal do PHS, especialmente dos Deputados Carlos Andrade, Adail, Kaio Maniçoba e Marcelo Aro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto. Logo após, falará a Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, nobre Presidente, meu colega de Estado, Deputado Fabricio Oliveira, a quem eu peço que considere como lido e mande divulgar nos veículos de comunicação da Casa o meu pronunciamento a respeito da violência contra as mulheres.

Sras. e Srs. Deputados, neste mês de outubro, em que estamos lutando contra o câncer de mama, para garantir mamografia a todas as mulheres, é preciso estar também na pauta, Deputado Fabricio, outro tema. O nosso Estado é um dos menos violentos do País, mas, lamentavelmente, nos últimos dias houve duas mortes violentas de mulheres. Elas foram violentadas sexualmente e depois mortas, assassinadas.

Por fim, na semana do servidor público, que estamos comemorando, eu, como servidora pública, quero parabenizar todos os servidores públicos dos

Municípios, dos Estados e da União e dizer que são mulheres e homens valorosos, que fazem a diferença, sim, na prestação de serviços.

Obrigada, Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, é incômodo neste mês de outubro em que estamos empenhadas numa campanha para conscientizar a sociedade sobre a importância da prevenção do câncer de mama abordar o tema da violência contra as mulheres.

Essa é uma ocorrência de natureza retrógrada, reacionária, machista, enfim, revoltante, mas uma incidência que ainda permanece um desafio. Logo, precisamos continuar a denunciar e a manifestar indignação.

Na última semana, um crime chocou os catarinenses. Uma mulher de 21 anos de idade foi estuprada e morta em Florianópolis, depois de ser abordada pelo autor do crime nas imediações da Avenida Beira-Mar Norte, próximo ao Centro Integrado de Cultura — CIC.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Civil, o criminoso estuprou a jovem pelo menos duas vezes. Deve-se destacar que ela acabara de sair do trabalho e se dirigia a um ponto de ônibus.

A sociedade ainda estava sob o impacto de outro crime bárbaro que teve por vítima uma jovem de apenas 18 anos, fato ocorrido no início do mês, no dia 8. Caroline Slachta foi encontrada morta no interior de sua residência na Estação Cocal, distrito do Morro da Fumaça, que fica a 180 quilômetros de Florianópolis, Capital de Santa Catarina.

O Instituto Médico Legal local constatou que houve abuso sexual depois de analisar o cadáver. Portanto, mais um episódio para engrossar as estatísticas de violência contra a mulher.

Levantamento feito pelo 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública indica que, aproximadamente, 50 mil estupros foram feitos no Brasil no ano de 2014. Em 2013, a média também foi próxima a esse número.

Quanto à violência doméstica, pesquisa DataSenado, divulgada em agosto deste ano, demonstra que 100% das mulheres ouvidas conhecem a Lei Maria da Penha. Por outro lado, o mesmo universo pesquisado informou que a percepção é de que o desrespeito às mulheres aumentou. E 43% das entrevistadas disseram que as mulheres são maltratadas no Brasil. Em 2013, esse índice era de 35%.

Há muito o que caminhar nessa área. Fato animador observado pela mesma pesquisa do DataSenado é que o desejo de justiça e o ímpeto por se combater esses abusos vem se consolidando em meio à opinião pública, sobretudo, entre o segmento feminino.

Para a grande maioria das brasileiras entrevistadas, os delitos de violência doméstica devem ser denunciados às autoridades — 64% das pessoas ouvidas pensam dessa forma.

Nesse mesmo contexto, 97% das mulheres afirmaram que o agressor deve responder, deve ser processado, ainda que contra a vontade da vítima. Somente 2% pensam de forma diferente.

Por fim, Sr. Presidente, quero elogiar a iniciativa dos elaboradores da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM, realizado no último fim de

semana. Eles optaram pelo tema *A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira* para a redação.

Atitudes como essa, sobretudo por alcançarem na grande maioria pessoas jovens, que ainda estão se formando social e politicamente, são merecedoras de reconhecimento.

Esse legado arcaico de sexismo e de opressão da mulher tem que ser combatido.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para saudar todos os servidores públicos do Brasil pela comemoração da data destinada a homenageá-los, ou seja, o dia 28 de outubro, celebrado ontem, quarta-feira.

É bom lembrar que essa efeméride alcança funcionários das três esferas: municipal, estadual e federal, embora a data não seja feriado nacional, mas ponto facultativo.

Ingressar na carreira pública não é algo assim tão fácil. Embora a porta de entrada seja bastante acessível a pessoas com idade e experiência diversificadas, a façanha exige planejamento, disciplina e muita determinação.

O processo de seleção dos concursos, em grande parte, é rigoroso, via provas objetivas, além das avaliações teóricas. E em alguns casos também se exigem avaliações prática, oral e psicotécnica, por exemplo.

Sabemos dos desafios que os servidores públicos enfrentam em todo o País. Muitos lutam para serem devidamente reconhecidos. Aqui, perto de nós, no Distrito Federal, há várias greves em andamento por reivindicações salariais, situação que se verifica em outras Unidades da Federação. Mas aqui fica o nosso reconhecimento a essa atividade vital ao Estado.

Parabéns a todos os servidores do Brasil!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra à Deputada Rosangela Gomes, por 1 minuto.

Depois, ouviremos o Deputado João Arruda.

A SRA. ROSANGELA GOMES (Bloco/PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, demais Deputados e todos aqueles que nos assistem pela *TV Câmara*.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o registro, nesta tarde, de uma visita que fiz ao Bairro de Jardim Palmares, na minha cidade, domingo pela manhã, onde conversei com mais de 200 moradores. Os moradores daquela localidade reclamavam da falta de médico no posto médico, da falta de aparelhos para as pessoas da melhor idade, da falta de iluminação. Eu queria registrar que houve essa reunião e dizer que tomei providências, encaminhando ofício aos órgãos municipais envolvidos.

Quero também enviar um abraço para os funcionários da cidade de Nova Iguaçu, bem como para todos os funcionários do nosso País.

Por fim, rapidamente, Sr. Presidente, registro que nesta manhã, no Senado, tivemos a primeira edição do Prêmio Jornalista Roberto Marinho, em que foram homenageados os quatro melhores jornalistas do nosso País. E contamos com a presença da jornalista Berenice Seara, do Estado do Rio de Janeiro, que foi contemplada e homenageada pelo Senador Marcelo Crivella e os demais Senadores, juntamente com outros jornalistas.

Então, quero parabenizar a Berenice e todos os funcionários públicos, e dizer aos moradores do Bairro Jardim Palmares, na minha cidade, que estou atenta a todas as reivindicações daquela comunidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Muito bem, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado João Arruda, por 1 minuto.

O SR. JOÃO ARRUDA (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiro, agradeço pela tolerância ao orador que se encontra na tribuna.

Sr. Presidente, o Instituto Paraná Pesquisas fez pesquisas em todo o Brasil, nos diversos Estados, e o Governador com a maior desaprovação no País é o do meu Estado, o Governador Beto Richa.

No início do ano, na frente da Assembleia Legislativa, houve aquela cena horrível a que nós assistimos — bateu nos professores, soltou cachorros em cima dos professores. Daí por que os salários estarem defasados. E um problema maior está acontecendo, hoje, lá no Governo do Paraná: estão fechando escolas. Hoje, no Dia do Livro, estão fechando escolas!

O Governador Beto Richa reuniu 600 professores em um centro de capacitação no meu Estado e, com a mesma petulância, arrogância, soberba, disse que não tem culpa de nada do que está acontecendo, que tem muito respeito aos servidores e aos professores e que tudo o que aconteceu é culpa do ex-Governador.

Então, aqui fica o meu registro de indignação contra o Governador do meu Estado, quanto ao que está acontecendo no Paraná: as ações do Governo do Estado e o desrespeito aos professores e servidores públicos da educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Muito obrigado, Deputado.

A SRA. ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, peço desculpas ao orador que está na tribuna apenas para solicitar a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e também nos meios de comunicação desta Casa. Por favor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Eu defiro o seu pedido e quero deferir o meu também. Antes me pronunciei e quero que o meu discurso também esteja no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente Fabricio Oliveira, meu coestaduano, é um prazer enorme falar sob a presidência de V.Exa., que assumiu aqui a direção dos trabalhos e já demonstrou ser competente, responsável e dedicado. Falamos isso constantemente aqui.

Eu quero aproveitar a oportunidade, com a aquiescência do nobre Deputado Rômulo Gouveia, para dizer que nós tivemos uma reunião importante, hoje de manhã, do Fórum Parlamentar Catarinense. Nessa reunião, foi-me solicitado esclarecimentos sobre a Serra Catarinense, sobre a pavimentação de trecho de rodovia no Município de São Joaquim, na divisa com o Rio Grande do Sul, rodovia que segue para Bom Jesus, no Estado do Rio Grande do Sul. O DEINFRA — Departamento Estadual de Infraestrutura, em Santa Catarina, já licitou esta obra; ela vai começar.

Quero dizer, Deputado Fabricio Oliveira, que, quando Secretário de Estado da Infraestrutura, este Deputado chegou a promover o projeto e a execução de 7 quilômetros, faltando o restante para a conclusão. E agora será concluído.

Aliado a isso, relatei projeto, na Comissão de Viação e Transportes, objetivando a federalização, no futuro, da rodovia de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul.

Vale lembrar o projeto do Deputado Alceu Moreira. A rodovia começa em Bom Jesus, passa por Santa Catarina, pelos Municípios de São Joaquim, Urubici e Bom Retiro, totalizando 161 quilômetros, sendo que 100 quilômetros já estão pavimentados, e, quanto a esses 61 restantes, nós vamos correr atrás. Uma parte já foi solicitada e a obra deverá iniciar o mais rápido possível.

Parabéns, Deputado Fabricio Oliveira!

Obrigado, Deputado Rômulo Gouveia, nosso amigo, nosso companheiro de longa data, que foi Vice-Governador no seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Eu quero agradecer a paciência do Deputado Rômulo Gouveia e lhe conceder a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Fabricio Oliveira, primeiro, quero cumprimentar V.Exa., que, em tão pouco tempo, já se revela um atuante Parlamentar do Estado de Santa Catarina, da região de Camboriú, e tem se destacado presidindo esta sessão. Então, eu não poderia deixar de fazer este registro pessoalmente.

Quero cumprimentar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, os telespectadores da *TV Assembleia* e da *Rádio Câmara* e, neste meu tempo de Liderança, pelo PSD, dizer que o partido tem a honra de ter, hoje, nos seus quadros, o Prefeito da cidade de João Pessoa, nossa Capital das Acácias, Luciano Cartaxo.

Sr. Presidente, quero convidar V.Exa. a visitar a nossa Paraíba, a nossa João Pessoa. Em 2 anos e 10 meses na administração da Prefeitura da cidade de João Pessoa, Luciano Cartaxo, que foi Vereador, Deputado Estadual e Vice-Governador, hoje é Prefeito, tem índice de aprovação de mais de 70%.

Recentemente, em julho de 2015, o IP4, um instituto de pesquisa, mostrou que 70,28% dos pessoenses aprovam a gestão, 21,42% não a aprovam e 8,4% desaprovam a administração.

Os números demonstram a popularidade do Prefeito, que vem promovendo obras como, a mais importante, a Lagoa do Parque Solon de Lucena, com investimento extraordinário, ajudando inclusive o Ministério das Cidades, mas também obras de macrodrenagem, de pavimentação, de mobilidade urbana, criando novos binários de sinalização. Então, vem fazendo uma gestão inovadora.

Na área da educação, a política de escola de tempo integral vem se destacando e com a aprovação da população. As creches modelos estão sendo entregues. Semana passada, o Prefeito fez um *tour* com a imprensa de João Pessoa, visitando obra por obra.

São mais de 70 obras que ele está inaugurando dentro das comemorações de aniversário da cidade de João Pessoa, processo que começou no dia 5 de agosto e vai até o final do ano. O Prefeito está inaugurando obras estruturantes importantes.

Faço este registro inicial para lamentar um fato, com todo o respeito que tenho ao coordenador da minha bancada, o Deputado Wilson Filho, pré-candidato a Prefeito da cidade de João Pessoa. O Deputado, recentemente, não só levou a Comissão Seguridade Social... E a presença desta Casa em qualquer Município deve se dar para levar benefícios. Mas levou a Comissão com um caráter, infelizmente, de ordem política, porque, se o interesse fosse discutir a saúde, deveria ter levado a Comissão para tratar primeiro dos recursos. João Pessoa perdeu mais de 2 milhões no início do ano — eu tratei disso com o Ministro Chioro —, e em Campina não foi diferente. Foram os vários Municípios da Paraíba que perderam recursos. Só João Pessoa, repito, perdeu mais de 2 milhões de reais.

Mas é preciso também discutir a política estadual. Há pouco, o orador que me antecedeu, que falava em nome da liderança do Solidariedade, tratava justamente da questão da saúde. A crise da saúde é nacional. Nós temos um Sistema Único de Saúde que está falido: seus procedimentos, seus valores. A própria Emenda nº 29 não foi regulamentada na sua totalidade. Não há o repasse da União para muitas das ações que são substabelecidas para os Municípios.

Eu acho que é esse o papel desta Casa, particularmente da Comissão de Seguridade, que não dever servir como palanque político nem para denegrir uma administração séria, competente e comprometida. Aqui mesmo, eu apresento os números de investimentos na saúde, tanto no Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcísio Burity, o Trauminha, quanto no Hospital Santa Isabel e nas UPAs, que são modelo na cidade de João Pessoa.

Enfim, eu lamento isso profundamente como Parlamentar e como membro da Comissão de Seguridade. Não participei dessa reunião da Comissão porque estava presidindo uma audiência pública em São Paulo sobre o registro único, mas quero lamentar não só a ida de S.Exa. à Comissão com o fim eleitoreiro, mas também as declarações inverídicas processadas ontem na tribuna desta Casa.

E faço um apelo não só ao Deputado Wilson Filho, mas a todos os Deputados da bancada da Paraíba, para que nos unamos ao colega Ministro Marcelo Castro, da Saúde, a quem desejo sucesso, que está dando continuidade ao trabalho que o Ministro Chioro vinha fazendo para tentar recuperar os Municípios da Paraíba. E não é só o caso de João Pessoa, mas também de Campinas, Queimadas, Picuí, Cajazeiras — região do nosso Deputado Wilson Filho. Foram vários os Municípios da Paraíba que perderam recursos.

Imagine nos dias de hoje, Sr. Presidente, um Município perdendo recurso para a saúde. Está com seu sistema de saúde indo à falência. Então, eu venho aqui lamentar.

Venho aqui também me associar ao Prefeito e dizer que João Pessoa tem hoje um Prefeito comprometido, que investe no empreendedorismo, através do banco, com linhas de crédito, lançando recursos para viabilizar a economia. É um

Prefeito que está próximo da sociedade, que realiza políticas sociais inovadoras, com investimentos na educação, na saúde, na mobilidade urbana, na infraestrutura e também no turismo, já que João Pessoa hoje é uma cidade que tem um potencial enorme para o crescimento do turismo.

Eu quero poder, inclusive, ajudar o Prefeito a trabalhar, como fiz, apresentando emendas este ano e no próximo, levando recursos para a nossa cidade.

Por último, Sr. Presidente, eu venho agora de uma audiência pública da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, que teve a presença do Senador e Ministro Eduardo Braga. Esta Comissão trata de toda a questão das energias alternativas. Lá, eu pude também expor minha preocupação com o investimento da energia solar de Coremas, um empreendimento importante, ecologicamente correto. Eu não poderia ter deixado de aproveitar a presença do Ministro Eduardo Braga, que esteve acompanhando a Presidente Dilma em visita à Paraíba.

Diante da crise hídrica que a Paraíba está enfrentando, não poderíamos deixar de tratar da questão hídrica. Inclusive, quero agradecer aos membros da Comissão, na pessoa do Presidente Fernando Bezerra Coelho, que aprovaram por unanimidade requerimento de minha autoria, no qual faço um convite ao Ministro da Integração, Gilberto Occhi, que tem sido extremamente sensível ao quadro hídrico não só da Paraíba, como do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, para apresentarmos ao Governo Federal um plano em relação à seca. Já tratei disso, na semana passada, com a própria SUDENE, com o Superintendente João Paulo.

Deputado Cherini, V.Exa., que esteve recentemente na Paraíba, sabe da atual situação hídrica da Paraíba, do compartimento da Borborema, da situação da cidade de Campina Grande, que é polarizada.

Deputado Rafael Motta, V.Exa., que conhece a realidade da Paraíba, sabe perfeitamente que hoje nós estamos enfrentando uma situação hídrica gravíssima, como também o está o Rio Grande do Norte.

Para minha alegria, Sr. Presidente, foi aprovado por unanimidade nessa Comissão Mista um requerimento de minha autoria. Assim, vamos ter a presença do Ministro Gilberto Occhi, do Dr. Vicente Guillo, da Agência Nacional de Águas — ANA e de representantes de várias instituições, para apresentar à população da Paraíba e do Nordeste um plano alternativo para a situação hídrica do nosso Estado.

Peço, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento de hoje, em relação à cidade de João Pessoa, seja divulgado na íntegra no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa, bem como os demais temas que aqui tratei.

Ontem, não tive oportunidade de cumprimentar os servidores públicos da esfera federal, da esfera estadual e da esfera municipal pelo seu dia, que será comemorado amanhã. Os servidores públicos contribuem para o desenvolvimento do Brasil, da Paraíba e do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Parabenizo o Deputado Rômulo Gouveia pelo pronunciamento.

Quero deixar registrado que V.Exa., como Vice-Governador, abriu brilhantemente um congresso e me recebeu quando eu fui Presidente da Junta Comercial de Santa Catarina.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, empossado há apenas 2 anos e 10 meses, a administração do Prefeito Luciano Cartaxo, em João Pessoa, hoje é aprovada por mais de dois terços da população. Levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas IP4, de julho de 2015, mostrou que sua gestão é bem avaliada por 70,28% dos pessoenses. Apenas 21,48% optaram pela desaprovação e 8,24% não souberam ou não quiseram responder.

Conforme os números demonstram, a popularidade da gestão Cartaxo foi impulsionada por um conjunto de obras significativo, entre realizadas e já entregues. A obra da Lagoa e do Parque Solón de Lucena, por exemplo, já é reconhecida como uma marca importante da administração. Entre os entrevistados, 99,53% dizem ter tomado conhecimento do que está sendo realizado no cartão postal da cidade, com aprovação até maior do que a da gestão: 72,88%.

Outras duas marcas significativas do Governo Luciano Cartaxo são os investimentos em educação, sobretudo nas escolas em tempo integral e nas creches, e habitação. A ampliação do número de creches é do conhecimento de 80,25% da população e tem uma aprovação elevada, de 94,11%. Quase 64% das pessoas sabem da construção de escolas em tempo integral e 93,31% delas gostaram desse investimento.

As questões colocadas no dia de ontem pelo Deputado Wilson Filho em relação à saúde do Município de João Pessoa não condizem com a verdade.

O Município de João Pessoa mês a mês vem perdendo uma receita de mais de 2 milhões de reais em repasses do Governo Federal na área da saúde.

A questão da saúde não é só pontual em João Pessoa ou no Estado da Paraíba, é uma questão nacional! Eu particularmente estou preocupado com a falência do Sistema Único de Saúde.

Por diversas vezes estive debatendo o assunto com o ex-Ministro Arthur Chioro a respeito desse assunto, para tentar repor o valor mensal, cortado, para os Municípios de João Pessoa e Campina Grande.

Acho que o momento é de se buscar solução e não fazer de palanque político a tribuna da Câmara

Vamos repor a verdade: o Município de João Pessoa teve uma produção no Complexo Hospitalar de Mangabeira, Governador Tarcísio Burity, de janeiro a agosto de 2015, da ordem de 100% de atendimentos. O hospital nesse período atendeu 4.432 pacientes, sendo do Município de João Pessoa 2.635 pacientes, o que corresponde a 59,45% de atendimentos; e de outros Municípios 1.797 pacientes, o que corresponde a 40,5%, totalizando um valor gasto na unidade hospitalar de R$3.858.772,72.

Já no Complexo Hospitalar Santa Isabel, a produção hospitalar, de janeiro a agosto de 2015, foi da ordem de 100% de atendimentos. O hospital nesse período atendeu 2.544 pacientes, sendo do Município de João Pessoa 1.518, o que corresponde a 59,67% de atendimentos; e de outros Municípios, 1.026 pacientes, o que corresponde a 40,33%, totalizando um valor de R$3.310.850,88.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Giovani Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Rio Grande do Sul vive um momento de muita dificuldade. Eu sou coordenador da bancada gaúcha no Congresso Nacional. Nós Deputados e Senadores estamos unidos em defesa do Rio Grande do Sul, mas está muito difícil: é enchente de um lado, endividamento do Estado de outro; é agricultura sem colheita de trigo; é soja sem ser plantada. Agora temos outra bomba.

Quero que fique registrado nos Anais da Casa discurso que trago, de seis páginas, sobre a indústria química e petroquímica do Brasil e do Rio Grande do Sul, no qual falo da sua competitividade e importância para o País e do problema gerado por falta de contrato entre PETROBRAS e Braskem.

No último dia de reunião do conselho, não se apresentou o prazo do último aditivo, que era 31 de outubro, firmado pelas duas empresas sobre o fornecimento de nafta petroquímica. Desde fevereiro de 2014, a Braskem não consegue acertar com a PETROBRAS a definição de um contrato de nafta de longo prazo, o que é vital para que uma indústria petroquímica possa fazer planos para o futuro. Isso representa milhares de empregos, 10 mil no Brasil, numa hora desta de dificuldades.

O Rio Grande do Sul tem, no Município de Triunfo, o Polo Petroquímico do Sul. Neste discurso que peço seja registrado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil* enfoco um grande problema: se a PETROBRAS não assinar esse contrato com a Braskem, poderá ser fechado o Polo Petroquímico do Sul. Nosso alerta: por favor, PETROBRAS, vamos garantir os empregos! A indústria

química e petroquímica pede socorro. Vamos assinar esse contrato, urgentemente, e garantir os empregos em Triunfo e nos polos petroquímicos do Brasil inteiro!

Esse é o nosso registro, esse é o nosso alerta. Vamos fechar 10 mil empregos no Brasil. Portanto, PETROBRAS, por favor, assine esse contrato.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho falar sobre a competitividade da indústria química e petroquímica.

Uma indústria química e petroquímica forte e competitiva tem a capacidade de tornar um país economicamente forte, que nada mais é do que a aptidão de ser flexível e manter-se estável mesmo em momentos de turbulência. Não há país desenvolvido sem uma indústria química forte. O aumento de produção da indústria química e petroquímica estimula a produção de outros setores, havendo um efeito dinâmico em cadeia.

Para uma indústria química e petroquímica ser forte, os fatores essenciais e definidores do grau de competitividade são matéria-prima e energia, cujos preços precisam acompanhar a cotação de países que são produtores de recursos naturais — esses países também são hoje os que atraem investimentos em petroquímica —, e os contratos precisam ser de longo prazo.

Hoje, a indústria química é responsável pela geração de 400 mil empregos diretos e 2 milhões de empregos indiretos no Brasil. Além disso, representa 10% do PIB industrial do País, sendo o quarto maior setor industrial do PIB brasileiro. Em

escala global, a indústria química brasileira ocupa o sexto lugar entre as maiores do mundo.

Países economicamente fortes não abrem mão da indústria química. Enquanto vivemos em um ambiente tão desfavorável para a competitividade, países desenvolvidos, como Coreia, Alemanha, Japão e Cingapura, possuem uma política de país ligada à matéria-prima petroquímica: o setor foi eleito como uma das indústrias para promover o desenvolvimento desses países.

O desenvolvimento da cadeia do plástico no Brasil vem esbarrando em uma série de questões que acarretam perda de competitividade e enfraquecimento frente ao cenário internacional.

No dia 31 de outubro vence o prazo do último aditivo firmado por PETROBRAS e Braskem sobre o fornecimento de nafta petroquímica para a empresa. Desde fevereiro de 2014, a Braskem não consegue acertar com a PETROBRAS a definição de um contrato de nafta de longo prazo, o que é vital para uma indústria petroquímica poder fazer planos para o futuro, garantindo o abastecimento do mercado.

Não estamos falando dessa relevância com base em expectativas, mas em fatos. A indústria petroquímica brasileira já perdeu competividade, entre outros fatores, por uma série de descobertas de novas matérias-primas mais baratas do que a nafta. Nos Estados Unidos, por conta do *shale gas*, por exemplo, o custo do polietileno, matéria-prima para a produção de transformados plásticos, é metade do custo de produção da nafta.

Existe uma série de projetos de expansão de produção nos Estados Unidos e a estimativa é que boa parte desse volume seja direcionado para a América Latina. Quando essa produção se tornar realidade, já teremos um desafio.

Essa realidade futura anunciada evidencia que, se não tivermos um contrato de nafta fechado em longo prazo, competitivo e que contemple momentos de oscilação do preço do petróleo, ficará ainda mais difícil manter a opção de produzir no Brasil. Se o preço do petróleo subir, a competitividade piora. Se hoje o custo já é o dobro, será quatro a cinco vezes o custo americano. Daqui a 2020 a exportação dos EUA de derivados de eteno vai sair de 3,5 mil toneladas para 9 milhões de toneladas, mais o menos três vezes o que o Brasil produz hoje.

Se não houver contrato de longo prazo, não haverá investimento. A indústria vai se fragilizar e aí se corre o risco de se fecharem plantas petroquímicas por falta de competitividade, provocando impacto na balança comercial, emprego, renda e arrecadação fiscal do Governo.

O fechamento de somente uma das três centrais petroquímicas do Brasil acarretaria perda da ordem de 10 mil empregos diretos e terceiros, 10 mil empregos indiretos, 75 mil empregos indiretos e uma renda de trabalho de 3 bilhões de reais sumiria de circulação. Para se ter ideia, o salário médio da indústria química é o dobro do salário de toda a indústria.

O fim do faturamento médio de uma central de 6 bilhões de reais representaria perda de 0,1% de todo o PIB brasileiro e 0,6% do PIB industrial e o Governo deixaria de arrecadar pelo menos um quarto desse valor.

Ao mesmo tempo em que a indústria petroquímica está fragilizada com a falta de contrato de matéria-prima, está ameaçada de perder incentivos fundamentais.

Concomitante a esse impasse, o Governo está pleiteando reduzir o REIQ — Regime Especial da Indústria Química em 2016 e acabar com o regime em 2017, impactando 50 empresas beneficiadas. Visa também reformular o REINTEGRA — Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras.

Todas essas ameaças pairam em um cenário que já está difícil: a produção de transformados plásticos caiu 2,7% em 2014 em relação a 2013; o faturamento no período, de R$ 64,47 bilhões, registrou queda ainda maior, de 6,4%. A indústria petroquímica nacional enfrenta um cenário de perda de competitividade que precisa ser revertido. Os sinais dessa curva descendente começaram a aparecer nos anos 2000, quando as petroquímicas nacionais começaram a debater com a PETROBRAS alternativas para reduzir o preço da matéria-prima.

Naquele período, começaram a surgir empresas mundiais, situadas especialmente no Oriente Médio, que usavam como matéria-prima o gás natural, na época muito mais barato do que a nafta. Essa concorrência com um mercado em crescimento e com matéria-prima mais barata e de qualidade fez com que a indústria petroquímica nacional perdesse ainda mais competitividade.

Essa perda de competitividade provocou o fechamento de uma série de indústrias petroquímicas no Brasil, como Dow e Baseli, que preferiram investir em outras regiões com acesso à matéria-prima mais barata, e da própria Quattor, que não conseguiu sobreviver e foi incorporada à Braskem.

Em 2014, as unidades da Braskem no Brasil registraram uma taxa de operação de 86% — quatro pontos percentuais menor que no ano anterior —,

enquanto o País enfrenta um aumento da presença de produtos químicos importados.

A balança comercial dos transformados plásticos também ficou negativa em 2014. As importações cresceram 6% em volume, totalizando 778 milhões de toneladas, e 3% em faturamento. Já as exportações caíram 3,4% em volume e 1,4% em faturamento. No mesmo período, o consumo aparente desses produtos caiu 1,7%, interrompendo um crescimento constante ocorrido pelo menos em 6 anos consecutivos. Esse impasse no contrato com a PETROBRAS está travando a realização de novos investimentos no País. Um dos exemplos recentes é o da Synthos, empresa polonesa de borracha que precisa da garantia de matéria-prima para se instalar no País, mais precisamente no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo, Rio Grande do Sul.

Outro exemplo é o da fábrica alemã Styrolution, que iria instalar unidade industrial na Bahia em *joint venture* com a Braskem. Enquanto não se chega a uma solução definitiva com a PETROBRAS, a Braskem acredita ser inviável assinar um contrato de longo prazo, 15 anos, com a empresa europeia, comprometendo-se a fornecer matéria-prima para a produção do ABS.

Tanto a indústria química quanto a petroquímica são essenciais para a economia brasileira e para o crescimento do País por se tratarem de cadeias longas, ou seja, são formadas por empresas de base, onde nasce uma cadeia de agregação de valor. Todos os segmentos industriais utilizam a química em maior ou menor proporção. Entre os exemplos, está o uso industrial em produtos farmacêuticos, fertilizantes, perfumaria e cosméticos, tintas, esmaltes e vernizes.

A questão do contrato de fornecimento de nafta com a PETROBRAS é uma decisão muito mais estratégica do que comercial. Não faz sentido a estatal virar as costas para a indústria petroquímica para se focar na venda de gasolina e petróleo bruto, deixando de reunir riqueza para o Brasil. Quanto mais competitiva for a matéria-prima para a indústria petroquímica, mais emprego e renda ela gerará. O consumo de nafta pela indústria petroquímica se mantém há 15 anos, de forma que é essencial.

Em resumo, o futuro está desenhado. Já é certo, com base nos investimentos previstos no mundo em petroquímica, que perderemos competitividade e importância nessa indústria, da forma como tudo está hoje. A hora de agir para garantir a atividade, empregos e todo o seu impacto para a economia e a sociedade é agora.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Por 1 minuto, tem a palavra o Deputado Rafael Motta.

O SR. RAFAEL MOTTA (PROS-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Fabricio Oliveira, que com muita honra preside esta sessão, ouvi atentamente o discurso do Deputado Rômulo Gouveia, da Paraíba, Estado que muito bem representa, a respeito da questão hídrica do Nordeste brasileiro.

É por isso, Sr. Presidente, que fizemos requerimento de indicação à Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff, para ir também ao Nordeste, assim como foi ao Sul, que enfrenta situação de calamidade, para ver como se encontram essas regiões. O Nordeste enfrenta a pior seca dos últimos 50 anos. Então, nada

mais justo que ela possa também sobrevoar essas áreas para ver o nível dos reservatórios hídricos e tentar trazer um acalento para a região nordestina.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja amplamente divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Será deferido seu pedido, Deputado.

Passo a palavra à Deputada Geovania de Sá, de Santa Catarina, que dispõe de 1 minuto.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Fabricio Oliveira, do meu Estado, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de registrar que acabei de ler notícia sobre o maior rombo da história brasileira: ao revisar a meta de 2015, o Governo detectou que o rombo será de mais de R$ 51 bilhões. A população não aguenta mais, e o Governo insiste em repassar essa conta à população.

Na condição de Deputada Federal, do Estado de Santa Catarina, vou lutar nesta Casa para que o Governo não transfira isso para a população. Ele que faça sua parte, reduzindo Ministérios, cargos comissionados. A população não pode, mais uma vez, pagar pela incompetência desse Governo que aí está.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Passo a palavra ao Deputado Paulão, que dispõe de 1 minuto.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive a oportunidade de participar da reunião, que ainda continua, do Diretório Nacional do PT. Além do nosso Presidente, Rui Falcão,

recebemos a visita do ex-Presidente Lula. Chamo a atenção para a importância da sua fala, atualizada, altiva.

Infelizmente, a Oposição, de forma irresponsável, tenta denegrir a maior liderança popular não só do Brasil, mas da América do Sul. E quero aqui fazer destaque à Operação Zelotes. A grande imprensa tenta desviar o foco dos grandes sonegadores — a exemplo de vários bancos, da Gerdau, do Grupo RBS, do Rio Grande do Sul —, na perspectiva de criar um factoide e caluniar um parente direto, o filho do Presidente Lula.

É lamentável o debate de baixo nível que a Oposição vem fazendo nesta Casa. Mas o PT e o Presidente continuam altivos — e lhe deixo um grande abraço. É importante que a população brasileira saiba dessa discussão.

O Presidente disse, de forma límpida e forte, que, quanto mais batem, mais essa reação é fundamental para que façamos a agenda em cada Estado, a exemplo do que ocorreu recentemente no Piauí e na Bahia. Isso é fundamental para a militância do Partido dos Trabalhadores e principalmente para o povo brasileiro, que sabe a importância do Governo do PT, cujo foco está principalmente na questão social.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Geraldo, para uma Comunicação de Liderança, pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nestes 10 minutos de Comunicação de Liderança, vou fazer a leitura do meu pronunciamento e pedir sua ampla divulgação nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos acompanham pelos veículos de comunicação, ontem, dia 28 de outubro, nossa bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados apresentou ao Governo Dilma, em uma reunião com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, um conjunto de propostas que visa à retomada do desenvolvimento econômico com justiça social. A bancada propôs, entre outras medidas, a diminuição da carga tributária do setor produtivo, a ampliação da faixa de isenção e o aumento do número de alíquotas do Imposto de Renda para a classe média e os trabalhadores.

Quero aqui enfatizar o caso da urgente mudança da tabela do Imposto de Renda, que deverá necessariamente taxar os setores privilegiados da sociedade e aliviar o setor produtivo, a classe média e os trabalhadores, sobre os quais recai o maior peso dos impostos. Portanto, é uma peça importante para a retomada do nosso projeto de desenvolvimento com justiça social.

A nossa sugestão é que a faixa de isenção seja ampliada para o salário mínimo do DIEESE, que é de R$3.390,00, em valores de hoje. Propõe-se a redefinição e a redistribuição das alíquotas e faixas de renda. A proposta em discussão, portanto, reduziria a carga tributária do Imposto de Renda sobre os setores da classe média. As alíquotas seriam oito, de 0% a 40%: de R$3.390,00 a

R$6.780,00, 5%; até R$10.170,00, 10%; até R$13.560,00, 15%; até R$27.120,00, 20%; até R$54.240,00, 25%; até R$108.480,00, 30%; a partir desse valor, 40%.

Nossa intenção é justamente promover maior justiça fiscal, fazendo com que os mais ricos, eu diria os super-ricos, paguem mais, aliviando assim o extremo peso fiscal sobre os menos afortunados da classe média, formada, em sua grande maioria, por assalariados do serviço público e da iniciativa privada. Para se ter ideia desse absurdo fiscal, basta consultar as informações da Receita Federal, ano base 2013, consolidadas pelo IPEA, em que 71.440 contribuintes têm renda mensal superior a 160 salários mínimos, totalizando R$ 289 bilhões por ano, e com patrimônio avaliado em R$ 1,2 trilhão. Pois bem, esses super-ricos representam, em termos fiscais, a taxa desprezível de apenas 0,3% do universo total dos contribuintes e 0,05% da população ativa.

Para ser mais didático, para esclarecer ainda mais esse absurdo, os dados do IPEA indicam que apenas 34,2% da renda desses super-ricos são tributadas pelo Imposto de Renda. Isso significa que, em média, pagam 2,6% de imposto em relação a sua renda total.

As propostas da bancada serão apresentadas também aos partidos da base aliada e a diferentes setores da sociedade, como entidades sindicais, empresariais e acadêmicas.

A agenda do PT e da base aliada também versa sobre a repatriação de recursos de brasileiros transferidos ilegalmente para países estrangeiros, mudanças na taxação de remessas de lucros ao exterior, tributação das grandes fortunas, imposto sobre grandes heranças e doações, recriação da CPMF, aperfeiçoamento

dos mecanismos de cobrança de dívida ativa da União e taxação de bens de luxo, como jatinhos, iates, etc.

Mas, Sr. Presidente, durante o dia de hoje está ocorrendo reunião do Diretório Nacional do PT. Participei da parte da manhã e ouvi a fala do nosso Presidente Lula, que durou mais de 1 hora. Durante esse tempo, ele foi aplaudido por mais de dez vezes por Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Prefeitos e diversas lideranças do partido que compõem o Diretório Nacional.

A preocupação do Presidente, a nossa também, é exatamente que este Congresso coloque a cabeça no lugar e mire o bem do País, pare com essas disputas que não levam a nada, com esse denuncismo, com esse ataque à Dilma, ao PT, ao Governo, ao Lula, ao filho do Lula, à família do Lula, porque isso não vai mudar nada, só vai piorar a situação do País.

O que nós precisamos é exatamente aprovar esse pacote de medidas, esses ajustes que passam pelo Congresso Nacional, repatriar dinheiro dos ricos, daqueles que não precisam dele e que foram depositá-lo lá fora, ilegalmente, sem pagar impostos. Só com essa medida, o País pode arrecadar o suficiente para construir quatro ou cinco hidroelétricas iguais à de Belo Monte, a maior do Brasil. V.Exas. devem ter assistido ontem e hoje a uma reportagem da *TV Globo* sobre essa grande obra que vai gerar energia para aproximadamente 60 milhões de brasileiros, o equivalente à população da França.

Com esse dinheiro repatriado dá para asfaltar 50 vezes ou 150 vezes uma rodovia como a Transamazônica ou a Cuiabá-Santarém, que, desde quando foi aberta, há 40 anos nunca foi asfaltada. Agora está sendo, iniciativa do Governo Lula e continuada no Governo Dilma. O argumento era a falta de dinheiro. Este ano nós

estamos com essas obras paralisadas, num período em que se devia estar trabalhando, exatamente por falta de orçamento.

Defender a CPMF é defender uma contribuição que já existia, criada no Governo Fernando Henrique. No Governo Lula, o Senado, por birra política, por um voto, derrubou e não renovou a CPMF. Ela representava naquele momento 45 bilhões de reais para o Sistema Único de Saúde, e representaria hoje 65 bilhões de reais.

Todos nós sabemos que qualquer cidadão neste País, mesmo longe, na Amazônia, vai a um hospital e encontra o Mais Médicos. Mas, na hora da consulta, às vezes precisa fazer ressonância, ultrassonografia, exame que depende de aparelhos sofisticados que muitas vezes não existem nos hospitais públicos, e que, quando existem, estão quebrados e precisam de conserto.

O número de acidentes neste País aumentou, o número de pessoas que buscam tratamento de saúde também. É claro que nós precisamos aplicar dinheiro com mais honestidade por este País afora, evitar desvios. Mas isso não é suficiente. Precisamos fiscalizar o dinheiro público para a saúde pelo Brasil afora e precisamos sim ter um imposto que traga mais dinheiro, para que possamos ter um Sistema Único de Saúde que faça atendimentos que muitas vezes só um plano de saúde muito bom pode prestar, e às vezes nem ele.

A nossa bancada está muito convencida, muito preparada para votar esse pacote de medidas. Quero dizer ao povo brasileiro, principalmente aos filiados e aos dirigentes do meu partido, que votarei em todas essas medidas, com toda tranquilidade, porque sei que o dinheiro público está sendo bem aplicado pela Presidenta Dilma Rousseff, como aplicou, em programas sociais por este País afora,

como Luz para Todos, Bolsa Família, PROUNI, FIES, Ciência sem Fronteiras, Mais Médicos e Minha Casa, Minha Vida, que não vai acabar, por mais que muitos Deputados venham à tribuna tentando plantar o terrorismo na cabeça do povo brasileiro.

A aposentadoria do trabalhador e da trabalhadora rural, o regime especial de Previdência não vai terminar. Se fosse o Governo passado, ele teria acabado com essa aposentadoria, mas o homem e a mulher que trabalham no campo — o homem, aos 60 anos, a mulher, aos 55 anos — hoje se aposentam, e essa aposentadoria vai continuar.

Nós queremos votar essas medidas. Entretanto, muita gente dentro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal vem trabalhando para que não sejam votadas, exatamente para atrapalhar o Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra, pelo tempo de 1 minuto, ao Deputado Caio Narcio, de Minas Gerais.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero primeiro parabenizar V.Exa. pela condução da sessão.

Sras. e Srs. Deputados, antes da eleição a Presidente Dilma Rousseff esteve em Minas Gerais diversas vezes fazendo promessas. Colocou inclusive máquinas para resolver o problema da BR-381, conhecida naquele Estado como a “rodovia da morte”. Durante a eleição estiveram lá operando, mas durante todo o mandato do Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff não fizeram nada.

No período eleitoral essas máquinas trabalhavam como se estivessem construindo uma estrada em velocidade recorde. E, pasmem — todos nós sabemos —, foi só acabar o período eleitoral, e a BR-381 continua sendo a “rodovia da morte”, continua matando, tirando vidas. A mentira, a irresponsabilidade, a falta de compromisso continuam matando.

A Presidente se diz mineira, mas eu digo a V.Exas. que não é, nem de longe. Ela esquece o metrô, que foi promessa de eleição. Passado o período eleitoral, deixou o metrô de Belo Horizonte de lado.

Quero lamentar a enchente que houve na Avenida Vilarinho na última semana, que acabou deixando várias pessoas feridas, por falta de investimento.

Então, quero lamentar, porque de mineira esta Presidente não tem nada. Na verdade, mostrei aqui todas as mentiras e desmandos que estão acontecendo. Lamento, pois Minas Gerais perde muito. A Presidente diz que quer os votos de lá, mas não tem trabalhado pelo Estado.

Aqui ficam nosso lamento e nosso protesto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer, por 1 minuto.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta manhã Deputados da Comissão de Finanças e Tributação foram recebidos pela diretoria do Banco Central em um café da manhã, quando o Presidente mostrou todo o quadro da política monetária que está sendo desenvolvida. Nós questionamos a falta na prática de uma política monetária no Brasil.

Todos nós sabemos que há dois suportes que fazem o processo econômico e o controle da inflação funcionar. Um é a política fiscal, e todos sabem que há déficit primário, há extrapolação total das despesas, e o orçamento não fecha. Esse seria o caminho normal para o equilíbrio econômico. O outro viés é a política monetária, que está por conta do Banco Central.

Nós mostramos ao Presidente do Banco Central que na prática isso não tem dado certo. Elevamos as taxas de juros da SELIC para 14,25%, e o efeito disso no controle da inflação não funcionou. A inflação, que tinha como centro de meta 4,5%, com a possiblidade de uma banda alta de no máximo 6,5%, hoje bate os 10%. Nós tivemos o efeito da política de juros altos anulado com a alta do dólar, que bate os 4 reais. Então, não funciona a política monetária do Banco Central.

Além do mais, a taxa de 14,25%, que faz com que tenhamos esse custo financeiro, faz com que não se declare o verdadeiro déficit que existe na República. Fala-se de déficit primário de 30 bilhões, de 50 bilhões ou de 100 bilhões — já não se sabe o número certo —, mas só de juros se pagam 370 bilhões de reais por ano.

Então, ao somar juros mais déficit primário, estamos falando em mais de 400 bilhões. Por quanto tempo nós vamos rolar isso? Até chegar ao que aconteceu com a Grécia?

É momento de o Banco Central, associado ao Ministério da Fazenda, fazer o verdadeiro equilíbrio das contas públicas, mesmo que seja a custo de gastos obrigatórios. Não há outra alternativa, não há dinheiro, não há recursos, e a República definitivamente vai à quebra, vai à falência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo por 1 minuto.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na sexta-feira próxima passada participei em Altamira de reunião do Comitê Gestor do PDRS — Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, formado por um fundo de 500 milhões de reais oriundos da construção de Belo Monte. O consórcio que ganhou a construção da usina destinou 500 milhões para serem aplicados nos 11 Municípios que compõem aquela região. Foram negociados 200 mil litros de combustível para 12 Municípios poderem fazer com que as máquinas consertem as estradas vicinais, as estradas rurais naquela região, e mais 1 milhão e 300 mil reais para concluírem a reforma do hospital de Medicilândia.

Quero enfatizar esse feito positivo, quando pude contribuir para o fórum participativo, que conta com os Governos Federal, Estadual e Municipais e ONGs.

Sr. Presidente, peço que o programa *A Voz do Brasil* dê divulgação a este meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Antes de fazer o encerramento da sessão, quero registrar com muito prazer e com muita honra a presença dos alunos do 4º ano do Colégio Auxilium, de Anápolis, Goiás. Sejam bem-vindos a este plenário. *(Palmas nas galerias.)* É um prazer recebê-los aqui, nas galerias, honrando-nos com sua presença.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em Manaus, Capital do Estado do Amazonas, habitantes e produtores contam com somente uma ligação terrestre com o restante do País. Trata-se da BR-319, uma estrada de 877 quilômetros que liga Manaus a Porto Velho, Capital de Rondônia. No entanto, o que essas pessoas enfrentam hoje é uma situação de total isolamento, imposto pelo estado de abandono em que se encontra a rodovia.

Concluída em 1976, a BR-319 tem se deteriorado desde então, embora sua recuperação tenha sido incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ainda em 2009. Depois de uma série de contendas ambientais, a recuperação do trecho central da rodovia, de 400 quilômetros, finalmente pôde ser iniciada no ano passado.

A expectativa era de que a recuperação fosse concluída até o final deste ano. Mas, no início do mês de outubro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) embargou as obras e paralisou, novamente, a possibilidade de Manaus se conectar com o País.

A recuperação da BR-319 é uma polêmica que vem há anos dividindo opiniões dentro do próprio Governo, mas é possível — e urgente! — encontrar uma solução para que essa rodovia possa acabar com o isolamento terrestre do Estado do Amazonas. O Polo Industrial de Manaus, pensado para desenvolver a economia do Estado sem atacar a floresta, precisa contar com esse meio para escoar seus produtos. De outra forma, a competitividade do Polo corre o risco de se perder, o

que seria trágico para o Amazonas e para o meio ambiente.

Para que a BR-319 possa promover desenvolvimento com sustentabilidade, precisamos de uma ação efetiva e gestão firme, para que os impactos sobre o meio ambiente e sobre as etnias que habitam as áreas próximas sejam mínimos. Lembremos que não se trata de abrir uma nova estrada, trata-se de tornar novamente trafegável um caminho que já existe.

Impactos sempre existirão, mas é possível minimizá-los com medidas já conhecidas, como a limitação do horário de tráfego, e os cuidados necessários com a preservação das etnias e do meio ambiente. Espero que o problema seja resolvido rapidamente, com o levantamento do embargo, para que o isolamento terrestre deixe de prejudicar a economia e os moradores da região.

Muito obrigado.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Programa Bolsa Família, ao completar 12 anos, apresenta resultados extraordinários, como a erradicação da fome crônica. Mais de 40 milhões de pessoas saíram da situação de extrema pobreza, aumentou a frequência escolar, mais saúde para crianças e jovens; e com esses números obteve o reconhecimento internacional.

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA chegaram à conclusão de que cada R$1,00 investido no Bolsa Família se transforma em R$1,78 no Produto Interno Bruto e em R$2,40 no consumo final das pessoas do programa.

Para chegar a esse número, o IPEA considerou que a parcela mais pobre da população destina praticamente toda a sua renda adicional ao consumo, provocando aumento das vendas do comércio, com todas as consequências daí decorrentes para a economia.

Em pouco mais de uma década, o Bolsa Família tem produzido efeito macroeconômico superior ao gerado por qualquer outro programa de transferência, incluindo-se nessa relação o seguro-desemprego e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Também contribuiu com 12,2% da queda na concentração de renda, medida pelo índice de Gini: a renda real média entre os 10% mais pobres teria avançado 120%, contra um avanço de 26% entre os 10% mais ricos.

Ainda de acordo com as informações do IPEA, os investimentos com o Bolsa Família representam apenas 0,4% do PIB, o que revela sua excelente relação custo-benefício. Não há dúvida, portanto, de que se trata de programa a ser preservado.

Esse programa permitiu ao Brasil a façanha de ter uma geração de crianças e de adolescentes que desconhecem a mazela secular da fome e da miséria que

castigou grande parte da população brasileira por mais de 500 anos.

Hoje, 25% da população é beneficiada pelo Bolsa Família, gerando distribuição de renda e inclusão social e garantindo a frequência escolar de milhões de crianças e jovens, que correspondem a 55% dos beneficiados, e ainda, servindo de modelo para dezenas de países.

Entre 2002 e 2014, o Brasil reduziu em mais de 82% o número de pessoas subalimentadas, promovendo a maior queda registrada entre as nações mais populosas do mundo e superando a média da América Latina, que é de 43%. Com esses resultados, em 2014, o Brasil saiu do chamado “Mapa da Fome” produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO. Entre os motivos que levaram a FAO a posicionar o Brasil fora do Mapa da Fome está a prioridade política na erradicação da fome e o compromisso com a proteção social por meio da transferência de renda protagonizada pelo Bolsa Família.

Hoje, no Congresso Nacional, há um debate pregando um corte de R$ 10 bilhões do Bolsa Família no Orçamento da União para 2016, o que, na minha opinião, é um equívoco e um retrocesso em um programa que tem repercussão positiva na educação, na oferta de emprego, na economia e principalmente na alimentação e saúde da população beneficiária, especialmente de crianças e jovens.

É por todos esses pontos positivos trazidos pelo Bolsa Família, seja como distribuição de renda, seja como promoção de dignidade e de cidadania, que parabenizo esse programa criado e desenvolvido nos Governos do Partido dos Trabalhadores, iniciado no Governo do Presidente Lula e que a Presidenta Dilma deu continuidade.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a divulgação deste meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, neste momento de crise que abala todos nós brasileiros, gostaria de destacar algumas notícias relevantes, veiculadas em caderno especial do jornal *Correio Popular* do último domingo, dia 25.

Sob o título *Campinas desponta em* rankings *e espanta a crise*, a publicação destaca, Sras. e Srs. Deputados, que minha terra natal, hoje, conta com 146.224 empresas ativas, o que a coloca na 11ª colocação do *ranking* brasileiro dos Municípios que mais concentram empreendimentos, de acordo com dados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação — IBPT. Mas não é só isso. O município está *"à frente de 12 capitais do País"*. E *"em outra pesquisa divulgada semana passada, feita pela Urban Systems, Campinas também surge bem no cenário: está entre as 9 melhores cidades do Brasil para fazer negócios"*.

Caros colegas, posso afirmar que esses números são reflexo das ações da Prefeitura de Campinas, conduzida pelo Prefeito Jonas Donizette com ações como o centro logístico que abrigará empresas de vários setores e que conta com investimentos na ordem dos R$ 100 milhões.

Ainda segundo a reportagem, esse *"empreendimento terá 46,6 mil metros quadrados de construção, em uma gleba total de 103 mil metros quadrados, localizada no km 87 da Via Anhanguera. A localização, aliás, é estratégica. A proximidade do anel viário permite rápido acesso a todas as rodovias estratégicas que cortam o município, assim como ao Aeroporto Internacional de Viracopos. As obras devem ser concluídas até julho do ano que vem"*, gerando *"200 empregos*

diretos e, depois de pronta, [a área] deve chegar a 400 postos com as 13 empresas instaladas".

Já sobre as ações da Prefeitura de Campinas, que têm protegido não só a cidade, mas também a Região Metropolitana de Campinas da crise pela qual passamos, quero destacar, Sr. Presidente, os programas de estímulo aos empreendedores e à atividade empresarial, como o Exporta Campinas e o Via Rápida Empresa, este último do Governo do Estado de São Paulo, que conta com Márcio França, Vice-Governador e meu correligionário de partido, o PSB.

Através desses programas, nobres pares, conforme consta do periódico, *"a Prefeitura de Campinas toma uma série de medidas práticas com o objetivo de fomentar a atividade empresarial em tempos de crise. E a principal delas é a renúncia fiscal da ordem de R$ 50 milhões anuais, que beneficia os novos e os antigos empreendedores da cidade"*.

Entretanto, não é só a renúncia fiscal que faz parte dos programas. *"A Administração tomou, desde o início do governo atual, uma série de medidas que hoje servem para proteger o campineiro de efeitos mais sérios deste período econômico tenso. O Exporta Campinas, por exemplo, estimula até os pequenos empresários à disputa do mercado externo"*.

Por outro lado, *"outra medida acertada da Prefeitura, diz, foi a organização efetiva, no município, do Via Rápida Empresa, parceria com o governo estadual que agiliza a abertura e a regulamentação de empresas. Hoje, praticamente todos os novos empreendimentos de baixo risco da cidade — geralmente pequenos — são abertos por meio do programa"*.

Quanto aos grandes empreendimentos, *"a cidade deve dobrar o número de*

leitos em hotéis, por conta da expansão notável da rede hoteleira. Estima-se, só para este ano, investimentos da ordem de R$ 2 bilhões no setor. A cidade também registra o crescimento das empresas de alta tecnologia que — diferente da maioria dos setores — registra oferta cada vez maior de vagas de trabalho. A ciência, a tecnologia e a inovação integram o grupo dos empreendimentos que, hoje, sustentam a empregabilidade".

Por fim, Sras. e Srs. Parlamentares, quero ressaltar a importância de Viracopos, onde recentemente encabecei audiência pública para tratar das importações e exportações através desse *hub*. O Aeroporto *"se prepara para receber 80 milhões de passageiros/ano e se transformar no maior e mais moderno aeroporto da América Latina"*, que tem previsão de, *"em três décadas, os investimentos chegarem a R$ 9,5 bilhões"*.

Com um PIB de R$ 50 Bilhões em 2014, estimados colegas, Campinas é exemplo ao País na superação e criação de alternativas à crise, por isso deixo aqui este registro no meu pronunciamento!

Sr. Presidente, gostaria que meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e em todos os veículos de comunicação da Casa e que a reportagem citada fosse registrada nos Anais da Casa.

(A reportagem a que se refere o Deputado Luiz Lauro Filho encontra-se na Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, conforme GT nº 01/2014 — SERAD/DETAQ, emitida pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação — art. 98, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.)

O SR. MARCELO BELINATI (Bloco/PP-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Organização Internacional do Trabalho — OIT divulgou recentemente um informe preocupante: o desemprego entre os jovens brasileiros deve aumentar, assim como a informalidade. O Brasil registrou o segundo maior salto no desemprego de jovens entre as maiores economias mundiais do ano passado para este. Pela desaceleração da economia no País, os jovens sentirão os reflexos dessa medida por mais 4 a 5 anos.

Chama a atenção o fato de que, desde 2010, o desemprego entre os jovens entre 15 e 24 anos estava caindo. Variou de 17,4%, naquele ano, para 13,8%, em 2014. Mas, no primeiro semestre deste ano, ele subiu para 15,8%, diante da crise econômica, taxa três vezes superior à que ocorre entre adultos.

Causa preocupação esse retrocesso, principalmente com o corte de recursos governamentais em áreas como a educação profissionalizante, ajudando ainda mais a manter os índices de desemprego de jovens em estágio de preparação para o mercado de trabalho.

Precisamos reverter esse quadro urgentemente. Nossos jovens necessitam de oportunidade de emprego e de formas de garantir uma qualificação adequada para estar em pé de igualdade na disputa por uma vaga de trabalho.

Para um governo que tem como lema *Pátria Educadora,* cortar os recursos da educação de nossos jovens é uma inconsequência sem tamanho, ainda mais após os dados da OIT apontarem que, no mundo, 43% dos jovens estão desempregados ou contam apenas com trabalhos que os pagam muito menos que o suficiente para ficarem fora da linha da pobreza.

Que nós possamos trabalhar para que este quadro se reverta e o País volte a

crescer. Não podemos ver gerações de jovens, o futuro de nossa Nação, retrocederem a cada dia, enquanto que países menos desenvolvidos que o Brasil e com economias mais fracas crescem a passos largos e nos ultrapassam, como estamos assistindo hoje na América Latina.

Muito obrigado.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das piores notícias que li este mês dá conta que o Amazonas é o segundo Estado do País que mais sofre com a crise econômica e foi considerado vice no *ranking* da crise.

Um levantamento publicado no dia 15 de outubro pelo jornal *O Globo* mostra que o Amazonas está sofrendo com a crise, ficando atrás apenas de Pernambuco nesse *ranking* em que ninguém quer ser o primeiro, muito menos o segundo. O Amazonas aparece nessa projeção com queda da atividade econômica acima da média nacional e, segundo *O Globo*, na pior classificação. O Estado está no vermelho e deve fechar o exercício com queda em seu Produto Interno Bruto perto de 4% (-3,8%), atrás apenas de Pernambuco.

A recessão próxima de 3% prevista para este ano está se espalhando pelas regiões do País. Com a disseminação da crise econômica, nenhum Estado brasileiro conseguirá crescer em 2015, segundo projeções do banco Santander. A instituição prevê que, entre as 27 unidades da Federação, só o Pará escapará por pouco da recessão: deve fechar o ano com PIB estagnado, melhor número do levantamento. No Rio, a contração prevista é de 2,5%. Se a estimativa se confirmar, será a primeira vez desde 1996, início da série histórica do IBGE, que a economia de todos os Estados terá desempenho negativo ou nulo.

É uma péssima notícia, pois por mais que nós Parlamentares estejamos trabalhando para evitar que isso aconteça, principalmente aprovando matérias que colaborem para a redução dos gastos do Governo, percebemos que o buraco é ainda maior do que imaginamos.

Os dados alarmantes preveem uma recessão nacional de -2,8%, com abalos

em 26 das 27 unidades federadas e estagnação em um único Estado, o Pará.

A previsão nacional nesse estudo do Santander é semelhante à dos economistas do mercado financeiro, que esperam contração de 2,97%, de acordo com o mais recente Boletim Focus, pesquisa do Banco Central com mais de cem instituições financeiras. A economia brasileira não enfrenta uma recessão desde 2009, quando, na esteira da crise global, recuou 0,2%. Nem naquele ano o tombo foi tão disseminado: em 2009, o PIB de 17 das 27 Unidades da Federação avançou.

Os economistas ainda alertam que o desempenho da atividade econômica entre 2014 e 2016 deve ser o pior desde 1900, pior inclusive que o dos triênios da crise de 1929 e da dívida, nos anos 1980, a chamada década perdida. Nunca se viu algo assim.

As previsões mais otimistas afirmam que as regiões que se beneficiaram da fase áurea de *commodities* na última década, como o Centro-Oeste, devem escapar. De acordo com os dados mais recentes do IBGE, a região registrou o segundo maior crescimento médio entre 1995 e 2010, de 4,3%, perdendo só para o Norte — 4,7%. No mesmo período, o Brasil cresceu, em média, 3,1%. O instituto excluiu do levantamento os números mais recentes, pois prepara para o mês que vem a divulgação de dados recalculados, considerando a nova metodologia do PIB, introduzida nos números nacionais no início do ano.

O grande problema é que, com a queda de receita e as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, é provável que os Estados tenham que continuar subindo impostos como o ICMS. Mais ainda, 2016 será outro ano de recessão nos Estados.

Já sentimos isso no Amazonas. Só na Zona Franca de Manaus já são centenas de demissões, servidores públicos pressionam por reajustes diante do

arrocho salarial, pessoas estão desesperadas por emprego, moradia e alimentos. Já falei isso aqui em outras ocasiões.

Quero alertar as autoridades de meu Estado para que consigamos acertar o passo, para que possamos achar um meio-termo e melhorar um pouco esse diagnóstico. Não posso ver meu Estado sangrar e não fazer nada. Estou disposto a colaborar no que for preciso.

Era isso que tinha a dizer.

O SR. RENZO BRAZ (Bloco/PP-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que a crise hídrica tem causado grandes problemas em muitas cidades brasileiras. Essa é a realidade encontrada, por exemplo, em vários Municípios mineiros, onde a estiagem prolongada é responsável por fortes impactos socioeconômicos e ambientais.

Estudos recentes demonstram que, na região norte do Estado de Minas Gerais, a falta de chuvas tem deixado pastos secos e sem alimento suficiente para os animais. Inclusive muitos criadores de gado, preocupados com o prolongamento da estiagem, preferem comercializar parte do rebanho, o que causa efeitos negativos na economia de diversas cidades. No setor agrícola, a preocupação em relação ao déficit de chuvas também assume grande proporção. Hoje é comum encontrarmos agricultores abandonando terras ou mesmo não renovando a plantação, tudo para evitar prejuízos financeiros maiores.

Vemos, portanto, o quanto a produção agropecuária mineira tem sofrido com o permanente quadro de chuvas escassas. E o que ainda é mais grave: essas consequências econômicas refletem diretamente na qualidade de vida da população, sobretudo das famílias dos próprios produtores agropecuários. Diante de índices de produtividade cada vez menores, essas famílias sentem de perto os perversos efeitos da estiagem prolongada e revelam, com intensa nitidez, o lado social dessa preocupante crise hídrica.

Dados levantados pela Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais — ARSEA-MG nos traz a crítica situação enfrentada pelo nosso Estado. Dos 622 Municípios mineiros que têm serviços de saneamento regulados pela ARSEA, 117 já decretaram situação de

emergência por causa da seca. Os outros 231 Municípios que têm os serviços de saneamento vinculados às Prefeituras, também já praticam cortes e, em algumas cidades, o racionamento.

Sr. Presidente, devo lembrar, ainda, que a diminuição nos níveis de vários reservatórios espalhados pelo interior do Estado de Minas Gerais tem feito o sistema de abastecimento de Belo Horizonte bater sucessivos recordes negativos. Ou seja, os problemas decorrentes da estiagem assumiram uma proporção tão elevada que os efeitos já são notados por toda a região mineira.

Atenta à rápida evolução do problema, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais — COPASA, com a crescente perfuração de poços, tem investido na busca de águas subterrâneas. Tal iniciativa, ainda que represente medida de caráter emergencial, pode gerar, para alguns especialistas, risco de superexploração, com consequências ambientais difíceis de serem avaliadas.

Nobres Parlamentares, a crise hídrica no Estado de Minas Gerais e nos demais Estados brasileiros, pelo dimensionamento alcançado, merece total atenção; atenção voltada não somente para as medidas que podem diminuir os efeitos desse grave problema, mas também para as ações que evitem crises futuras.

Muito obrigado.

O SR. BILAC PINTO (PR-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo hoje à tribuna para comentar uma boa notícia e tentar com isso dar um sentido um pouco diferente, mais ameno e proativo, às atividades parlamentares.

Nesses tempos de escassez de água e crise energética com risco de agravamento, a boa notícia diz respeito à energia que vem do potencial dos rios com impacto ambiental reduzido. A força da correnteza, especialmente em grandes cursos de água, na Região Norte, passa a representar uma nova e interessante aposta.

É a chamada energia hidrocinética, em teste na Hidrelétrica de Samuel, localizada em Candeias do Jamari, a 45 quilômetros de Porto Velho, Rondônia.

O Brasil está, por um lado, valendo-se da potencialidade existente, vale dizer, da abundância de água, como fonte renovável, no Norte; por outro lado, atento à necessidade de se buscar novas tecnologias, de sorte a atender novas demandas. Essa tecnologia, em especial, é pioneira. Somos pioneiros em viabilizá-la, com tecnologia 100% nacional.

Em termos gerais, trata-se da instalação de turbinas, em diferentes pontos do leito fluvial, com pás semelhantes às utilizadas na geração de energia eólica. No caso, a força propulsora, no lugar do vento, é a correnteza dos rios. As turbinas ficam parcialmente submersas, em diferentes pontos do curso da água e são ligadas a cabos que transmitem a energia para uma subestação. Da subestação, a energia assim gerada ou é distribuída diretamente a comunidades onde existe déficit na oferta energética, ou segue para a rede.

Antes do equipamento ser instalado, são realizados estudos relacionados aos

dados topográficos, ao mapeamento via satélite das áreas com potencial hidráulico, além da identificação do perfil da comunidade. Esse último aspecto é fundamental, pois são diagnosticadas as carências e as necessidades da região onde vai haver a geração de energia, e a comunidade é, posteriormente, treinada para cuidar da manutenção e operação da turbina. Ou seja, o impacto ambiental, alvo frequente de questionamentos não só de organizações ambientalistas, mas também do Ministério Público, é mínimo. Do ponto de vista ecológico, é de ressaltar que o giro das turbinas é baixo, o que, aliás, elimina, segundo estudos preliminares, risco para fauna subaquática.

Enquanto as turbinas eólicas geram energia, em média, de 30% a 40% do tempo, as hidrocinéticas chegam a alcançar a marca dos 70%. Param apenas quando há queda acentuada da velocidade da correnteza. De qualquer maneira, o processo é mais perene, porquanto serão escolhidos, obviamente, rios que nunca secam.

Rondônia não aparece como o único Estado do Norte onde a energia hidrocinética está sendo testada. No momento, também o Pará desenvolve projetos semelhantes, na Hidrelétrica de Curuá-Una e no canal de fuga da Hidrelétrica de Tucuruí.

Pesquisadores do Centro Nacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas — CERPCH, da Universidade Federal de Itajubá — UNIFEI, estão realizando um mapeamento do potencial energético do Rio Jamari, em Rondônia e em Tucuruí, no Pará, para a instalação de um parque hidrocinético. Mapeamento realizado por meio de medição da batimetria do leito — profundidade — e do perfil de velocidade de escoamento do rio nas seções pré-estabelecidas para identificação

das regiões de maior velocidade — *hot spot* — no rio para instalação de um conjunto de turbina de forma a compor um parque hidrocinético. O Governo britânico financiou parte deles, em parceria com a Eletronorte e a UNIFEI.

As estimativas são de que essa forma de geração de energia, se adotada em larga escala, pode vir a elevar em 30% a oferta energética brasileira. Boas perspectivas, portanto, em que pese estarmos apenas engatinhando. Sabemos que as pesquisas ainda têm muito a avançar.

O projeto próximo a Tucuruí será um bom teste. Sob a responsabilidade da Itaipu Binacional, vai se tornar o primeiro parque hidrelétrico hidrocinético fluvial do Brasil, com entrada em operação prevista para o final do ano, de acordo com a Eletronorte. Custo total: R$ 10 milhões.

A geração em Samuel e Curuá-Una deverá ter início em 2017. Outros cinco projetos, também com aportes britânicos, e a condução pelos técnicos da ANEEL e da ELETROBRAS, estão em andamento.

Existem desafios a vencer, sem dúvida. O maior, como de todas as tecnologias em fase experimental, é econômico. O custo por *megawatt* não deixa, ainda, de ser impeditivo para integrar plenamente a matriz energética nacional. Nada, porém, que diminua o nosso entusiasmo e nos impeça de continuar acreditando em ideias inovadoras.

A inovação é sempre bem-vinda! Registro, portanto, na oportunidade, o meu enorme entusiasmo pelo que está acontecendo no Norte brasileiro. Longe de nossas vistas, nem por isso menos importante — talvez até mais — lá se desenvolve um trabalho silencioso, de extrema competência, feito por gente que luta por um País onde a riqueza seja verdadeiramente repartida.

Ressalto ainda a valorosa participação do Centro Nacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas — CERPCH, da Universidade Federal de Itajubá — UNIFEI, que, sob a coordenação do Prof. Geraldo Lúcio Tiago Filho, através da promoção e divulgação dos pequenos potenciais hidráulicos como fonte de energia, por meio de rede de informação, projetos, pesquisa, desenvolvimento cientifico e tecnológico e também capacitação e treinamento, estão elevando o nosso País a um patamar inédito no aprimoramento de novas fontes de energia.

Muito obrigado.

VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

O SR. PRESIDENTE (Fabricio Oliveira) - Encerro a sessão, convocando Sessão Extraordinária para terça-feira, dia 3 de novembro, às 10 horas, que será transformada em Comissão Geral para o debate de políticas públicas para a juventude, e Sessão Deliberativa Ordinária para terça-feira, às 14 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

(Encerra-se a sessão às 14 horas e 31 minutos.)